

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE MIRANDELA

MAIO DE 2021





CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE
MIRANDELA

Coordenação Geral

Orlando Pires

Vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela

Madalena Ferreiro

Chefe de Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude

Equipa Técnica Responsável

Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação

Sofia Marisa Alves Bergano - Coordenadora

Ana Raquel Russo Prada

Graça Margarida Medeiros Teixeira e Santos

Manuel Florindo Alves Meirinhos

Maria da Conceição Costa Martins

Rosa Maria Ramos Novo

Colaboração

Conselho Municipal de Educação

Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE MIRANDELA

UMA VISÃO DIAGNÓSTICA, PROGRAMÁTICA E ESTRATÉGICA:

**POTENCIAR AS VANTAGENS, CORRIGIR DISSONÂNCIAS, MITIGAR
FRAGILIDADES, MELHORAR RESULTADOS**

Índice

Índice	III
Índice de tabelas.....	V
Índice de figuras.....	VII
I -Introdução	1
II – Diagnóstico estratégico	12
2.1 - Organização administrativa e distribuição geográfica da população	13
2.2 - Caracterização biofísica	15
2.3 - Rede viária e transportes.....	19
2.4 - Acessibilidades e cobertura digital	23
2.5 - Dinâmica populacional	24
2.5.1 -Evolução demográfica da população residente.....	24
2.5.2 -Densidade populacional.....	28
2.5.3 -Distribuição etária da população residente	29
2.5.4 -Residentes não nacionais.....	32
2.6 - Dinâmica socioeconómica	33
2.6.1 - Setores de atividades económicas.....	33
2.6.2 - Estruturas de empregabilidade.....	36
2.6.3 - Caraterização da população ativa e inativa	37
2.6.4 - Indicadores educacionais da comunidade.....	44
2.7 - Equipamentos de Cultura, Desporto e Lazer	45
2.7.1 - Equipamentos de Cultura	45
2.7.2 - Equipamentos Desportivos e de Lazer	47
III – Projeções de desenvolvimento.....	51
3.1 - Abordagem geral	51
3.1.1 - Síntese da caracterização e evolução da rede educativa.....	52
3.1.2 - Localização geográfica dos Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas.....	52
3.1.3 - Movimentos anuais de rede escolar dos últimos anos e propostas futuras.....	55
3.1.4 - Práticas de gestão partilhada da rede escolar e práticas intermunicipais.....	60
3.1.5 – Edificado e indicadores de conforto e utilização.....	63
3.1.6 - Informação estatística sobre os recursos humanos.....	71
3.2 - Educação Pré-Escolar – Rede pública, privada e solidária	77
3.3–1.º Ciclo do Ensino Básico – Rede pública, privada e solidária.....	80
3.4– 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico – Rede pública e privada.....	83
3.5 - Ensino Secundário	88
3.5.1 - Ensino Secundário público e privado	89
3.5.2 - Ensino Profissional	93
3.6 -Medidas de promoção de equidade.....	95
3.6.1 - Recursos informáticos	96
3.6.2 - A Escola a Tempo Inteiro.....	98

3.6.3 - Ação Social Escolar	99
3.6.4 - Medidas para a inclusão	101
3.7 - Rede de transportes e refeições escolares	102
3.7.1 - Rede de transportes escolares.....	102
3.7.2 - Refeições escolares.....	103
3.8 - Educação e Formação de Adultos	105
3.9 - Síntese do diagnóstico e matriz <i>SWOT</i>	106
IV – Proposta de intervenção	110
4.1 - Cenário de partida	110
4.2 - Indicadores de intervenção	114
4.3 – Proposta de execução por eixo de intervenção.....	115
4.3.1 - Eixo 1 – Requalificar os equipamentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.....	115
4.3.2 - Eixo 2 – Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho.....	119
4.3.3 - Eixo 3 – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho	122
4.3.4 - Eixo 4 – Favorecer a coesão territorial, promovendo oportunidades educativas e empregabilidade	125
4.4 - Enquadramento na política urbana municipal.....	127
4.5 - Comparação dos resultados do município face às metas propostas	131
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	141
ANEXO: Fichas de caracterização dos estabelecimentos escolares do Concelho de Mirandela	
Jardim de Infância de Mirandela	147
Escola Básica do Convento, Mirandela.....	150
Escola Básica do Fomento, Mirandela	153
Escola Básica de Torre de Dona Chama, Mirandela	156
Escola Básica de Pereira, Mirandela (Pré-escolar)	159
Jardim de Infância de Frechas, Mirandela	162
Jardim de Infância de Passos, Mirandela.....	165
Jardim de Infância do Romeu, Mirandela	168
Escola Básica 1,2 Luciano Cordeiro, Mirandela	171
Escola Básica de Pereira, Mirandela.....	177
Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais/Mirandela	180
Escola Secundária de Mirandela	183
Centro de Infância Arco-Íris	186
Centro de Infância O Miminho.....	189
Colégio Nossa Senhora do Amparo	192
Nuclisol Jean Piaget.....	195
Escola Profissional de Arte de Mirandela	198

Índice de tabelas

Tabela 1. População, área e distâncias das freguesias do Concelho de Mirandela.	13
Tabela 2. Internet, rede móvel e TDT.	23
Tabela 3. Média anual da população residente nos anos de 2001, 2011 e 2019 e respetiva variação percentual.	24
Tabela 4. Taxas bruta de natalidade e de mortalidade, nos períodos de 2001, 2011 e 2019.	26
Tabela 5: Saldo natural e saldo migratório no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	28
Tabela 6. Taxas de crescimento efetiva e natural, nos períodos de 2011 e 2018.	28
Tabela 7. Estimativas anuais da população residente, em 2001, 2011 e 2019 e a respetiva variação percentual.	29
Tabela 8. Distribuição da população residente por grandes grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	29
Tabela 9. Distribuição da população residente no Concelho de Mirandela, por grupo etário, nos anos de 2001 e 2019.	30
Tabela 10. Evolução do índice de envelhecimento nos períodos de 2001, 2011 e 2019.	31
Tabela 11. Evolução do índice de dependência de idosos e de jovens nos períodos de 2001, 2011 e 2019.	32
Tabela 12. População estrangeira com estatuto legal de residente nos períodos de 2008, 2011 e 2018 e respetiva variação percentual.	32
Tabela 13. População residente empregada, por setor de atividade e sexo, nos anos de 2001 e 2011.	35
Tabela 14. Ganho médio mensal por setor de atividade, segundo o sexo, no ano de 2017.	35
Tabela 15. Empresas sediadas segundo a CAE, em 2017.	36
Tabela 16. População empregada, total e grupo etário, nos anos de 2001 e 2011.	38
Tabela 17. População empregada, segundo o sexo e a situação na profissão principal, segundo os Censos, nos anos de 2001 e 2011.	39
Tabela 18. População inativa e respetiva situação perante a atividade económica no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001 e 2011.	39
Tabela 19. População desempregada, total e grupo etário, nos anos de 2001 e 2011.	40
Tabela 20. Taxas de atividade, de emprego e desemprego em Portugal, na CIM Terras de Trás-os-Montes e no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001 e 2011.	41
Tabela 21. Taxas de atividade, emprego e desemprego, nos períodos de 2001 e 2011.	41
Tabela 22. Desempregados inscritos (%) nos centros de emprego e formação profissional em % da população residente com 15 a 64 anos, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	41
Tabela 23. População desempregada, atendendo ao sexo nos anos de 2001 e 2011.	42
Tabela 24. População desempregada, total e por nível de escolaridade completo, nos anos de 2001 e 2011.	42
Tabela 25. Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional em função do tempo de inscrição nos centros de emprego, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	43
Tabela 26. Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por tipo de desemprego, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	43
Tabela 27. Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional à procura de novo emprego, por grande setor de atividade nos anos de 2001 e 2019.	43
Tabela 28. Distribuição percentual da população residente, por nível de escolaridade, com 15 ou mais anos de idade, nos períodos de 2001 e 2011.	44
Tabela 29. População residente analfabeta, atendendo ao sexo, nos períodos de 2001 e 2011.	45
Tabela 30. Taxa bruta de escolarização, por nível de ensino e ciclo de estudos.	53
Tabela 31. Creches e estabelecimentos de ensino do Concelho de Mirandela, em 2019/2020.	54
Tabela 32. Número de estabelecimentos de ensino por nível de escolaridade, em 2019/2020.	54
Tabela 33. Estabelecimentos – Educação Pré-Escolar.	57
Tabela 34. Escolas que encerraram em 2018 e escolas acolhedoras (2018/2019) no Agrupamento de Escolas de Mirandela.	58
Tabela 35. Estabelecimentos – Ensino Básico: 1.º Ciclo.	58
Tabela 36. Estabelecimentos – Ensino Básico: 2.º Ciclo.	59

Tabela 37. Estabelecimentos – Ensino básico: 3.º Ciclo.....	59
Tabela 38. Estabelecimentos – Ensino Secundário.....	60
Tabela 39. Estado de conservação dos edifícios escolares.....	64
Tabela 40. Indicadores de conforto dos edifícios escolares.....	66
Tabela 41. Indicadores de qualidade dos edifícios escolares para lazer e atividades extraletivas.....	68
Tabela 42. Infraestruturas para a utilização digital nos edifícios escolares.....	69
Tabela 43. Indicadores de adequação de espaços e equipamentos para atividades letivas.....	70
Tabela 44. Docentes em exercício – Educação Pré-Escolar.....	72
Tabela 45. Docentes em exercício – Ensino Básico: 1.º Ciclo.....	72
Tabela 46. Docentes em exercício – Ensino Básico: 2.º Ciclo.....	72
Tabela 47. Docentes em exercício – Ensino Básico: 3.º Ciclo e Ensino Secundário.....	74
Tabela 48. Evolução do número de Docentes de Educação Especial e Formadores (Escolas Profissionais), no ensino público e privado.....	74
Tabela 49. Pessoal não docente do ensino não superior – Público e privado, em 2017/2018.....	75
Tabela 50. Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de 2018/2019 e 2019/2020.....	75
Tabela 51. Recursos humanos – Pessoal não docente.....	76
Tabela 52. Assistentes Operacionais por estabelecimento, no ano letivo de 2020/2021.....	77
Tabela 53. Número de crianças matriculadas na Educação Pré-Escolar.....	77
Tabela 54. Previsão da evolução do número de crianças na Educação Pré-Escolar.....	80
Tabela 55. Número de alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	80
Tabela 56. Previsão da evolução do número de alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	82
Tabela 57. Número de alunos matriculados no 2.º Ciclo do Ensino Básico.....	83
Tabela 58. Previsão da evolução do número de alunos no 2.º Ciclo do Ensino Básico.....	85
Tabela 59. Número de alunos matriculados no 3.º Ciclo do Ensino Básico.....	86
Tabela 60. Previsão da evolução do número de alunos no 3.º Ciclo do Ensino Básico.....	88
Tabela 61. Número de alunos matriculados no Ensino Secundário (público e privado).....	89
Tabela 62. Previsão da evolução do número de alunos no Ensino Secundário.....	92
Tabela 63. Alunos matriculados em cursos Profissionais, por nível de ensino, oferta de educação e ano letivo (público e privado).....	93
Tabela 64. Alunos por computador no 1.º Ciclo do Ensino Básico de municípios da região.....	96
Tabela 65. Alunos por computador no 2.º Ciclo do Ensino Básico de municípios da região.....	97
Tabela 66. Alunos por computador no 3.º Ciclo do Ensino Básico de municípios da região.....	97
Tabela 67. Alunos por computador no Ensino Secundário de municípios da região.....	98
Tabela 68. Ação Social Escolar.....	101
Tabela 69. Refeições servidas nos últimos três anos.....	104
Tabela 70. Alunos adultos matriculados, por nível de ensino, ciclo de estudos, oferta de educação e formação e ano letivo (público e privado).....	106
Tabela 71. Grupos focais realizados.....	107
Tabela 72. Análise SWOT: Forças.....	108
Tabela 73. Análise SWOT: Fragilidades.....	108
Tabela 74. Análise SWOT: Oportunidades.....	109
Tabela 75. Análise SWOT: Ameaças.....	109
Tabela 76. Capacidade máxima instalada na rede escolar pública do Concelho de Mirandela.....	117
Tabela 77. Percentagem de cobertura da rede escolar pública do Concelho de Mirandela.....	118
Tabela 78. Priorização das medidas de requalificação dos estabelecimentos escolares.....	119
Tabela 79. Priorização das medidas para a promoção da qualidade e do sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho.....	124
Tabela 80. Priorização das intenções de desenvolvimento educativo do concelho, ao nível da oferta de ensino profissionalizante.....	125
Tabela 81. Priorização das intenções de desenvolvimento educativo do concelho, ao nível da coesão territorial e na promoção de oportunidades educativas e empregabilidade.....	128
Tabela 82. Resultados nos exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática.....	132
Tabela 83. Taxas de retenção e desistência nos diferentes níveis e ciclos de ensino.....	133

Índice de figuras

Figura 1. Estrutura do Sistema Nacional de Educação.	7
Figura 2. Localização geográfica do concelho de Mirandela.	12
Figura 3. Localização do concelho de Mirandela no contexto da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.	12
Figura 4. Distribuição geográfica das freguesias do concelho de Mirandela.	14
Figura 5. Sistema urbano municipal.	16
Figura 6. Mirandela no contexto do Plano Rodoviário Nacional 2000.	19
Figura 7. Distâncias entre a sede de concelho e os principais polos geradores de fluxos.	21
Figura 8. Rede de transportes coletivos urbanos.	22
Figura 9. Evolução da população residente no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001 a 2019.	25
Figura 10. Evolução da média anual da população residente no Concelho de Mirandela, em função do sexo, nos períodos de 2001, 2011 e 2019.	25
Figura 11. Nados vivos de mães residentes em Portugal, atendendo ao sexo das crianças nascidas, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	26
Figura 12. Nados vivos de mães residentes em Portugal, atendendo à nacionalidade das mães, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	27
Figura 13. Número de óbitos, atendendo ao sexo da população residente, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019.	27
Figura 14. Pirâmide etária do Concelho de Mirandela, por sexo no ano de 2013.	31
Figura 15. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente, em função do sexo, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2008, 2011 e 2018.	33
Figura 16. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente, em função da nacionalidade, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2008 e 2018.	34
Figura 17. População residente analfabeta (%), com 10 ou mais anos segundo os Censos nos períodos de 2001 e 2011.	45
Figura 18. Localização geográfica dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.	56
Figura 19. Evolução do número total de crianças matriculadas na Educação Pré-Escolar, entre 2010/2011 e 2018/2019.	78
Figura 20. Número de estabelecimentos na Educação Pré-Escolar, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019.	78
Figura 21. Regressão do número de nascimentos.	79
Figura 22. Evolução do número total de alunos matriculados no 1.º CEB, entre 2010/2011 e 2018/2019.	81
Figura 23. Taxa de retenção e desistência (%) no 1.º CEB.	81
Figura 24. Número de estabelecimentos no 1.º CEB, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019.	82
Figura 25. Evolução do número total de alunos matriculados no 2.º CEB, entre 2010/2011 e 2018/2019.	84
Figura 26. Taxa de retenção e desistência (%) no 2.º CEB.	84
Figura 27. Número de estabelecimentos no 2.º CEB, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019.	85
Figura 28. Evolução do número total de alunos matriculados no 3.º CEB, entre 2010/2011 e 2018/2019.	86
Figura 29. Taxa de retenção e desistência (%), no 3.º CEB.	87
Figura 30. Número de estabelecimentos no 3.º CEB, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019.	87
Figura 31. Taxa de retenção e desistência (%), no total do Ensino Secundário.	90
Figura 32. Taxa de retenção e desistência (%), nos cursos gerais/científico-humanísticos do Ensino Secundário.	90
Figura 33. Evolução do número total de alunos matriculados no Ensino Secundário entre 2010/2011 e 2018/2019.	91
Figura 34. Número de estabelecimentos no Ensino Secundário, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019.	92
Figura 35. Taxa de retenção e desistência (%), nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do Ensino Secundário.	94

I - Introdução

A anterior Carta Educativa de Mirandela foi elaborada em 2006, no âmbito do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Desde então ocorreram diversas alterações na legislação enquadradora do sistema educativo português, assim como na rede educativa. É, pois, relevante que se proceda à sua atualização, de modo a que acompanhe e se torne adequada às dinâmicas do sistema educativo e para que possa constituir-se como um elemento de suporte à tomada de decisão do Município de Mirandela. Esta revisão da Carta Educativa de Mirandela tem como enquadramento legal o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que reforça a importância da Carta Educativa como documento de planeamento, no quadro de transferência de competências para os municípios e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, “concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto” (Artigo 1.º), e “subordina-se aos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual, e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual” (Artigo 2.º). De acordo com este Decreto-Lei, “é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei” e é “da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal (Artigo 3.º).

Na sequência da transferência de competências na área da educação, concretizada a partir de setembro de 2020, o Município de Mirandela assume a responsabilidade pela construção, requalificação e modernização e manutenção de edifícios escolares, pelo transporte escolar e pela gestão do pessoal não docente em toda a rede escolar do ensino Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.

A atual legislação enquadradora desenvolve como deve ser entendida a «rede educativa», quem tem competência para a definir e a periodicidade da sua revisão (Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), o que deve ser catalogado como equipamentos educativos (Artigo 9.º), quais os princípios que devem presidir à organização da rede educativa (Artigo 10.º), assim como os objetivos a atingir com o ordenamento da rede educativa (Artigo 11.º). Alterações “que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino” devem conduzir à revisão da Carta

Educativa (Artigo 15.º, n.º 1), a qual se torna obrigatória sempre que “a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa” (n.º 2).

Sem prejuízo de possíveis revisões decorrentes de alterações da rede educativa, “a carta educativa é obrigatoriamente revista de 10 em 10 anos” (Artigo 15.º, n.º 3), sendo “aplicáveis os procedimentos previstos para a respetiva aprovação” (n.º 4). Desse processo, deve resultar uma Carta Educativa que contenha “a caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública” (Artigo 13.º, n.º 1) e seja instruída com os seguintes elementos (n.º 2):

- a) Relatório que mencione as principais medidas a adotar e a sua fundamentação;
- b) Programa de execução, com a calendarização da concretização das medidas constantes do relatório.

A entidade competente no processo de revisão da Carta Educativa é a “câmara municipal, sendo aprovada pela assembleia municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria” (Artigo 14.º, n.º 1).

Neste contexto, a presente Carta Educativa para o Concelho de Mirandela pretende dar cumprimento ao principal desafio desta segunda geração de cartas educativas, ao assumir-se como um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo que promova uma relação harmoniosa espaço-escola, em consonância com o desenvolvimento demográfico e socioeconómico do município, assegurando a adequação da rede de estabelecimentos de educação Pré-Escolar e de Ensino Básico e Secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis respondam à procura efetiva existente. Para isso, a Carta Educativa deve apresentar uma visão diagnóstica, programática e estratégica, assumindo a necessidade de rever o território educativo municipal, enquanto unidade de planeamento, para potenciar as vantagens, corrigir dissonâncias e mitigar fragilidades.

As cartas educativas tiveram a sua origem em 2003, com a publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o qual consagrava, no seu Artigo 10.º, que “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”.

A primeira Carta Educativa de Mirandela data de 2006, obteve parecer do Conselho Municipal de Educação em 22 de março de 2006 e foi aprovada pela Assembleia Municipal em 22 de setembro de 2006. A análise demográfica foi efetuada com base no Recenseamento Demográfico Nacional (Censos) de 2001 e a evolução populacional estudada por comparação com os dados disponíveis para o concelho nos Censos de 1991.

A caracterização da rede escolar foi realizada com os dados referentes ao ano letivo 2005/2006, no qual o Concelho de Mirandela integrava “três territórios educativos, que se concretizam operacionalmente em três agrupamentos de escolas: o Agrupamento Vertical de Escolas de Torre de Dona Chama, Agrupamento Horizontal de Escolas de Carvalhais e o Agrupamento Vertical de Escolas Luciano Cordeiro de Mirandela” (CMM, 2006, p. 26) e uma Escola do 3.º CEB e Secundária não agrupada. A estes estabelecimentos do ensino básico e secundário públicos, juntavam-se diversos estabelecimentos de ensino privados, com ofertas educativas desde a creche até ao ensino secundário, assim como duas instituições de ensino superior, uma pública e outra privada. A evolução do número de alunos no concelho foi estudada tendo por base três anos letivos, entre 2003/2004 e 2005/2006.

Do diagnóstico efetuado na Carta Educativa do Concelho de Mirandela elaborada em 2006, merece destaque (CMM, 2006):

- Existiam apenas quatro estabelecimentos com Creche, todos eles privados.
- A capacidade instalada na educação Pré-Escolar ao nível do Concelho de Mirandela, constituída por 22 estabelecimentos, respondia à procura potencial, embora se constatasse a existência de lacunas em termos de cobertura geográfica. O município assegurava em todos os Jardins de Infância a componente de Apoio à Família, com o fornecimento de refeições, prolongamento de horário e em alguns casos foram implementadas as disciplinas de Educação Física e Inglês.
- No 1.º Ciclo do Ensino Básico existia uma boa cobertura da população em idade escolar na totalidade das freguesias. Contudo, dos 58 estabelecimentos, 38 tinham um número de alunos por professor inferior a 10, e a generalidade dos edifícios encontravam-se envelhecidos, desprovidos de conforto, com mobiliário desatualizado e nalguns casos degradado. O município assegurava o serviço de refeições gratuito a alunos deslocados, tendo sido alargado aos restantes alunos em 2006. Também em 2006, o município passou a assegurar a lecionação de inglês e a cobertura informática em todas as escolas. A taxa de insucesso escolar foi considerada elevada (7,4%), embora se registasse uma taxa de não conclusão baixa (0,7%).

- Relativamente ao 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico registava-se uma diminuição do número de alunos, com consequências no subaproveitamento dos estabelecimentos. A taxa de insucesso escolar verificada era de 17,0% para o 2.º CEB e de 20,9% para o 3.º CEB, e a taxa de abandono escolar era de 3,9%, para o 2.º CEB e 5,5% para o 3.º CEB.
- No Ensino Secundário destacavam-se as mais elevadas taxas de insucesso (34,3%) e de abandono escolar (5,8%).
- Existiam três estabelecimentos de ensino profissional.
- Existia um estabelecimento de ensino superior público, no qual eram lecionados oito cursos de bacharelato e dez cursos de licenciatura, e um estabelecimento de ensino superior privado, que oferecia seis cursos de licenciatura.

Com base no diagnóstico efetuado e nos objetivos traçados, a Carta Educativa do Concelho de Mirandela elaborada em 2006 avançava com as seguintes propostas (CMM, 2006):

- Reordenamento das escolas do 1.º CEB, constituindo, no imediato e por um período de dois anos letivos, um conjunto de escolas de acolhimento que permitisse encerrar quase todas as escolas com menos de 10 alunos. As escolas de acolhimento seriam selecionadas tendo como critério a minimização das distâncias a percorrer pelos alunos a deslocar, e deviam ser alvo de intervenções para melhoria dos edifícios.
- A criação de três ou quatro Centros Escolares, distribuídos pelo concelho, a entrar em funcionamento no ano letivo 2008/2009.

A alteração das dinâmicas demográficas e socioeconómicas do concelho, a evolução da rede escolar, as alterações na organização do sistema educativo promovidas pela tutela e as alterações no quadro legislativo em matéria de educação, fazem com que a Carta Educativa do Concelho de Mirandela publicada em 2006 se encontre desatualizada, tornando-se urgente a sua revisão.

Atualmente, o enquadramento legal modificou-se, através da publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, mantendo o conceito da Carta Educativa (Artigo 5.º) e considerando que esta "é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação" (Artigo 6.º, n.º 2). Adiciona, ainda, que:

A carta educativa constitui um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, designadamente quanto ao exercício das competências dos departamentos governamentais e dos municípios em matéria de educação, incluindo os instrumentos de apoio a iniciativas privadas,

cooperativas e solidárias, à consignação de financiamentos e à afetação de recursos humanos, materiais e financeiros pelas entidades públicas. (Artigo 16.º)

Assim, a Carta Educativa, através da sistematização da informação sociodemográfica disponível e das variáveis de oferta e procura de Educação, deve formular um conjunto de propostas de intervenção, coerentes com os objetivos e com as linhas de estratégia educativa nela definidos.

A relevância da Carta Educativa, enquanto instrumento de gestão territorial, reside nos seus princípios de ordenamento e (re)qualificação física dos territórios educativos, assim como nas suas potencialidades de intervenção prospetiva. Contudo, para que esta dimensão prospetiva se concretize, é necessário que seja efetuada uma monitorização permanente da adaptação das políticas de educação às dinâmicas sociodemográficas e territoriais presentes no concelho.

O processo de elaboração da Carta Educativa de segunda geração deverá, assim, atender previamente aos seguintes objetivos:

- determinar e avaliar o grau de execução das propostas da Carta Educativa de primeira geração face ao conjunto de expectativas inicialmente traçadas;
- avaliar a evolução quantitativa da rede educativa do município e a sua adequabilidade às necessidades presentes.

Além dos objetivos atrás mencionados, a carta educativa deverá propor-se alcançar, ainda, de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, os seguintes objetivos (Artigo 6.º):

- promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis (n.º 3);
- incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos (n.º 4);
- garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele (n.º 5).

Mantém-se, igualmente com grande proximidade à legislação anterior, que “a carta educativa tem por objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar” (Artigo 7.º, n.º 1) e “incide sobre os estabelecimentos de educação pré -escolar e de ensino

da rede pública, privada, cooperativa e solidária” (n.º 2). No entanto, na sequência do reforço da descentralização de competências para os municípios previsto no próprio Decreto-Lei 21/2019, atualmente “a carta educativa deve refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo” (n.º 3) e “deve prever os termos da prossecução, pelo município, de ações na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar”.

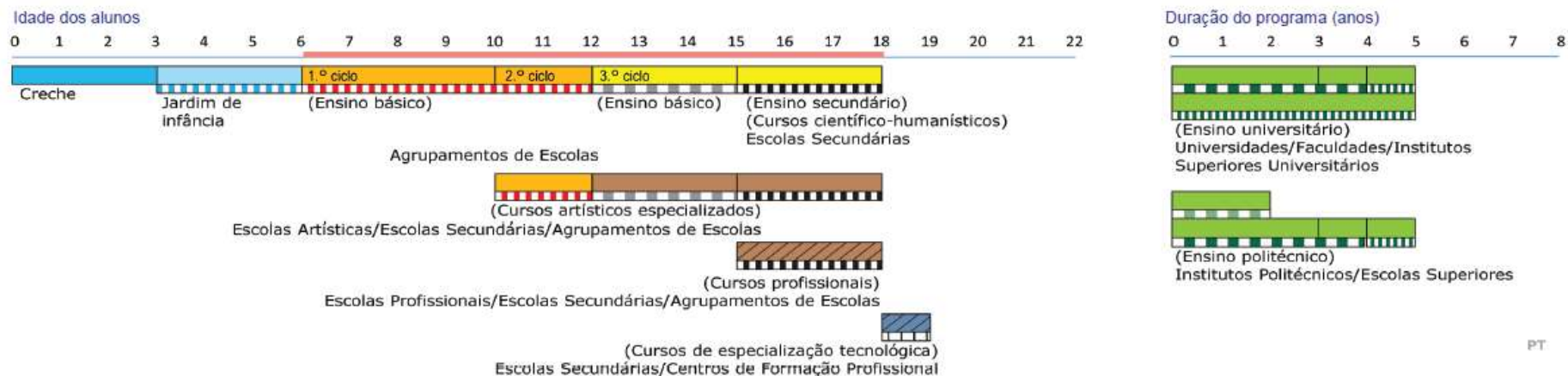
A revisão da Carta Educativa de Mirandela para 2020-2030 assume-se como um projeto integrador, que desempenhe um papel relevante na definição da estratégia de gestão municipal da rede educativa, e que potencie a articulação da mesma com as diversas áreas e domínios presentes no concelho. Pretende-se, assim, que seja um instrumento de apoio à tomada de decisão, concretizando uma visão abrangente, que encare o sistema educativo como um dos motores de desenvolvimento do território. A análise e ponderação dos elementos relativos à comunidade escolar, a par da realização de uma análise prospetiva das potencialidades que o município dispõe, bem como dos constrangimentos que enfrenta, devem concorrer para a otimização da rede educativa, promovendo o livre acesso de todos os cidadãos a uma educação tendencialmente gratuita, de qualidade e estimuladora do desenvolvimento pessoal e da liberdade individual.

Para situar a delimitação do campo de estudo, descrito no ponto relativo à rede municipal atual, importa clarificar alguns pressupostos que concernem à educação em geral.

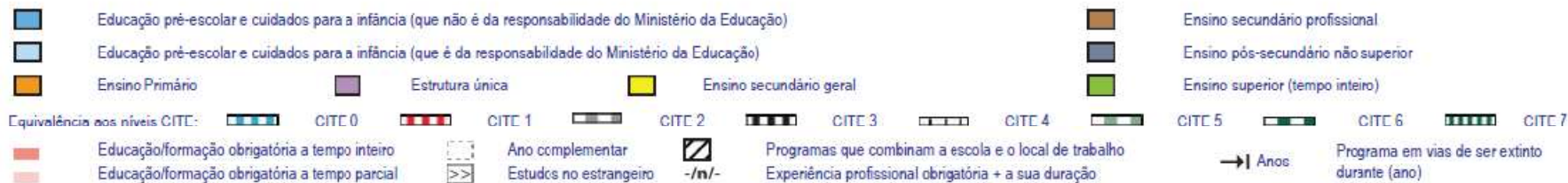
A transferência de competências no domínio da educação para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais e as responsabilidades partilhadas entre a Administração central e a Administração local respeitam o cumprimento dos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE-Lei n.º 46/86, de 14 de outubro e posteriores alterações) e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril e posteriores alterações). A LBSE preconiza, no artigo 2.º, os princípios gerais de garantia do direito à educação e à cultura a todos os portugueses, sendo responsabilidade do Estado a promoção da democratização do ensino, e, no artigo 3.º, os princípios organizativos do sistema educativo. A Lei n.º 85/ 2009, de 27 de agosto, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, entre os 6 e os 18 anos.

A organização do sistema de ensino português (Figura 1) compreende: a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e o Ensino Superior.

Portugal



Nota: Os Agrupamentos de Escolas são unidades organizacionais que podem englobar diversas escolas e ciclos de ensino, desde o jardim de infância ao ensino secundário superior. As instituições indicadas no diagrama são exemplos de alguns dos espaços de aprendizagem em que é ministrado cada tipo de ensino; o diagrama não indica todas as instituições educativas existentes no sistema português.



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia/EACEA/Eurydice (2019).

Figura 1. Estrutura do Sistema Nacional de Educação.

A **Educação Pré-Escolar** é destinada a crianças a partir dos 3 anos de idade até à entrada no Ensino Básico e é de frequência facultativa. A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, além da escolaridade obrigatória, consagra a universalidade da educação Pré-Escolar, tendo sido posteriormente alargada para crianças a partir dos 4 anos de idade, por alteração da Lei n.º 65/2015, de 3 de julho. A rede nacional de educação Pré-Escolar inclui a rede pública e privada.

O **Ensino Básico**, que promove uma educação de base, geral e comum, tem a duração de nove anos. Inclui três ciclos sequenciais – o 1.º Ciclo, refere-se aos 4 primeiros anos de escolaridade; o 2.º Ciclo, corresponde aos 2 anos seguintes (5.º e 6.º anos); e o 3.º Ciclo, com a duração de 3 anos (7.º, 8.º e 9.º anos). Atualmente, o Ensino Básico inclui ainda os Cursos de Ensino Artístico Especializado, nas áreas da música e da dança. Pode também ser concluído, com a atribuição de certificado, através de percursos diferentes: curso de educação e formação (CEF); percursos curriculares alternativos (PCA); programa integrado de educação e formação (PIEF).

O **Ensino Secundário** abrange diferentes tipos de cursos, consoante a orientação para o prosseguimento de estudos e/ou a preparação para a vida ativa. Tem a duração de 3 anos (do 10.º ao 12.º ano). Os percursos de educação e formação contemplam: cursos científico-humanísticos; cursos profissionais; cursos artísticos especializados; cursos com planos próprios (cursos científico-tecnológicos); cursos de ensino e formação; cursos de aprendizagem - para jovens dos 15 aos 18 anos de idade; e o ensino secundário na modalidade de ensino recorrente – para adultos.

O **Ensino Superior** está organizado em ensino universitário e em ensino politécnico e respeita os princípios de Bolonha.

No âmbito da **educação e formação de adultos** existem outras ofertas formativas, de acordo com as especificidades e finalidades dos públicos-alvo: reconhecimento, validação e certificação de competências; programas de formação em competências básicas; cursos de educação e formação de adultos; formações modulares; cursos de especialização tecnológica; vias de conclusão do nível secundário de educação; ensino recorrente; cursos de português para falantes de outras línguas. Ainda no domínio da educação e formação de adultos foi criado o Programa Qualifica.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece os princípios e as normas para garantir a educação inclusiva, enquanto “processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (Artigo 1.º). Ao valorizar a educação inclusiva, assume-se o compromisso com desafios e responsabilidades para a comunidade escolar e educativa.

O currículo dos ensinos básico e secundário (estabelecido no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho) é orientado para o desenvolvimento de capacidades e atitudes para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho. Para além da sua pertinência no contexto escolar, este documento constitui um referencial a ter em conta nos diferentes níveis das decisões dos responsáveis pelas políticas educativas e curriculares.

O “Desenvolvimento do Projeto Estratégico Municipal e atualização/reformulação da Carta Educativa do Concelho de Mirandela” foi efetuado com recurso a uma aquisição de serviços contratualizada com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em 20 de abril de 2020.

A equipa de trabalho foi constituída pelos professores da Escola Superior de Educação: Ana Raquel Russo Prada, Graça Margarida Medeiros Teixeira e Santos, Manuel Florindo Alves Meirinhos, Maria da Conceição da Costa Martins, Rosa Maria Ramos Novo e Sofia Marisa Alves Bergano (Coordenadora).

Na elaboração da Carta Educativa de Mirandela para 2020-2030, procurou-se atingir três finalidades: a) Atualizar a caracterização do sistema educacional do município de Mirandela, olhando para as estruturas escolares existentes nos diferentes níveis de ensino, bem como para os recursos humanos envolvidos, para as crianças e jovens que as frequentam e para alguns dos resultados das ações que nelas se desenvolvem; b) Verificar a adequação daquelas estruturas à previsível evolução das necessidades num futuro próximo; c) Formular propostas que contribuam para potenciar a utilização dos diversos equipamentos disponíveis no município e para aumentar a eficácia dos diferentes agentes educacionais.

A prestação de serviços previa um prazo de execução de sete meses, para conclusão do Projeto Estratégico Municipal e Carta Educativa, integrando três fases de trabalho:

- 1.ª fase (12 semanas) - Enquadramento e caracterização da rede educativa do município;
- 2.ª Fase (12 semanas) - Elaboração de propostas e discussão pública;
- 3.ª Fase (4 semanas) - Conclusão da versão final do documento.

Em termos metodológicos, e numa primeira fase, efetuou-se uma análise documental exaustiva para diagnóstico da situação atual em termos educativos no concelho. Nesse sentido, efetuou-se a análise e sistematização da legislação em vigor relacionada com a educação e o poder local, designadamente, no que diz respeito ao enquadramento legal da participação das autarquias em educação; à intervenção dos municípios na educação; ao conceito e princípios organizativos da Carta e da Rede Educativas. Efetuou-se, também, uma recolha de dados tendo em vista descrever as características físicas do território e a atual organização administrativa do Concelho de Mirandela, assim como a sua evolução demográfica e socioeconómica. Procurou-se, ainda, sistematizar informação tendo em vista a análise evolutiva e

caracterização do sistema educativo no município, assim como a descrição da organização da rede de transportes escolares, e das instalações desportivas, de cultura e lazer.

Numa segunda fase de implementação do projeto seguiu-se uma metodologia diferenciada, que consistiu na dinamização de um processo de consulta pública e na elaboração de um seminário. Atendendo aos constrangimentos provocados pela pandemia foi decidido que uma apresentação pública substituiria o seminário previsto no plano de trabalhos. Para o efeito, foi realizada, no Conselho Municipal de Educação, dia 24 de setembro de 2020, uma apresentação pública do enquadramento e caracterização da rede do município (fase 1), na qual se discutiu uma análise prospetiva preliminar e se elencaram os dados ainda em falta. Ouvidos os conselheiros presentes foram considerados os seus contributos.

Posteriormente, em colaboração com a autarquia, foram organizados sete grupos focais com vista à auscultação da opinião dos diferentes parceiros educativos, cujos contributos aduzidos foram sistematizados numa análise *SWOT*, para proceder à triangulação destes elementos com os dados recolhidos na primeira fase. Nestes grupos focais foram convidados a participar os representantes das diferentes instituições educativas do município e outros parceiros (p.e., Agrupamento de Escolas, Escolas não agrupadas, IPSS, Associação de pais, Conselho Municipal de Educação). Todos estes contributos foram contemplados na versão final da Carta Educativa (2.ª geração).

A terceira fase do projeto consistiu na elaboração da versão final do Projeto Estratégico Municipal e da Carta Educativa do Concelho de Mirandela. Os dados recolhidos na análise documental efetuada na primeira fase e os contributos coligidos no processo de discussão pública concorreram para a definição dos objetivos estratégicos e específicos que fundamentaram a proposta de reordenamento da rede escolar e o respetivo programa de execução.

Com a elaboração do presente documento, procurou-se avaliar a evolução quantitativa e a adequabilidade da rede educativa do Concelho de Mirandela, bem como constituir um guia de ação para o horizonte 2030, que contribua para: requalificar e rentabilizar os equipamentos, os recursos materiais e os recursos humanos afetos aos diversos níveis de ensino; promover a qualidade e potenciar o sucesso educativo e formativo; incentivar a oferta do ensino profissionalizante, definindo áreas prioritárias de formação; elevar as competências básicas dos alunos; assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos; contribuir para o reforço do papel das Escolas na comunidade.

A presente Carta Educativa encontra-se estruturada em cinco partes: Introdução; Diagnóstico estratégico; Projeções de desenvolvimento; Proposta de intervenção; e Considerações finais.

Na Introdução é feito o enquadramento legal da participação das autarquias na educação e apresentados o conceito e os princípios organizativos das Cartas Educativas, assim como uma síntese da anterior Carta Educativa de Mirandela e o enquadramento da revisão da Carta Educativa para 2020-2030.

No (II) Diagnóstico estratégico, num primeiro momento, faz-se o enquadramento territorial do concelho, a apresentação da organização administrativa do concelho e distribuição geográfica da população, a caracterização biofísica do território, a descrição da rede viária e transportes, e ainda a análise das acessibilidades e cobertura digital. Posteriormente, na descrição das dinâmicas sociais, designadamente descrevem-se as dinâmicas populacional e socioeconómica do concelho e os equipamentos de cultura, desporto e lazer a que a comunidade educativa pode aceder.

No que se refere ao ponto seguinte (III) Projeções e desenvolvimento, faz-se a caracterização da rede municipal atual no âmbito da educação, que se inicia com uma análise geral da rede educativa e que se desenvolve através da caracterização de toda a oferta educativa, da Educação Pré-Escolar ao Ensino superior. São ainda analisadas medidas de promoção de equidade, a rede de transportes municipal e as refeições escolares. E, por fim a Educação e Formação de pessoas adultas. Esta secção é finalizada com uma síntese do diagnóstico e apresentação da matriz *SWOT*.

Na (IV) Proposta de intervenção, apresentam-se a programação por eixos de intervenção, iniciando-se pela descrição do cenário de partida, seguida dos indicadores de intervenção, das propostas para cada um dos eixos definidos e do enquadramento da Carta Educativa na política urbana municipal. No ponto seguinte clarifica-se a situação do município face às metas previstas pela política nacional, comparando os resultados, apresentando a proposta de intervenção e respetiva calendarização.

Nas (V) Considerações finais apresenta-se a síntese das principais conclusões, anteriormente desenvolvidas e as recomendações para o acompanhamento posterior da implementação da Carta Educativa.

II – Diagnóstico estratégico

O Concelho de Mirandela localiza-se na região Norte (NUTII) no distrito de Bragança, no extremo Nordeste de Portugal (Figura 2). Em conjunto com os Concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Vinhais, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso, integra a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (NUT III) (Figura 3). Para esta categorização territorial utilizou-se a “Nomenclatura da Unidades Territoriais para fins Estatísticos” com a divisão regional em Portugal- NUTS 2013, em vigor a partir de 2015.

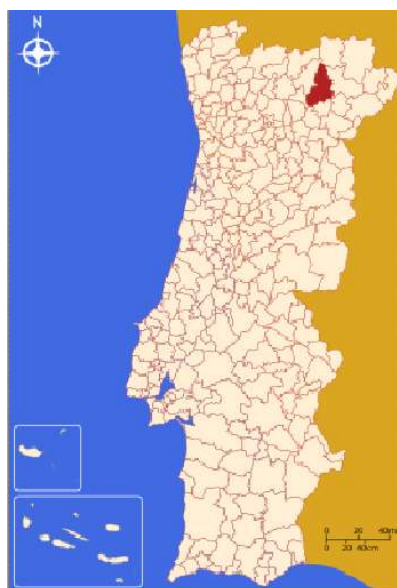


Figura 2. Localização geográfica do Concelho de Mirandela (ECO14, 2014).



Figura 3. Localização do Concelho de Mirandela no contexto da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM, 2020).

2.1 - Organização administrativa e distribuição geográfica da população

O Concelho de Mirandela ocupa uma área geográfica de 659,0 km², engloba 101 aldeias, a vila de Torre de Dona Chama e a cidade de Mirandela (CIM-TTM, 2020), e possuía uma população residente de 23850 habitantes, de acordo com os Censos 2011 (INE, 2020).

A estrutura administrativa do Concelho de Mirandela possui atualmente 30 freguesias (Tabela 1), resultante da reorganização ocorrida em 2013 (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), na qual se registou a união de algumas das freguesias anteriores.

Tabela 1. População, área e distâncias das freguesias do Concelho de Mirandela.

Freguesias	Área (km ²)	Distância à sede concelho (km)	População residente	
			2001	2011
Abambres	18,8	9,8	396	347
Abreiro	24,0	25,4	311	257
Aguieiras	14,7	32,3	375	289
Alvites	17,8	18,2	282	237
Bouça	13,0	23,4	356	261
Cabanelas	18,6	14,0	421	386
Caravelas	12,6	18,1	269	214
Carvalhais	22,0	4,7	1350	1299
Cedães	25,4	10,0	455	338
Cobro	12,3	14,2	242	205
Fradizela	12,8	25,0	300	234
Frechas	18,5	13,6	1137	929
Lamas de Orelhão	19,2	11,9	462	394
Mascarenhas	28,1	11,3	670	550
Mirandela	32,4	0,0	11186	11852
Múrias	22,6	19,8	353	281
Passos	18,4	8,8	479	423
São Pedro Velho	23,6	32,1	413	329
São Salvador	14,2	5,7	295	223
Suçães	36,2	10,7	770	574
Torre de Dona Chama	27,7	22,7	1386	1105
União de Freguesias de Avantos e Romeu	21,2	14,0	424	376
União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira	21,4	18,7	700	531
União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa	17,1	22,4	573	415
União de Freguesias de Franco e Vila Boa	15,2	17,2	420	334
União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde	15,2	12,7	215	170
Vale de Asnes	27,4	16,0	413	271
Vale de Gouvinhas	33,2	21,8	380	319
Vale de Salgueiro	48,7	16,8	422	424
Vale de Telhas	26,3	19,5	364	283
Total concelho	659,0		25819	23850

Fonte: INE (2011).

A freguesia com maior área territorial é Vale de Salgueiro (48,7 km²), seguida de Suções (36,2 km²) e de Vale de Gouvinhas (33,2 km²) sendo as freguesias de Cobro, Caravelas, Fradizela e Bouças que apresentam menor área (12-13 km²) (CMM, 2020c).

Em termos de dispersão geográfica, as freguesias mais distantes da sede de concelho são Agueiras e São Pedro Velho, ambas a cerca de 32 km, e as mais próximas são Carvalhais e São Salvador, a 4,7 e 5,7 km, respetivamente (Figura 4).



Figura 4. Distribuição geográfica das freguesias do Concelho de Mirandela (CMM, 2020c).

O Concelho de Mirandela apresenta uma baixa densidade populacional, a qual se tem acentuado: 36 hab/km² em 2011, quando em 2001 a densidade populacional se aproximava dos 40 hab/km² (INE, 2020). Este valor esconde, contudo, grandes oscilações entre as diferentes freguesias.

Para além da perda de população em termos globais, e à semelhança daquilo que acontece na maioria dos concelhos do interior do país, a sub-região tem vindo a assistir a um outro fenómeno migratório que é o da desertificação das zonas rurais em benefício do crescimento das vilas e cidades, em particular as sedes de concelho (Plural, 2015, p. 21).

Com base nos censos de 2011 (INE, 2020), as freguesias mais populosas eram Mirandela – que, com 365 hab/km², concentra perto de metade da população concelhia –, Carvalhais, Torre de Dona Chama e Frechas, sendo que em cerca de 90% das freguesias a densidade populacional era inferior a 30 hab/km². A agravar essas assimetrias, os registos censitários de 2001 e 2011 (INE, 2020) mostram que a população residente tem vindo a diminuir em quase todas as freguesias, exceto em Vale de Salgueiro, onde estabilizou, e em Mirandela, a freguesia que inclui a sede de concelho, onde se registou um aumento da população residente de 6%.

A distribuição geográfica das principais zonas urbanas do Concelho de Mirandela encontra-se na Figura 5.

2.2 - Caracterização biofísica

O Concelho de Mirandela insere-se num território de características marcadamente rurais. Incluído na chamada “Terra Quente Transmontana”, apresenta verões longos, muito quentes e secos. Os meses mais quentes são julho e agosto, atingindo valores máximos que ultrapassam os 40°C. O Inverno é curto e relativamente ameno. Os meses mais frios são dezembro, janeiro e fevereiro, atingindo, raramente, temperaturas inferiores a 0°C. A precipitação total anual é de 600 mm, na maior parte do concelho, aumentando nas zonas de maior altitude, onde podem ultrapassar os 800 mm. O mês mais chuvoso é dezembro, e o mês mais seco é julho (Plural, 2015).

Apesar de ter um relevo predominantemente ondulado suave, existem na área do concelho alguns declives mais acentuados, localizados, predominantemente, nas vertentes da serra de Santa Comba, nas vertentes do festo entre Vila Verde e Cedães, onde principia a serra de Bornes, da qual apenas parte da vertente Noroeste se inclui no extremo sudeste do concelho, e ao longo das vertentes das principais linhas de água.

Em termos hidrográficos, o território do Concelho de Mirandela insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Douro, mais concretamente nas sub-bacias do Rio Tua, Rabaçal/Tuela e do Rio Sabor. Os principais cursos de água são o Rio Tua, Rio Tuela, Rio Rabaçal, o rio de Macedo (ou Zoio), afluente do rio Tuela, e a ribeira de Carvalhais, afluente do rio Tua.



Figura 5. Sistema urbano municipal (Plural, 2015, p. 227).

Do ponto de vista geológico o concelho integra-se na grande unidade morfo-estrutural designada por zona Centro Ibérica e implanta-se na subzona da Galiza Média – Trás-os-Montes, predominantemente sobre os subdomínios Peritransmontano e Centro-Transmontano. No norte do município predominam formações de natureza granítica, enquanto a sul predominam os xistos (Plural, 2015).

A geologia e a orografia do território propiciam a formação de uma assinalável diversidade paisagística, reflexo do mosaico formado pelos diferentes ecossistemas.

Como património natural, merecem destaque: a ampla rede hidrográfica, com importantes galerias ripícolas e praias fluviais; as encostas de declives mais suaves, onde se instalam diversos sistemas agrícolas; as serras, que propiciam o desenvolvimento de bosques, matos e lameiros e a ocorrência de pontos com interessantes vistas panorâmicas. Podem diferenciar-se, por isso, quatro unidades paisagísticas distintas (Plural, 2015):

1) Vales dos rios Rabaçal, Tuela e Tua – vales amplos, com cotas inferiores a 300 m de altitude e declives variados nas suas margens (suaves a moderados altos). Estas linhas de água apresentam galeria ripícola ao longo de toda a sua extensão, com troços muito bem conservada. A ocupação do solo envolvente é predominantemente florestal, existindo zonas de montado de sobro (*Quercus suber*), com áreas de dimensão significativa, sobretudo nas encostas. As áreas agrícolas localizam-se geralmente junto às povoações e ocupam áreas mais planas e a algumas encostas suaves.

2) Encostas Agrícolas – Na faixa do território compreendida entre os 300 e os 500 metros, encontram-se encostas suaves, entrecortadas por zonas mais planas, onde se situam muitos dos aglomerados populacionais e desenvolvem as produções agrícolas, predominantemente de olival.

3) Planaltos Florestais – localizam-se acima dos 500 m de altitude e caracterizam-se por possuírem relevo ondulado, por onde se dispersam muitos dos aglomerados, com uma ocupação do solo predominantemente florestal. Estas manchas florestais, ocorrem com mais frequência próximo dos limites do concelho, nomeadamente na envolvente de Vila Verdinho, bem como na envolvente de Caravelas e Torre de Dona Chama e na zona sul do concelho, a oeste de Frechas. Das espécies, destacam-se o sobreiro (*Quercus suber*) (com forte domínio na zona de Romeu), mas ocorre também o eucalipto (*Eucalyptus sp.*), o castanheiro bravo (*Castanea sativa*), entre outras espécies.

4) Serra de Santa Comba (ou serra de Passos) – localizada no limite oeste do concelho é a elevação dominante no concelho.

No âmbito da Rede Natura 2000, o Concelho de Mirandela integra o Sítio Romeu (PTCON0043), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho. Com um total de 4700 ha, repartidos entre o Concelho de Mirandela (76%) e o Concelho de Macedo de Cavaleiros (24%), no qual podem ser encontrados diversos habitats naturais e seminaturais, entre os quais os habitats considerados

prioritários no anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro: Charcos temporários mediterrânicos (3170); Subestepes de gramíneas e anuais (*Thero-Brachypodietea*) (6220); Florestas endémicas de *Juniperus spp.* (9560).

O Sítio Romeu engloba dois habitats pouco frequentes em Portugal: sobreirais (*Quercus suber*) e bosques de sobreiro e zimbro (*Juniperus oxycedrus* var. *lagunae*). Estes habitats encontram-se num excelente estado de conservação, “sendo mesmo um dos melhores sobreirais lusitano-durienses com *Juniperus oxycedrus*” (Plural, 2015, p. 147). Estão também presentes espécies prioritárias da fauna (Anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro), nomeadamente, entre os peixes, o Bordalo (*Rutilus alburnoides*) e o Escalo (*Rutilus arcasii*) e, entre os mamíferos, o Lobo (*Canis lupus*). A relevância e a fragilidade destes habitats exigem medidas de contenção das ameaças, nomeadamente o fogo, a pastorícia não controlada, as alterações ao uso do solo e a perturbação do sub-bosque e das orlas dos bosques.

Merece destaque a recente criação do Parque Natural Regional do Vale do Tua, que integra uma área significativa do sul do concelho. O Parque Natural Regional do Vale do Tua (Regulamento n.º 364-A/2013, de 24 de setembro, com Declaração de Retificação n.º 28/2014, de 13 de janeiro) foi constituído com o objetivo de garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, bem como promover a utilização sustentável dos recursos da região. Pretende-se que a criação do Parque seja um instrumento de promoção do desenvolvimento do turismo sustentável da região, baseado no usufruto dos espaços naturais e dos seus recursos, bem com na promoção turística e o aproveitamento turístico das aldeias ribeirinhas (ECO14, 2014). No Município de Mirandela estão incluídos 5122 ha, na sua maioria correspondendo a parte das freguesias ribeirinhas do Tua mas, nalguns casos, abrangendo também áreas mais afastadas do rio, de forma a englobar áreas relevantes a nível natural ou patrimonial próximas. Assim, a partir da foz do Tinhela, o limite retorna ao vale do Tua, pela margem direita, abrangendo as freguesias de Abreiro, Avidados, Navalho, Barcel, Valverde, Marmelos, Mirandela, Suções e Cabanelas até um pouco acima da confluência dos rios Rabaçal e Tuela, continuando o curso do rio Tua pela margem esquerda até à fronteira com o Município de Vila Flor.

A riqueza dos valores naturais em presença poderá, porém, contudo, ver-se progressivamente ameaçada devido à concorrência de inúmeros focos (sobretudo antrópicos) de potencial degradação do ambiente e da paisagem (ECO14, 2014). Merecem atenção, as disfunções na paisagem devido à ocorrência de povoamentos de espécies de crescimento rápido, como o eucalipto e o pinheiro-bravo, e de espécies invasoras, como a acácia, bem como depósitos de sucatas, a exploração de inertes e a presença de antigas lixeiras e pedreiras.

2.3 - Rede viária e transportes

O Concelho de Mirandela é servido por cinco eixos rodoviários estruturantes que asseguram as principais ligações ao exterior: as infraestruturas da rede rodoviária nacional IP4/A4 e IP2, e a estradas regionais ER206, ER315 e EN213 (Figura 6).

A melhoria da rede de acessibilidades regional e mesmo nacional ao longo das últimas décadas foi um dos fatores que conferiu ao Concelho de Mirandela uma maior apetência para a fixação de população, impulsionando o desenvolvimento concelhio em geral e o da cidade de Mirandela em particular, permitindo assim que esta se afirmasse como um dos principais centros urbanos da região interior norte do país (Plural, 2015, p. 25).

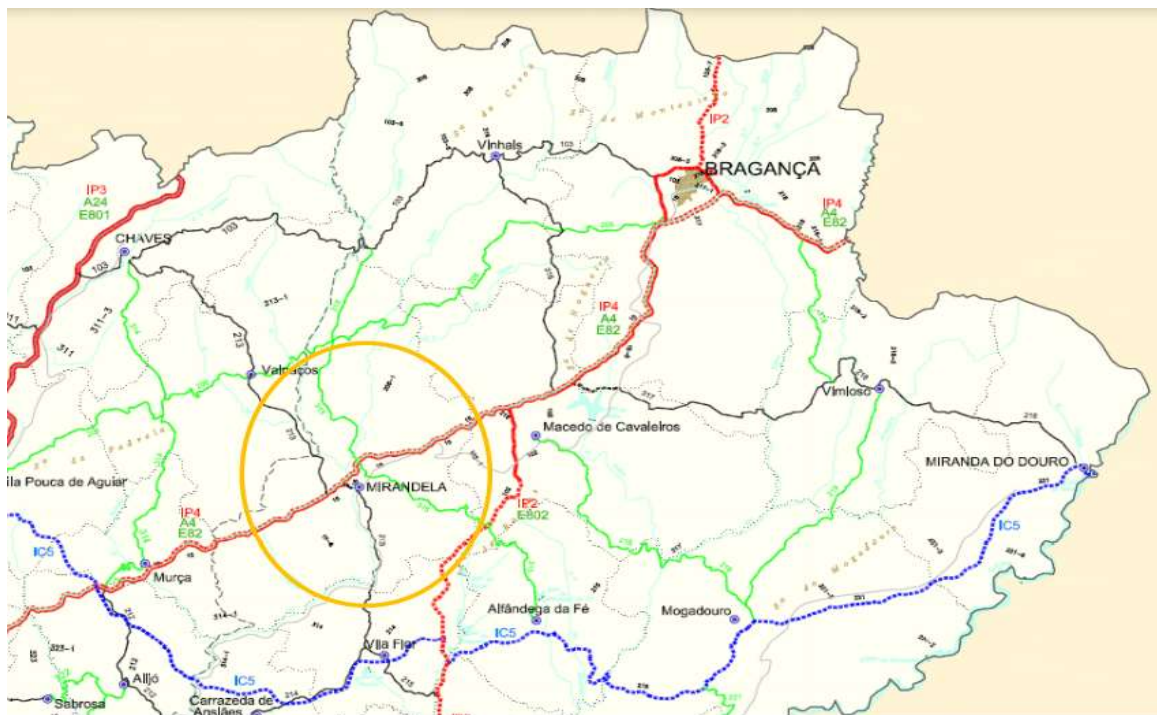


Figura 6. Mirandela no contexto do Plano Rodoviário Nacional 2000 (Plural, 2015, p. 25).

A A4 atravessa transversalmente o concelho e assegura a ligação a alguns dos principais polos urbanos regionais, nomeadamente Vila Real e Bragança, mas também a ligação ao litoral Norte, nomeadamente à área metropolitana do Porto, e à região espanhola de Castilla-Léon, através da fronteira de Quintanilha. O itinerário principal IP2 passa pelo concelho apenas no limite sudeste, mas contribui para a boa acessibilidade do concelho, facilitando a ligação de Mirandela a diversas cidades do interior do país, por exemplo, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.

A nível regional, as estradas ER206, ER315 e EN213 formam uma rede de ligações rodoviárias com classificações e características diferenciadas que assegura a ligação aos principais polos urbanos da região. É ao longo destes eixos que se localizam os centros urbanos rurais com maior expressão.

A relativa centralidade geográfica da sede de concelho permite considerar a existência de “um grau médio de acessibilidade interna, com a maioria dos aglomerados urbanos situados a distâncias inferiores aos 20km o que, atendendo à dimensão do território, se deve considerar como um fator positivo” (Plural, 2015, p. 247). Assim, com base na localização da cidade de Mirandela e na configuração radial da rede de transporte, as restantes sedes de freguesia podem ser agrupadas três coroas concêntricas, com condições de acessibilidade distintas à sede de concelho (Figura 7): uma zona central, englobando 10 freguesias (Carvalhais, S. Salvador, Abambres, Cedães, Frechas, Passos, Vila Verde, Cobro, Mascarenhas, Sucções) situadas a distâncias mais reduzidas e, portanto, beneficiando de um grau de acessibilidade elevado; uma coroa envolvente, que agrega 14 freguesias (Avantos, Cabanelas, Freixeda, Lamas de Orelhão, Marmelos, Romeu, Franco, Vale de Asnes, Vale de Salgueiro, Alvites, Avidagos, Pereira e Vale de Telhas), servidas por ligações radiais à sede de concelho ou ramificações destas; e os restantes polos urbanos, situados predominantemente nos extremos norte e sudoeste do território, com distâncias superiores a 20km à sede de concelho e acessibilidade interna reduzida.

Merece destaque, contudo, que alguns aglomerados urbanos mais periféricos em relação à sede de concelho mantêm relações de proximidade com outros concelhos limítrofes (p. ex. Valpaços e Macedo de Cavaleiros).

Conclui-se que, apesar de possuir uma elevada dimensão, uma orografia acidentada e a reduzida densidade populacional em diversas áreas, o Concelho de Mirandela tem uma cobertura territorial bastante satisfatória (Plural, 2015). A região sul apresenta, contudo, uma estrutura viária mais débil, resultante da configuração acentuadamente radial da rede (centrada na cidade de Mirandela) e no reduzido número de troços que assegurem o estabelecimento de ligações transversais entre zonas significativas do território.

Quanto a acessibilidades ferroviárias, o Concelho de Mirandela possui um serviço de passageiros que assegura as ligações Mirandela-Carvalhais e Cachão-Mirandela, resultante da desativação da Linha do Tua que, durante décadas, serviu o nordeste transmontano assegurando uma ligação direta à linha do Douro e ao Porto. O transporte ferroviário tem, atualmente, uma utilização residual face às suas potencialidades.

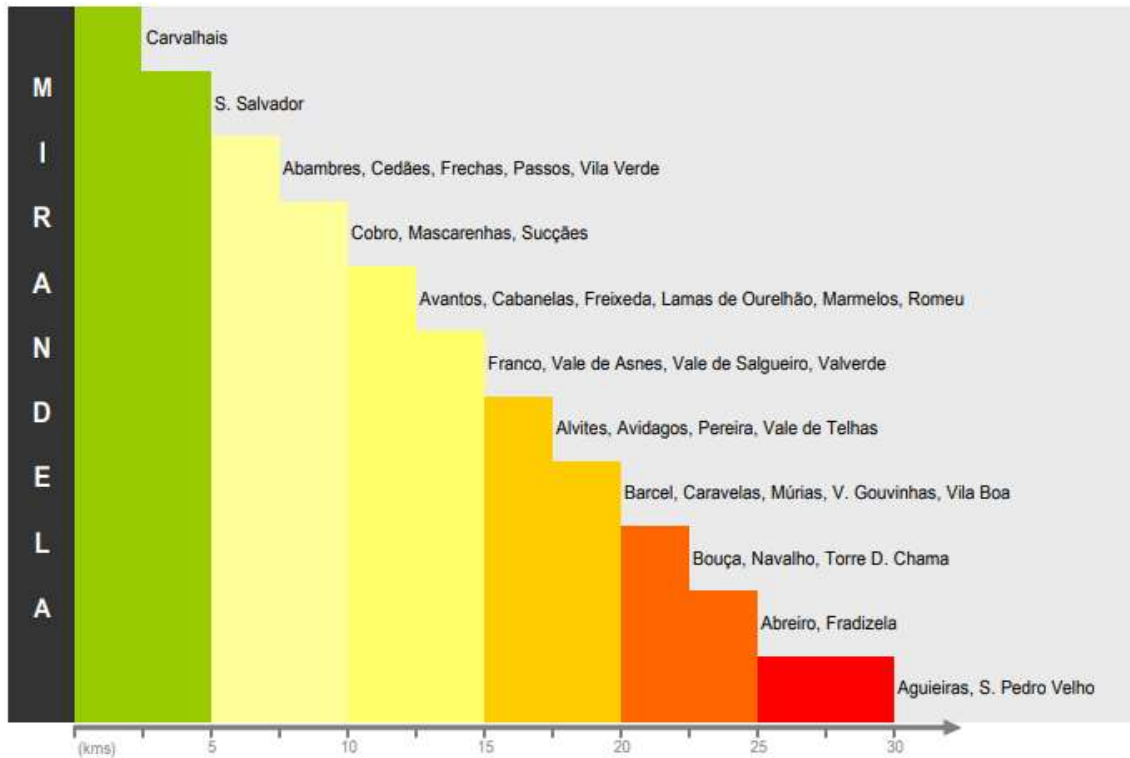


Figura 7. Distâncias entre a sede de concelho e os principais polos geradores de fluxos.

Entre Carvalhais, Mirandela e o Cachão, funcionava, desde 1995, um metro ligeiro de superfície, tipo urbano, resultante das medidas de compensação pelo encerramento do troço da Linha do Tua entre Mirandela e Bragança, no início da década de 90. No dia 28 de Dezembro de 2011 foi assinado um protocolo de entendimento entre as autarquias de Mirandela, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Alijó e Murça, a administração da CP e a Refer, que permitiu que o Metropolitano Ligeiro de Mirandela continuasse a efetuar a ligação entre Mirandela e Foz do Tua. A 14 de Dezembro de 2018 os serviços ferroviários da Linha do Tua foram suspensos, para permitir a execução de obras na linha e a reparação das automotoras, que passarão a fazer parte do Plano de Mobilidade do Tua. Atualmente, e até o Plano de Mobilidade do Tua entrar em vigor, a ligação entre Mirandela – Carvalhais e Mirandela – Cachão é assegurada por um serviço de transporte rodoviário que abrange o perímetro urbano e periferias de Mirandela, realizando também a ligação fora do concelho entre Mirandela e Foz do Tua.

O transporte coletivo rodoviário é assegurado essencialmente por operadores privados, embora com um grau de cobertura progressivamente mais reduzido, fortes limitações temporais, e ausência de serviço em diversos de aglomerados. A extensão do concelho e a dispersão dos núcleos urbanos provocam um esforço acrescido para assegurar a prestação de um serviço de transporte rodoviário convencional regular para as diversas freguesias. Este contexto geo-demográfico tem condicionado a mobilidade, tornando-a “extremamente dependente das rodovias e do transporte individual e onde a importância dos transportes públicos, com exceção do transporte escolar, é muito residual” (Plural, 2015, p. 264). A circulação pedonal ou em modos suaves de transporte apenas assume alguma relevância ao nível local (deslocações no interior dos aglomerados).

No que diz respeito ao transporte rodoviário de longo curso de passageiros, “encontram-se asseguradas ligações diárias entre Mirandela e os principais centros urbanos da região e do país” (Plural, 2015, p. 26). Na cidade de Mirandela existe um sistema de transportes urbanos que englobam também os núcleos urbanos vizinhos de Carvalhais e Vila Nova das Patas e parte da freguesia de Suções (Figura 8).

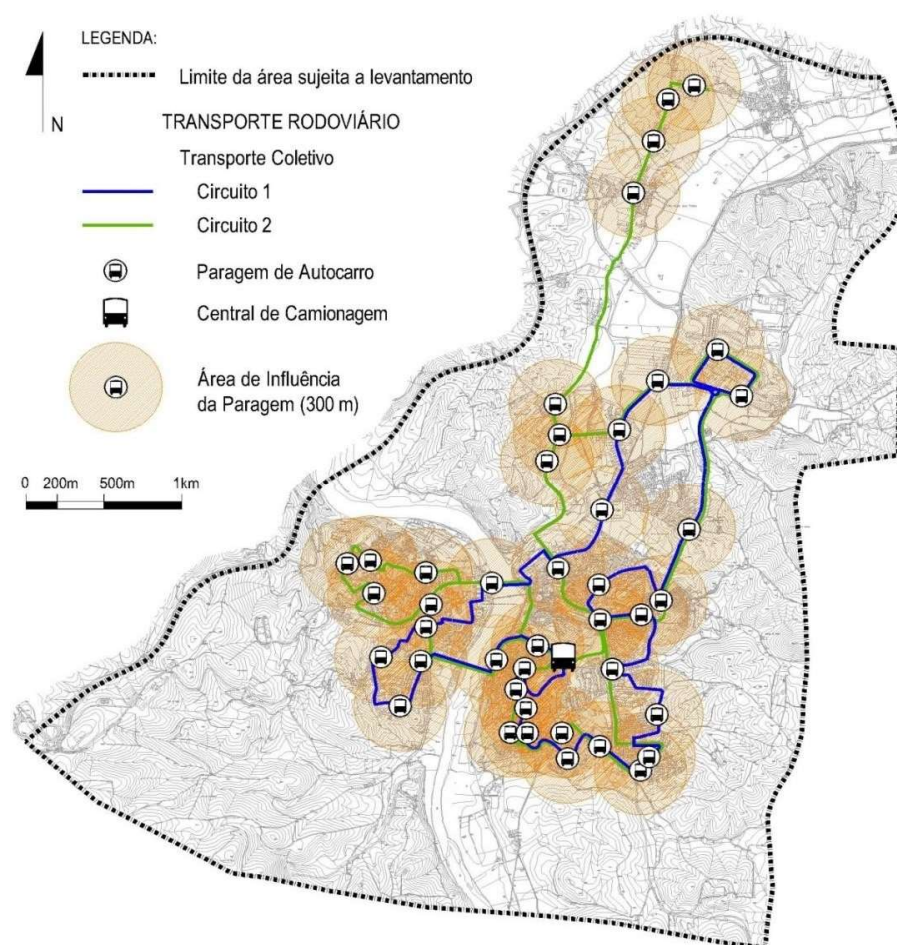


Figura 8. Rede de transportes coletivos urbanos (Plural, 2015, p. 258).

2.4 - Acessibilidades e cobertura digital

A informação sobre o acesso à Internet, rede móvel e TDT, constitui a infraestrutura de redes de comunicação para a sociedade da informação. É uma condição necessária, mas não suficiente. A Tabela 2 oferece uma panorâmica das condições dessa infraestrutura na zona mais rural do concelho, conforme a informação fornecida pelas juntas de freguesia.

De notar que algumas freguesias indicam zonas de sombra em relação a algumas operadoras, mas na maioria dos casos referem-se a zonas de sombra independentemente das operadoras.

Na freguesia de Aguietas, em duas aldeias existe a possibilidade de internet por fibra, pois os postes foram colocados por parte da empresa Águas de Trás-os-Montes. Existe cobertura móvel e de TDT, embora com sinal muito fraco.

Tabela 2. Internet, rede móvel e TDT.

Freguesias	Serviço de Internet Pública	Serviço de apoio digital	Zonas de Sombra de rede móvel	Zonas de Sombra TDT
Cabanelas	Sim	não	sim	não
Vale de Gouvinhas	Não	sim	sim	não
Fradizela	Não	sim	sim	não
Vale de Asnes	Não	não	sim	sim
União de freguesias da Freixeda	-	-	sim	não
Lamas de Orelhão	-	-	sim	não
Abambres	Não	não	sim	não
Aguietas	Não	sim	não	não
Avidagos	Não	não	-	não
União de freguesias de Franco e Vila Boa	Não	não	sim	não
Vale de Telhas	Não	sim	sim	não

Fonte: Juntas de Freguesia.

A este respeito destacamos que de acordo com a Carta da Altice "De acordo com a informação das áreas de Engenharia da Altice Portugal, verifica-se que a cobertura de rede móvel se cifra acima dos 90% em grande parte do concelho, podendo, pontualmente, existir zonas com cobertura mais fraca devido à orografia do terreno e devido à distância das estações de base na zona envolvente. Para fazer face a estas dificuldades, estão previstas novas estações para reforço de cobertura móvel".

2.5 - Dinâmica populacional

Neste ponto são apresentados os dados alusivos à distribuição da população do Concelho de Mirandela, sendo a fonte privilegiada de acesso aos dados a PORDATA.

2.5.1 -Evolução demográfica da população residente

Na Tabela 3 é possível observar que, em 2019, a população residente no Concelho de Mirandela é de 21.781 habitantes. É ainda de notar que, entre 2001 e 2019, apresenta um decréscimo populacional de -8,43%, sendo este também evidente a nível nacional (-2,60%), bem como nas Terras de Trás-os-Montes (-8,18%). Tal facto denuncia uma perda da população residente, nesse mesmo período temporal, o qual era 0,25% superior nas Terras de Trás-os-Montes e 5,83% superior da média anual da população residente a nível nacional.

Tabela 3. Média anual da população residente nos anos de 2001, 2011 e 2019 e respetiva variação percentual.

Unidades territoriais	População residente			Variação percentual ¹	
	2001	2011	2019	2001/2011	2011/2019
Portugal	10.362.722	10.557.560	10.286.263	1,88	-2,60
Terras de Trás-os-Montes	126.808	117.255	107.661	-7,53	-8,18
Concelho de Mirandela	25.756	23.786	21.781	-7,65	-8,43

Fonte: Adaptado de PORDATA.

A Figura 9 permite observar a evolução da população residente no Concelho de Mirandela no período compreendido entre 2001 e 2019, sendo claramente visível o decréscimo populacional.

Ainda em relação à população residente no Concelho de Mirandela, conforme se pode verificar, pela observação da Figura 10 constata-se uma predominância de elementos do sexo feminino, em 2001, 2011 e 2019.

¹ A variação percentual foi calculada a partir dos dados da PORDATA.

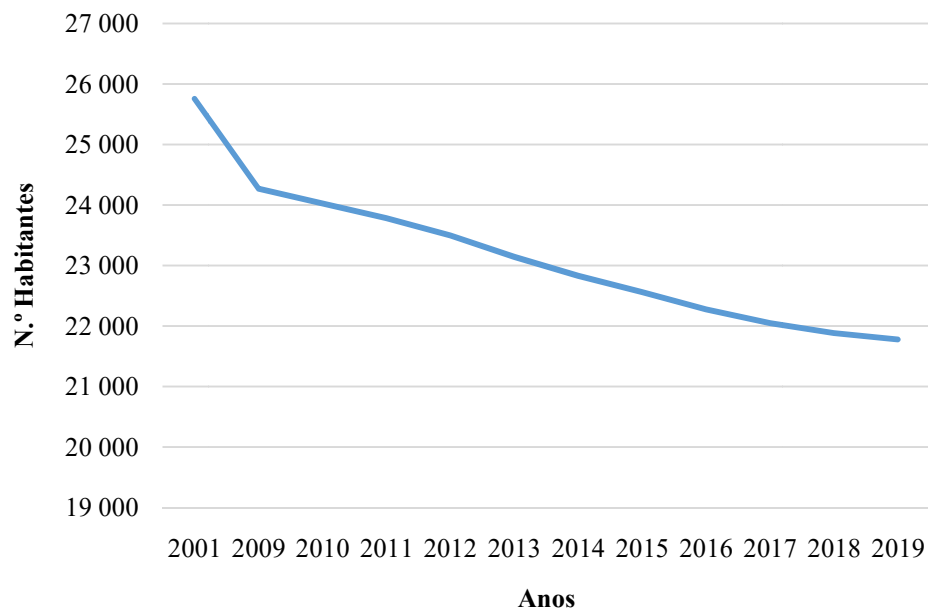


Figura 9. Evolução da população residente no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001 a 2019 (adaptado de PORDATA).

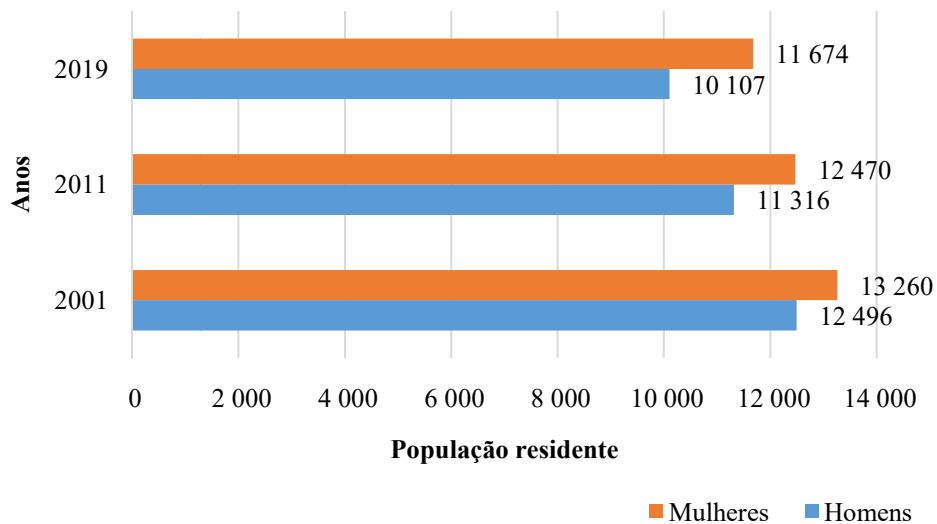


Figura 10. Evolução da média anual da população residente no Concelho de Mirandela, em função do sexo, nos períodos de 2001, 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

Os valores alusivos à taxa bruta de natalidade (número de nados-vivos, num determinado período de tempo, referido à população média desse período) e à taxa bruta de mortalidade (número de óbitos, num determinado período de tempo, referido à população média desse período) espelham um envelhecimento populacional significativo no Concelho de Mirandela. Atendendo ao ano de 2019 é notório

que a taxa de natalidade no Concelho de Mirandela (6,9%) é inferior à registada a nível nacional (8,4%) e superior às da CIM Terras de Trás-os-Montes (5,9%) (Tabela 4). Em termos de taxa de mortalidade também o Concelho de Mirandela (13,9%) e a CIM Terras de Trás-os-Montes (15,9%) surgem como as unidades territoriais com a taxa mais significativa, apresentando valores superiores à registada a nível nacional (10,9%).

Tabela 4. Taxas bruta de natalidade e de mortalidade, nos períodos de 2001, 2011 e 2019.

Unidades territoriais	Taxa bruta de natalidade			Taxa de bruta de mortalidade		
	2001	2011	2019	2001	2011	2019
Portugal	10,9	9,2	8,4	10,1	9,7	10,9
Terras de Trás-os-Montes	7,7	6,1	5,9	12,8	13,0	15,9
Concelho de Mirandela	8,3	7,1	6,9	11,3	11,1	13,9

Fonte: Adaptado de PORDATA

Outro dado de especial relevância é o número de nados vivos, ou seja, o número de crianças nascidas com vida no Concelho de Mirandela. Da análise do período compreendido entre 2001 e 2019 torna-se evidente uma diminuição progressiva (de 215 para 151) do número de nascimentos de crianças cujas mães são residentes em Portugal (Figura 11).

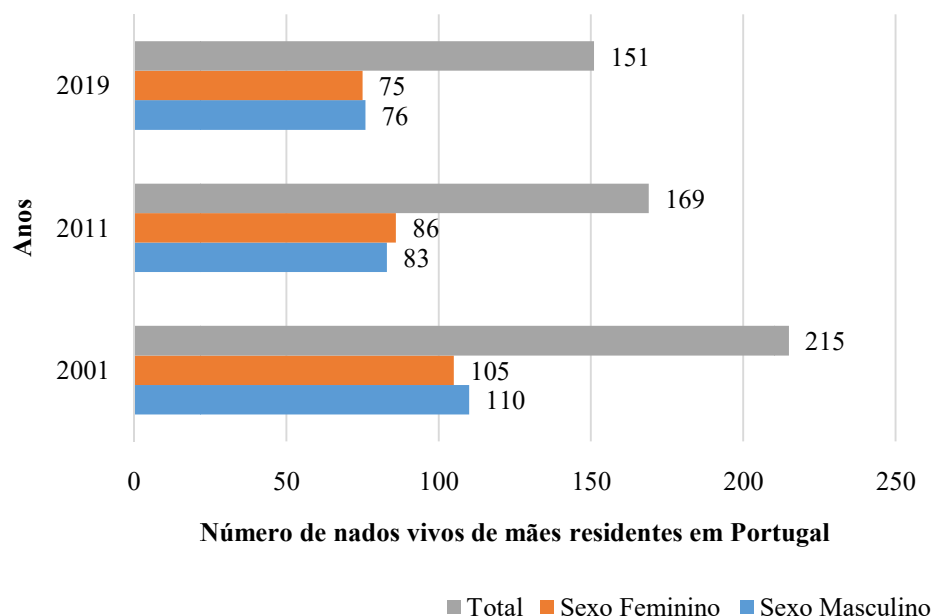


Figura 11. Nados vivos de mães residentes em Portugal, atendendo ao sexo das crianças nascidas, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

Analisando ainda o número de crianças nascidas de mães portuguesas assiste-se, entre 2001 e 2019, a uma redução no número de nascimentos (de 209 para 139), mas, em contrapartida, é notório um aumento do número de nascimentos de mãe estrangeiras residentes neste concelho (de 6 para 12) (Figura 12).

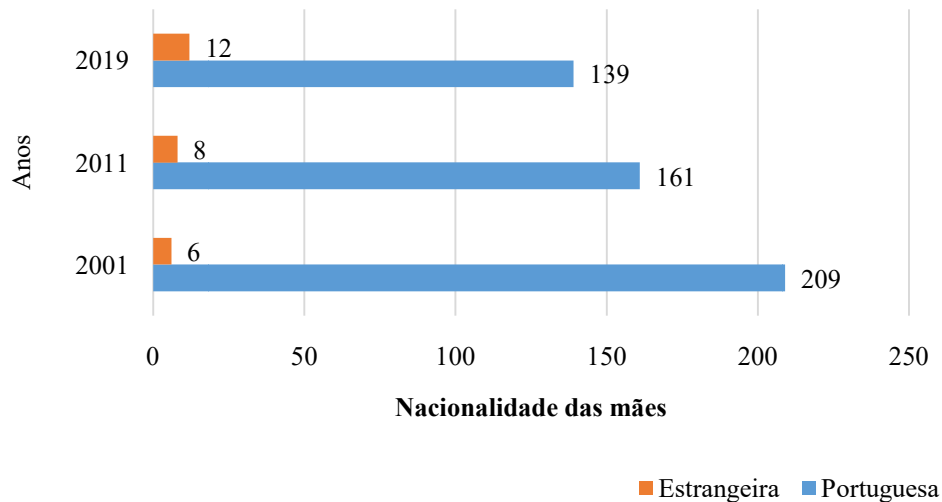


Figura 12. Nados vivos de mães residentes em Portugal, atendendo à nacionalidade das mães, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

No que diz respeito aos óbitos na população residente no Concelho de Mirandela evidencia-se uma desaceleração entre 2001 e 2011 (de 291 para 264) mas um novo aumento entre 2011 e 2019 (de 264 para 302) (Figura 13).

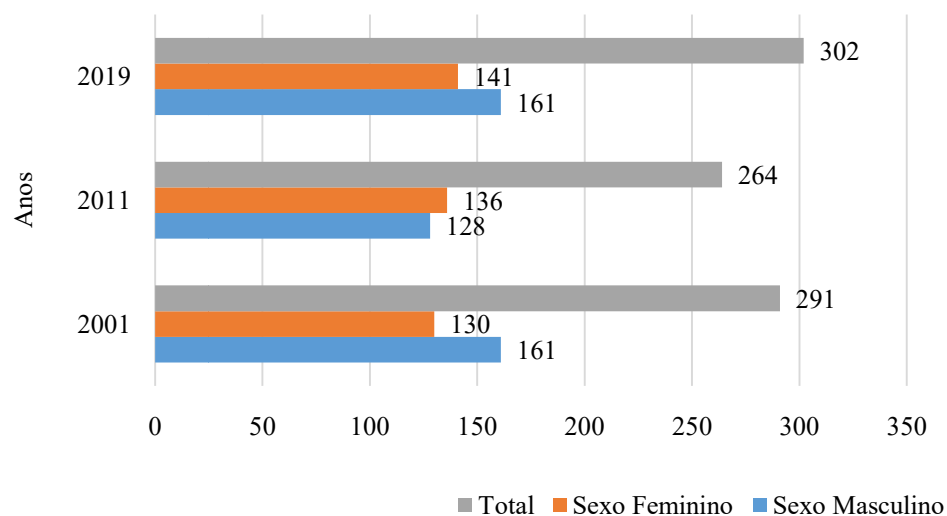


Figura 13. Número de óbitos, atendendo ao sexo da população residente, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

Da análise da evolução da população do Concelho de Mirandela verifica-se igualmente uma redução progressiva do saldo natural (definido como a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período), atingindo o seu valor mais baixo em 2019 (-151) (Tabela 5). Por sua vez, no que concerne ao saldo migratório (operacionalizado como a diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram) o valor mais baixo remonta ao ano de 2011 (-138) e o valor mais elevado e positivo a 2019 (97), como consta da Tabela 5.

Tabela 5: Saldo natural e saldo migratório no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001, 2011 e 2019.

Indicadores	2001	2011	2019
Saldo natural	-76	-95	-151
Saldo migratório	3	-138	97

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Para uma melhor compreensão dos movimentos populacionais no Concelho de Mirandela, pode-se verificar que, em 2018, a perda da população residente apresenta uma variação negativa na taxa de crescimento efetivo (alusiva à variação populacional observada durante um determinado período de tempo), cujo valor era de -0,71. Neste mesmo período, a taxa de crescimento natural (correspondente ao saldo natural observado durante um determinado período de tempo) regista um valor negativo de -0,87, tornando-se evidente que o número de óbitos no concelho foi superior ao número de nascimentos (Tabela 6).

Tabela 6. Taxas de crescimento efetiva e natural, nos períodos de 2011 e 2018.

Unidades territoriais	Taxa de crescimento efetiva		Taxa de crescimento natural	
	2011	2018	2011	2018
Portugal	-0,29	-0,14	-0,06	-0,25
Terras de Trás-os-Montes	-1,05	-0,63	-0,73	-0,92
Concelho de Mirandela	-0,70	-0,71	-0,40	-0,87

Fonte: Adaptado de Anuário Estatístico Zona Norte 2011 e 2018 (INE, 2012, 2019).

2.5.2 -Densidade populacional

Outro indicador de relevância do ponto de vista demográfico é a densidade populacional, o qual reflete o rácio número de habitantes por km². É de salientar a diminuição da densidade populacional no Concelho de Mirandela, pois evidencia-se que, em 2019, a densidade populacional era de 33,1 habitantes/km², inferior ao de 2011 e de 2001, correspondente, respetivamente, a 36,1 habitantes/km² e a

39,1 habitantes/km². Esta tendência tem igualmente vindo a registar-se a nível nacional, bem como na CIM Terras de Trás-os-Montes (Tabela 7).

Tabela 7. Estimativas anuais da população residente, em 2001, 2011 e 2019 e a respetiva variação percentual.

Unidades territoriais	Densidade populacional		
	2001	2011	2019
Portugal	112,5	114,5	111,5
Terras de Trás-os-Montes	22,9	21,2	19,4
Concelho de Mirandela	39,1	36,1	33,1

Fonte: Adaptado de PORDATA.

2.5.3 -Distribuição etária da população residente

Como se pode verificar pela observação da Tabela 8 o Concelho de Mirandela segue a tendência de envelhecimento registada no país, constatando-se uma redução do número de habitantes com menos de 14 anos, bem como entre os 15 e os 64 anos. Verifica-se, contudo, um aumento no número de habitantes com 65 ou mais anos de idade. Esta tendência é igualmente comum às NUTS III-Terras de Trás-os-Montes. A distribuição percentual da população residente por grandes grupos etários é superior na população com menos de 15 anos e no intervalo entre os 15 e os 64 anos, sendo inferior na população com 65 ou mais anos comparativamente às NUTS III-Terras de Trás-os-Montes. Consequentemente, no caso do Concelho de Mirandela evidencia-se maioritariamente, a população entre os 15 e os 64 anos, seguida pela população com 65 ou mais anos, e, por último, os grupos etários dos 0 aos 14 anos.

Tabela 8. Distribuição da população residente por grandes grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2019.

Estrutura Etária	Portugal			Terras de Trás-os-Montes			Concelho de Mirandela		
	2001	2011	2019	2001	2011	2019	2001	2011	2019
0-14 anos	1.679.191	1.584.037	1.402.276	17.175	13.216	10.686	3.965	2.875	2.317
15-64 anos	6.978.257	6.981.489	6.621.663	80.151	71.806	64.527	16.559	15.069	13.318
65 ou mais anos	1.705.274	1.992.034	2.262.325	29.483	32.234	32.448	5.232	5.842	6.147
Total	10.362.722	10.557.560	10.286.263	126.808	117.255	107.661	25.756	23.786	21.781

Fonte: Adaptado de PORDATA.

A análise da estrutura etária do concelho consagrando grupos etários quinquenais permite uma visão mais pormenorizada da evolução da população residente nos períodos entre 2001 e 2019. Tal como se apresenta na Tabela 9, nos anos de 2001 e 2019, não só é perceptível a contração do grupo etário até aos 14 anos de idade, como também se destaca a diminuição de vários grupos etários até aos 54 anos de idade, inclusive o grupo etário entre os 70 e 74 anos de idade. No entanto, os restantes grupos apresentam um aumento substantivo.

Tabela 9. Distribuição da população residente no Concelho de Mirandela, por grupo etário, nos anos de 2001 e 2019.

Indicadores	2001	2019
0-4 anos	1.150	718
5-9 anos	1.251	763
10-14 anos	1.565	837
15-19 anos	1.738	1.000
20-24 anos	1.880	1.131
25-29 anos	1.602	1.114
30-34 anos	1.560	1.052
35-39 anos	1.637	1.237
40-44 anos	1.776	1.376
45-49 anos	1.749	1.471
50-54 anos	1.547	1.511
55-59 anos	1.490	1.669
60-64 anos	1.581	1.759
65-69 anos	1.586	1.626
70-74 anos	1.355	1.316
75-79 anos	1.097	1.199
80-84 anos	693	1.063
85 ou mais anos	503	944

Fonte: Adaptado de PORDATA.

O Concelho de Mirandela pauta-se por uma progressiva tendência de envelhecimento da população residente, sendo marcante o decréscimo da população mais jovem e o aumento da população mais envelhecida (Tabela 9). A este propósito, importa refletir sobre o índice de envelhecimento traduz o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Da análise dos valores no Concelho de Mirandela destaca-se um aumento deste índice, o que se traduz num aumento da população idosa entre 2001 e 2019, de 132,0 para 265,4 em 2019. Tal significa que o número de pessoas idosas supera o de jovens, sendo esta tendência análoga a nível nacional e na CIM Terras de Trás-os-Montes (Tabela 10).

Tabela 10. Evolução do índice de envelhecimento nos períodos de 2001, 2011 e 2019.

Unidades territoriais	Índice de envelhecimento (%)		
	2001	2011	2019
Portugal	101,6	125,8	161,3
Terras de Trás-os-Montes	171,7	243,9	303,6
Concelho de Mirandela	132,0	203,2	265,4

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tal como se apresenta na Figura 14, a população residente no Concelho de Mirandela em 2013, por sexo e grupos etários, encontra-se representada através da forma de uma pirâmide etária onde é notório um estreitamento da base da pirâmide e um alargamento no topo da pirâmide.

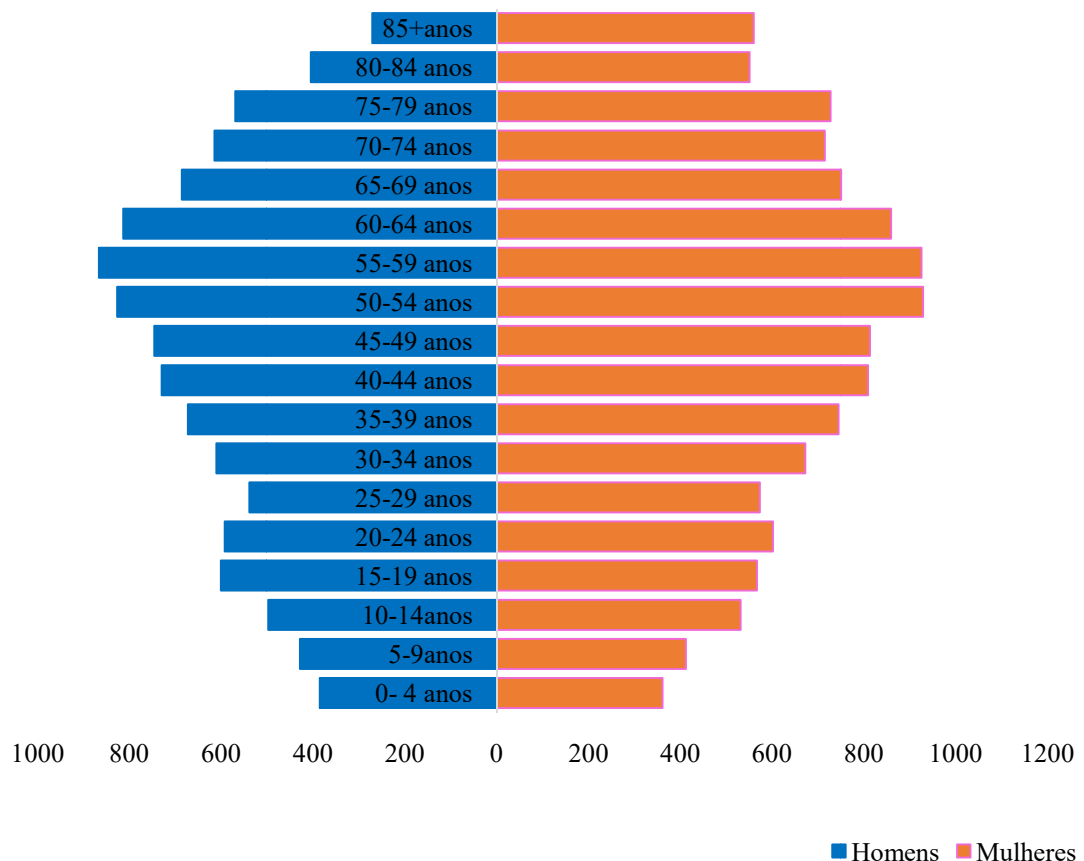


Figura 14. Pirâmide etária do Concelho de Mirandela, por sexo no ano de 2013 (adaptado de PORDATA).

Acresce mencionar que, observando o índice de dependência de idosos (ou seja, o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos), verificou-se um aumento de 2001 para 2011, mas, em 2019, apresentou uma diminuição acentuada comparativamente à CIM Terras de Trás-os-Montes e atingiu valor idêntico ao nível do país (Tabela 10). Contudo, apesar do seu

decréscimo, é de realçar que o índice de dependência de jovens (relativo ao número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos), apresenta nos três períodos em análise valores inferiores a 100, espelhando, assim, uma dinâmica demográfica que supera o índice de dependência idosa, o que significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa (Tabela 11).

Tabela 11. Evolução do índice de dependência de idosos e de jovens nos períodos de 2001, 2011 e 2019.

Unidades territoriais	Índice de dependência de idosos			Índice de dependência de jovens		
	2001	2011	2019	2001	2011	2019
Portugal	24,4	28,5	31,1	24,1	22,7	21,2
Terras de Trás-os-Montes	36,3	44,9	46,2	21,4	18,4	16,6
Concelho de Mirandela	31,6	38,8	31,1	23,9	19,1	17,4

Fonte: Adaptado de PORDATA.

2.5.4 - Residentes não nacionais

No Concelho de Mirandela, tanto em 2011, como em 2018, residem 478 estrangeiros com estatuto legal, valor superior ao registado no ano de 2008 (Tabela 12).

Tabela 12. População estrangeira com estatuto legal de residente nos períodos de 2008, 2011 e 2018 e respetiva variação percentual.

Unidades territoriais	População estrangeira			Variação percentual	
	2008	2011	2018	2008/2011	2011/2018
Portugal	436.020	434.708	477.472	9,51	9,84
Terras de Trás-os-Montes	1.532	1.922	2.864	86,95	49,01
Concelho de Mirandela	346	478	478	38,15	0

Fonte: Adaptado de PORDATA. A variação percentual foi calculada a partir dos dados da PORDATA.

Ainda face aos residentes não nacionais, à exceção do ano de 2011, nos anos de 2008 e 2018 destaca-se o predomínio da população do sexo feminino (Figura 15).

Quanto à nacionalidade da população estrangeira no ano de 2018 é evidente o predomínio da população residente não nacional proveniente do Brasil, de outros países asiáticos, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe (Figura 16).

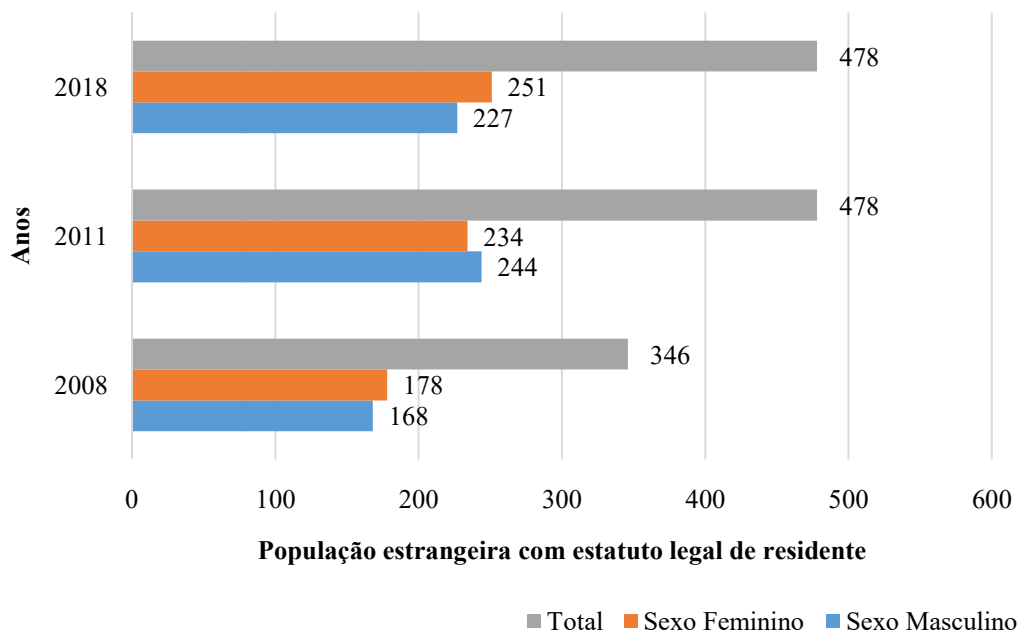


Figura 15. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente, em função do sexo, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2008, 2011 e 2018 (adaptado de PORDATA).

2.6 - Dinâmica socioeconómica

A dinâmica socioeconómica é analisada consagrando indicadores de desempenho da rede social e económica do Município de Mirandela e, sempre que possível, mediante comparação direta com o contexto macro-regional. Este tópico foi elaborado com base na informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedor (GAEE) da Câmara Municipal de Mirandela e de outras fontes (como a PORDATA e o Anuário Estatístico da Região Norte 2018).

2.6.1 - Setores de atividades económicas

O Decreto-Lei.º 381/2007, de 14 de novembro, estabelece a Classificação de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE–Rev.3) a adotar a nível nacional em consonância com as classificações das Nações Unidas (CITA-Rev.4) e da União Europeia (NACE-Ver.2). À luz do referido Decreto-Lei são três os grupos principais de atividades económicas, a saber: setor primário (secção A), setor secundário (secção B-F) e setor terciário (secção GU).

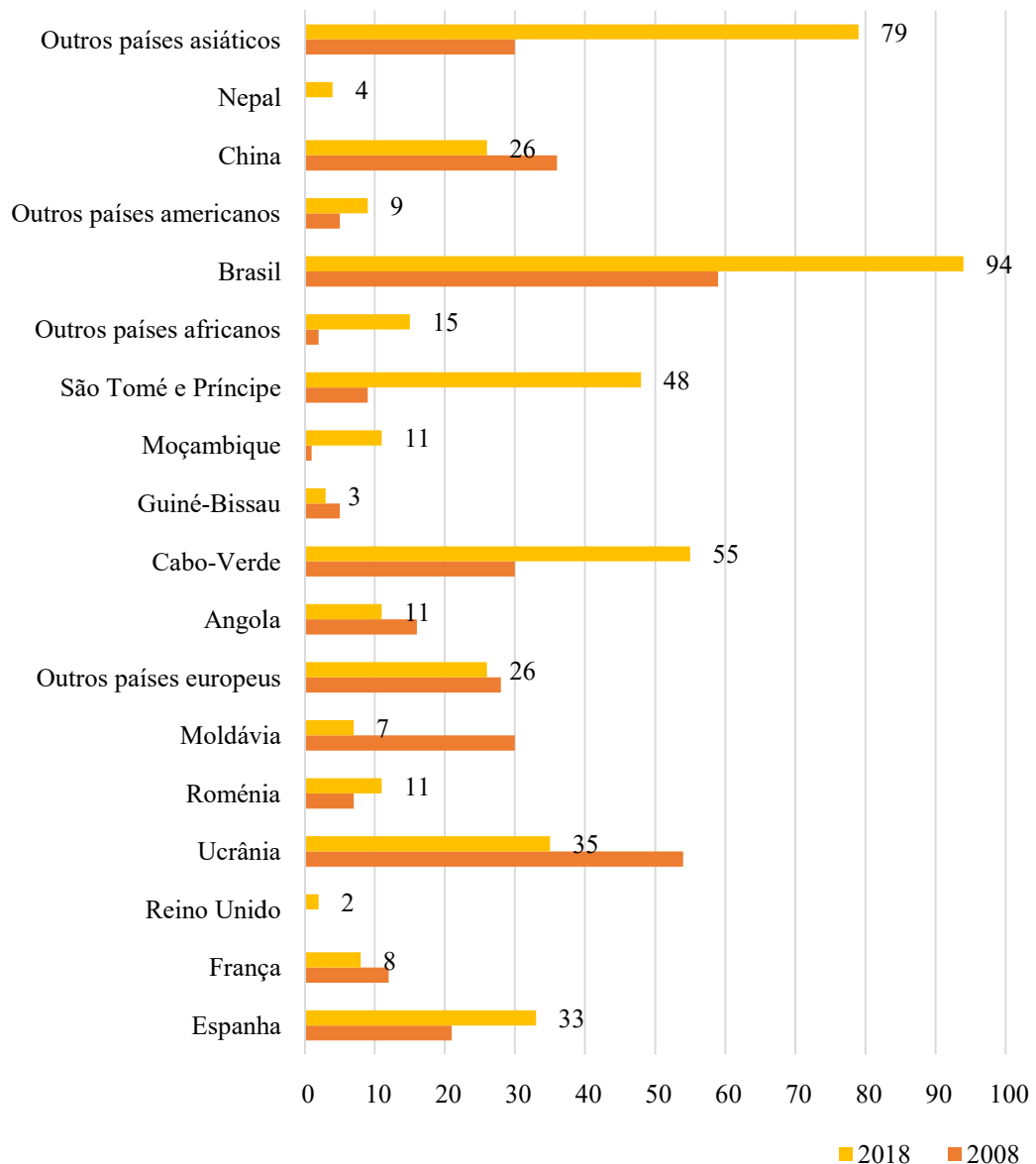


Figura 16. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente, em função da nacionalidade, no Concelho de Mirandela, nos anos de 2008 e 2018 (adaptado de PORDATA).

Da análise da Tabela 13 constata-se que, em 2011, a distribuição da população empregada no Concelho de Mirandela, por setores de atividade económica evidenciava uma concentração muito significativa no sector terciário (6075), seguido do setor secundário (1551) e do setor primário (909). Destaca-se ainda, entre os períodos de 2001 e 2011, uma redução dos setores primário e secundário no Concelho de Mirandela. Esta redução também se regista a nível nacional, e na CIM Terras de Trás-os-Montes.

Tabela 13. População residente empregada por setor de atividade e sexo, nos anos de 2001 e 2011.

Indicadores		Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela	
		2001	2011	2001	2011	2001	2011
Setor primário	Homens	↓155.387	94.474	↓6.390	3.545	↓1.132	716
	Mulheres	↓76.259	38.912	↓2.122	886	↓204	193
	Total	↓231.646	133.386	↓8.512	4.431	↓1336	909
Setor secundário	Homens	↓1.138.958	831.835	↓8.250	6.611	↓1.749	1.246
	Mulheres	↓493.680	322.874	↓1.207	1.119	↓427	305
	Total	↓1.632.638	1.154.709	↓9.457	7.730	↓2176	1551
Setor terciário	Homens	↓1.304.743	1.349.665	↓12.850	12.605	↓2.724	2.689
	Mulheres	↓1.481.920	1.723.427	↓13.606	16.349	↓2912	3386
	Total	↓2.786.663	3.073.092	↓26.456	28.954	↓5636	6075

Legenda: ↓ - quebra de série.

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Da análise do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no Concelho de Mirandela verifica-se que, em 2017, é no setor terciário onde existe um ganho médio mensal mais elevado (de 919,02€), seguindo-se o setor secundário (914,51 €) e por último o setor primário (765,33€), tendência similar à registada a nível nacional e nas Terras de Trás-os-Montes. Importa ainda mencionar as assimetrias a nível do ganho médio mensal entre homens e mulheres, sendo este valor inferior nos trabalhadores do sexo feminino em todos os setores de atividade analisados (Tabela 14).

Tabela 14. Ganho médio mensal por setor de atividade, segundo o sexo, no ano de 2017.

Indicadores		Portugal	Terras de Trás-os-Montes	Concelho de Mirandela
		2017	2017	2017
Setor primário	Homens	882,17	747,62	755,97
	Mulheres	779,17	788,52	790,75
	Total	852,04	761,55	765,33
Setor secundário	Homens	1.142,29	901,11	830,81
	Mulheres	912,16	810,78	774,82
	Total	1.067,48	878,31	814,51
Setor terciário	Homens	1.308,90	979,14	995,83
	Mulheres	1.041,07	847,88	868,25
	Total	1.168,27	901,19	919,02

Fonte: Adaptado de Anuário Estatístico da Região Norte 2018.

2.6.2 - Estruturas de empregabilidade

Analisando o tecido empresarial, e tendo por base a informação disponibilizada pelo GAEE, o Concelho de Mirandela caracteriza-se pela predominância de pequenas e médias empresas (PME'S) que têm contribuído para a criação de empregos nesta área geográfica. Segundo a GAEE existem, atualmente, neste concelho, 2463 Empresas, das quais 50% são empresas/comércio e prestadores de serviços.

Acresce igualmente referir que, considerando os dados disponibilizados no Anuário Estatístico da Região Norte de 2018, no ano de 2017, as principais Empresas localizadas no Concelho de Mirandela abrangiam as áreas da agricultura e agropecuária, correspondendo a um total de 1347 empresas (Tabela 15). De acordo com o GAEE tal pode explicar-se pela localização geográfica (na Terra Quente Transmontana), pelas condições climáticas e pela fertilidade do solo que permitem a produção de variados produtos agrícolas (entre eles, a produção de azeite e vinhos, e frutos secos, bem como a criação de gado ovino e caprino). De assinalar ainda que alguns destes produtos estão reconhecidos e valorizados pela União Europeia na cadeia de géneros alimentícios, sendo, por isso, considerados de Denominação Origem Protegida, a saber: entre eles: o Azeite de Trás-os-Montes, o Mel da Terra Quente, o Queijo Terrincho, o Queijo de Cabra Transmontano, o Cabrito Transmontano, o Borrego Terrincho, a Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo, o Vinho de Trás-os-Montes e a Alheira de Mirandela com a Indicação Geográfica Protegida.

No que concerne ao setor comercial, segundo a mesma fonte existiam, em 2017, no Concelho de Mirandela, 519 Empresas (Tabela 15). A este propósito, segundo o GAEE, no setor industrial destaca-se, sobretudo, a existência de Lojas de Produtos Regionais, Supermercados, Têxteis, Vestuário, Calçado, Eletrodomésticos, Livrarias, Comércio Automóvel, incluindo combustível e diversos.

Tabela 15. Empresas sedeadas segundo a CAE, em 2017.

Unidades territoriais	A	C	D
Portugal	132.928	7.555	4.062
Terras de Trás-os-Montes	10.012	586	64
Concelho de Mirandela	1.347	130	5

Legenda: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; C - Indústrias Extrativas; D - Indústrias Transformadoras.

Fonte: Adaptado de Anuário Estatístico da Região Norte 2018.

Ainda, segundo o GAEE, a Alheira de Mirandela e as atividades que, direta e indiretamente lhe estão associadas, ao longo dos anos permitiram potenciar iniciativas empresariais em vários setores económicos, tais como o setor pecuário e indústrias de panificação. Tal despoletou o aumento da procura

turística, existindo, na atualidade, 83 restaurantes e 25 lojas de venda de produtos regionais, bem como 5 empresas de animação turística.

Tendo em conta os dados disponibilizados no Anuário Estatístico da Região Norte 2018, existiam, em 2017, no Concelho de Mirandela existiam, 130 Indústrias Extrativas e 5 Indústrias Transformadoras (Tabela 15). Com base nos dados disponibilizados pelo GAEE os setores predominantes na atualidade são: Indústria agroalimentares; Indústria de panificação e derivados de panificação; Lagares de extração de azeite; Materiais de construção civil; Granitos; Móveis e sofás; Empresa de Construção Civil; Carpintarias/Serralharias/Galvanizadoras e Oficinas de reparação de automóveis.

Relativamente à atividade industrial é de realçar a existência de infraestruturas de suporte, as quais estão situadas na Zona Industrial de Mirandela, com cobertura de fibra ótica e com ligações aos principais centros regionais, nacionais e internacionais, a saber:

- Ligações rodoviárias: IP2, A4/IP4 e IC5;
- Ligações aeroportuárias: através do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto), bem como do aeródromo de Bragança e Vila Real;
- Ligações ferroviárias: através da linha do Norte;
- Ligações marítimas: através dos portos de Leixões e Viana do Castelo.

Mirandela situa-se ainda a 400 quilómetros de Madrid (correspondendo a cerca de quatro horas de deslocação), demarcando-se não só pela proximidade a Espanha, mas também a outros países da Europa. Importa ainda referir que, segundo o GAEE, está previsto um novo loteamento ZI.2, bem com uma nova zona industrial Z.3 e a reabilitação do Complexo Agro-Industrial do Cachão.

2.6.3 - Caracterização da população ativa e inativa

Entende-se por população ativa a população com idade de pelo menos 15 anos que, no período de referência, representava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Já a população inativa abrange o conjunto de indivíduos que, independentemente da idade, num determinado período de tempo não pode ser considerada economicamente ativa (que não se encontra empregada, nem desempregada).

De referir que, de acordo com os dados dos Censos, disponibilizados na PORDATA, em 2011 o total da população ativa do Concelho de Mirandela engloba 9.716 indivíduos.

Relativamente à população empregada, é notório o predomínio de indivíduos com idades entre os 35 e os 54 anos. Denota-se igualmente que a menor proporção de empregados se insere na faixa etária entre os 15 e os 24 anos (Tabela 16).

Tabela 16. População empregada, total e grupo etário, nos anos de 2001 e 2011.

Indicadores	Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
12-24 anos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
15-24 anos	639.277	311.146	8.819	4.109	1.292	689
25-34 anos	1.310.914	1.120.774	17.888	15.577	3.485	3.360
35-44 anos	1.213.481	1.263.502	20.116	17.804	3.838	3.843
45-54 anos	945.721	1.064.292	17.150	18.592	3.274	3.737
55-64 anos	452.051	531.584	10.009	10.921	1.430	2.047
65 ou mais anos	89.503	69.889	2.374	1.438	271	210
Total	↓4.650.947	4.361.187	↓76.356	68.441	↓13.590	13.886

Legenda: ↓ - quebra de série.

Fonte: Adaptado de PORDATA.

No que concerne à população empregada por situação profissional principal é evidente uma maior representatividade do trabalhador por conta de outrem, seguindo-se o trabalhador por conta própria como empregador e, por último, o trabalhador por conta própria como isolado (Tabela 17).

Já o total da população inativa (na qual se incluem estudantes, domésticos, reformados, incapacitados e outros inativos) é de 4671 residentes. Face a esta população residente inativa, a sua situação perante a atividade económica, mais comum em 2011 no Concelho de Mirandela é a de reformados (3031), seguida dos estudantes (845), de outros casos de inativos (589), dos incapacitados permanentemente para o trabalho (183) e dos domésticos (23). Esta tendência é similar à registada nas CIM Terras de Trás-os-Montes (Tabela 18).

Acresce referir que, de 2001 para 2011 houve um aumento do número total de desempregados no Concelho de Mirandela. Uma análise mais pormenorizada da distribuição da população empregada e desempregada, por grupo etário, evidencia que, em 2011, no Concelho de Mirandela, o maior número de desempregados encontra-se nas faixas etárias dos 25 aos 34 anos, seguindo-se dos 45 aos 54 anos, dos 35 aos 44 anos, dos 15 aos 24 anos e dos 55 aos 64 anos (Tabela 19).

Tabela 17. População empregada, segundo o sexo e a situação na profissão principal, segundo os Censos, nos anos de 2001 e 2011.

Indicadores		Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela	
		2001	2011	2001	2011	2001	2011
Trabalhador por conta própria como empregador	Homens	318.675	297.068	8.687	5.995	885	757
	Mulheres	160.129	162.055	1.581	1.524	340	369
	Total	478.804	459.123	10.268	7.519	1.225	1.126
Trabalhador por conta própria como isolado	Homens	184.892	167.314	8.082	6.371	828	583
	Mulheres	109.211	118.776	1.400	1.465	247	301
	Total	294.103	286.090	9.482	7.836	1.075	884
Trabalhador familiar não remunerado	Homens	11.407	9.275	1.117	862	96	72
	Mulheres	24.532	14.855	1.131	356	84	51
	Total	35.939	24.130	2.248	1.218	180	123
Trabalhador por conta de outrem	Homens	2.059.768	1.779.158	29.675	25.050	3.730	3.178
	Mulheres	1.734.224	1.761.178	12.539	14.741	2.792	3.108
	Total	3.793.992	3.540.336	42.214	39.791	6.522	6.286
Membro ativo de cooperativa	Homens	1.970	1.323	41	22	10	1
	Mulheres	1.246	834	14	10	4	3
	Total	3.216	2.157	55	32	14	4
Outra	Homens	22.376	21.836	476	335	56	60
	Mulheres	22.517	27.515	270	258	76	52
	Total	44.893	49.351	746	593	132	112

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 18. População inativa e respetiva situação perante a atividade económica no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001 e 2011.

Indicadores	Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Estudantes	318.674	326.183	4.759	3.617	943	845
Domésticos	3.830	9.632	70	170	20	23
Reformados	846.638	1.040.110	15.034	16.981	2.659	3.031
Incapacitados	86.421	72.423	1.743	1.108	322	183
Outros inativos	154.990	190.679	2.689	2.973	592	589

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 19. População desempregada, total e grupo etário, nos anos de 2001 e 2011.

Grupos etários	Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
12-24 anos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
15-24 anos	90.951	20.576	1.077	924	261	203
25-34 anos	85.515	158.837	1.094	1.439	249	360
35-44 anos	67.804	152.839	879	1.026	217	232
45-54 anos	56.205	144.569	521	992	133	239
55-64 anos	38.097	85.076	248	634	61	147
65 ou mais anos	689	283	8	0	1	0
Total	339.261	662.180	3.827	5.015	922	1.181

Fonte: Adaptado de PORDATA.

A taxa de atividade permite definir o peso da população ativa sobre a população total (é, portanto, referente ao número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos). Como se apresenta na Tabela 20, no período de 2001 a 2011, o Concelho de Mirandela regista um ligeiro aumento da taxa de atividade (46,1% em 2001 e 46,4% em 2011), tendência similar à verificada ao nível da CIM Terras de Trás-os-Montes (43,9% em 2001 e 44,2% em 2011). Não obstante, a nível nacional nota-se um decréscimo desta mesma taxa (57,4% em 2001 e 55,9% em 2011). Entre 2001 e 2011, há, portanto, uma redução desta taxa de 1,5% a nível nacional, e um aumento de 0,3% na CIM Terras de Trás-os-Montes e no Concelho de Mirandela. Importa ainda referir que, no ano de 2011 a taxa de atividade no Concelho de Mirandela era de 46,4%, inferior à média nacional e superior à registada na Terras de Trás-os-Montes.

Em relação à taxa de emprego (alusiva ao número de empregados por 100 pessoas com 15 e mais anos) verifica-se, comparando os anos de 2001 e 2011, uma redução de 6% a nível nacional, 1% na CIM Terras de Trás-os-Montes e 1,1% no Concelho de Mirandela (Tabela 20).

A taxa de desemprego (a qual traduz o número de desempregados por cada 100 ativos) sofre, entre 2001 e 2011, um aumento de 6,4% a nível nacional e de 3% nas Terras de Trás-os-Montes e no Concelho de Mirandela, tal como se pode observar na Tabela 20.

No contexto da caracterização socioeconómica é ainda relevante sublinhar que a taxa de atividade não é uniforme nos dois sexos sendo que, nos dois períodos temporais analisados, a taxa de atividade feminina inferior à masculina. Acresce ainda referir que, entre 2001 e 2011, a taxa de atividade sofre uma redução de 4,1% nos homens e um aumento de 4,6% nas mulheres (Tabela 21). Neste mesmo período, regista-se, no Concelho de Mirandela, uma redução de 7% da taxa de emprego nos homens e um aumento

de 4% nas mulheres. Quanto à taxa de desemprego observa-se um aumento mais elevado, na ordem dos 4,7%, nos homens, enquanto que as mulheres evidenciam um aumento mais reduzido de 0,2%.

Tabela 20. Taxas de atividade, de emprego e desemprego em Portugal, na CIM Terras de Trás-os-Montes e no Concelho de Mirandela, nos anos de 2001 e 2011.

Unidades territoriais	Taxa de atividade (%)		Taxa de emprego (%)		Taxa de desemprego (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	⊥ 57,4	⊥ 55,9	⊥ 53,5	48,5	⊥ 6,8	⊥ 13,2
Terras de Trás-os-Montes	⊥ 43,9	⊥ 44,2	⊥ 40,4	39,4	⊥ 7,9	⊥ 10,9
Concelho de Mirandela	⊥ 46,1	⊥ 46,4	⊥ 41,8	40,7	⊥ 9,2	⊥ 12,2

Legenda: ⊥ - quebra de série.

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 21. Taxas de atividade, emprego e desemprego, nos períodos de 2001 e 2011.

Indicadores	2001			2011		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Taxa de atividade (%)	46,1	56,9	36,0	46,4	52,8	40,6
Taxa de emprego (%)	41,8	53,3	31,2	40,7	47,0	35,1
Taxa de desemprego (%)	9,2	6,3	13,3	12,2	11	13,5

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Outro dado especial de especial reflexão refere-se à análise da distribuição da população desempregada. Como se apresenta na Tabela 22 regista-se no Concelho de Mirandela um aumento da taxa de desemprego entre 2001 e 2011 e uma redução entre 2011 e 2019. De salientar, contudo, que em 2019 a taxa de desemprego é de 6,9%, valor acima de média nacional e na CIM Terras de Trás-os-Montes.

Tabela 22. Desempregados inscritos (%) nos centros de emprego e formação profissional em % da população residente com 15 a 64 anos, nos anos de 2001, 2011 e 2019.

Indicadores	Portugal			Terras de Trás-os-Montes			Concelho de Mirandela		
	2001	2011	2019	2001	2011	2019	2001	2011	2019
% Desempregados	4,7	7,9	4,7	5,9	8,2	5,7	7,7	10,1	6,9

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Cabe mencionar que, no ano de 2001 houve um maior número de indivíduos do sexo feminino desempregados. Já em 2011 esta diferença não é tão acentuada, tendo-se denotado um aumento da população desempregada em ambos os sexos. Esta tendência é similar à observada a nível nacional e na CIM Terras de Trás-os-Montes (Tabela 23).

Tabela 23. População desempregada, atendendo ao sexo nos anos de 2001 e 2011.

Indicadores	Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela		
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	
Sexo	Masculino	142.947	327.600	1.494	2.349	380	575
	Feminino	196.314	334.580	2.333	2.666	542	606
	Total	339.261	662.180	3.827	5.015	922	1.181

Fonte: Adaptado de PORDATA.

O desemprego, entre 2001 e 2011, assume uma importância maior no grupo de indivíduos habilitados com o Ensino Secundário, o 3.º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Superior, verificando-se uma redução daqueles que não possuem o ensino secundário ou qualquer habilitação académica e apenas os que têm o 2.º Ciclo do Ensino Básico (Tabela 24).

Tabela 24. População desempregada, total e por nível de escolaridade completo, nos anos de 2001 e 2011.

Indicadores	Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela		
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	
Nível de escolaridade	Sem escolaridade	↓ 23.928	↓ 9.392	↓ 255	↓ 73	↓ 42	↓ 16
	Básico 1.º Ciclo	↓ 101.322	↓ 137.575	↓ 1.205	↓ 1.009	↓ 321	↓ 241
	Básico 2.º Ciclo	↓ 61.988	↓ 88.785	↓ 1.007	↓ 651	↓ 217	↓ 174
	Básico 3.º Ciclo	↓ 75.170	↓ 157.788	↓ 730	↓ 1.090	↓ 200	↓ 246
	Secundário	↓ 56.263	↓ 158.039	↓ 423	↓ 1.081	↓ 106	↓ 270
	Médio	↓ 857	↓ 10.778	↓ 4	↓ 81	↓ 203	↓ 1.030
	Superior	↓ 19.733	↓ 99.823	↓ 0	↓ 11	↓ 36	↓ 223
	Total	↓ 339.261	↓ 662.180	↓ 3.827	↓ 5.015	↓ 922	↓ 1.181

Legenda: ↓ - quebra de série.

Fonte: Adaptado de PORDATA.

No Concelho de Mirandela, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional sofre uma diminuição, entre 2001 e 2019, no período temporal inferior a um ano. No entanto quando inscritos há mais anos, constata-se um aumento entre 2001 e 2011, e uma descida acentuada em 2019 (Tabela 25).

Tabela 25. Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional em função do tempo de inscrição nos centros de emprego, nos anos de 2001, 2011 e 2019.

Indicadores	Portugal			Terras de Trás-os-Montes			Concelho de Mirandela			
	2001	2011	2019	2001	2011	2019	2001	2011	2019	
Tempo de inscrição	< 1ano	186.270,0	322.259,3	178.465,0	2.994,0	3.728,9	2.057,2	786,8	902,9	560,1
	≥ 1 ano	138.410,0	229.684,6	135.803,0	1.716,7	2.145,9	1.600,2	496,4	620,1	363,2

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Acresce ainda analisar a distribuição da população desempregada segundo a sua situação perante a procura de emprego. Mais concretamente, o valor médio anual de residentes desempregados numa situação de procura de um primeiro emprego registado em 2019, no Concelho de Mirandela, era de 134,4, sendo que os restantes procuravam um novo emprego. Neste período, quer no Concelho de Mirandela, quer a nível nacional e na CIM Terras de Trás-os-Montes a situação predominante é a procura de novo emprego (Tabela 26).

Tabela 26. Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por tipo de desemprego, nos anos de 2001, 2011 e 2019.

Indicadores	Portugal			Terras de Trás-os-Montes			Concelho de Mirandela		
	2001	2011	2019	2001	2011	2019	2001	2011	2019
À procura do 1.º emprego	29.800,0	42.413,6	30.612,0	1.106,5	966,0	508,8	349,6	250,3	134,4
À procura de novo emprego	294.880,0	509.530,3	283.656,0	3.604,2	4.908,8	3.148,7	933,6	1.272,7	788,8

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Em relação ao Concelho de Mirandela, tanto em 2001, como em 2019, o setor de atividade onde se registaram mais pessoas desempregadas à procura de novo emprego é o setor terciário. Ao contrário do que se verificava em 2001, no ano de 2019 é o setor primário o segundo no qual se regista uma maior procura de novo emprego (Tabela 27).

Tabela 27. Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional à procura de novo emprego, por grande setor de atividade nos anos de 2001 e 2019.

Indicadores	Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela		
	2001	2019	2001	2019	2001	2019	
Setor de atividade	Primário	-----	-----	347,4	657,3	98,6	172,7
	Secundário	-----	-----	532,0	753,3	225,7	160,1
	Terciário	-----	-----	1.404,2	1.676,2	454,3	441,3

Fonte: Adaptado de PORDATA.

2.6.4 - Indicadores educacionais da comunidade

O nível de instrução da população residente no Concelho de Mirandela é um elemento impactante no crescimento económico regional. Assim, neste ponto analisa-se a qualificação dos recursos humanos do Concelho de Mirandela, bem como da realidade nacional e da NUTS III na qual se integra a CIM – Terras de Trás-os-Montes.

Os dados seguintes, e constantes na Tabela 28, apontam tanto no Concelho de Mirandela, como a nível nacional e nas Terras Trás-os-Montes, para uma predominância de uma população residente com um baixo nível de escolaridade. Concretamente, no Concelho de Mirandela, segundo os censos de 2011, 15,7% da população não possuía qualquer nível de escolaridade e 58,2% apresentava uma escolaridade inferior ao ensino secundário. De referir igualmente que 13,7% apresentava o ensino secundário, 0,7% o ensino médio e 11,8% o ensino superior. Cabe salientar que, em todas as unidades territoriais analisadas, o grau de escolaridade mais representativo é o 1.º CEB. Acresce ainda mencionar que, de um modo global, destaca-se na população residente no concelho o predomínio de graus de escolarização baixos (Tabela 28).

Tabela 28. Distribuição percentual da população residente, por nível de escolaridade, com 15 ou mais anos de idade, nos períodos de 2001 e 2011.

Indicadores	Portugal		Terras de Trás-os-Montes		Concelho de Mirandela		
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	
Nível de escolaridade	Sem escolaridade	18,0	10,4	28,6	17,3	24,9	15,7
	Básico 1.º Ciclo	30,2	27,2	32,4	33,3	31,2	30,2
	Básico 2.º Ciclo	13,8	12,8	12,5	11,2	13,7	12,4
	Básico 3.º Ciclo	16,3	19,1	12,1	14,8	13,6	15,6
	Secundário	13,3	15,7	8,9	12,3	10,5	13,7
	Médio	0,8	⊥1,0	0,5	⊥0,7	0,5	⊥0,7
	Superior	7,6	13,8	5,0	10,5	5,5	11,8

Legenda: ⊥ - quebra de série.

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Ainda, com base nos censos referentes aos períodos de 2001 e 2011, assiste-se a uma redução da população residente analfabeta no Concelho de Mirandela (de 24,9% para 15,7%), mas também a nível nacional (de 18% para 10,4%) e na CIM Terras de Trás-os-Montes (de 27,9% para 16,8%). Importa ainda enfatizar que, apesar de se registar uma diminuição, em 2011, o município continua a apresentar uma taxa de analfabetismo muito elevada, sendo os valores ainda superiores aos registados a nível nacional e nas Terras de Trás-os-Montes (Figura 17).

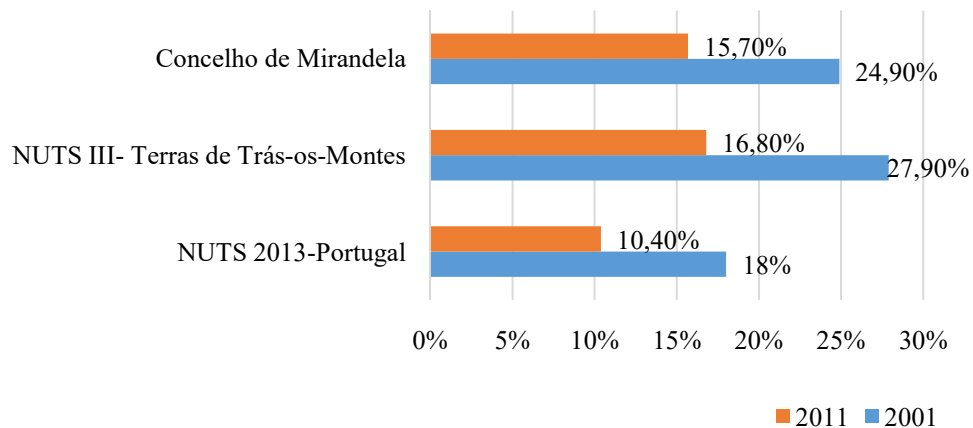


Figura 17. População residente analfabeta (%), com 10 ou mais anos segundo os Censos nos períodos de 2001 e 2011 (adaptado de PORDATA).

A tendência de redução da população residente analfabeta no Concelho de Mirandela, mas também a nível nacional e nas NUTS III- Terras de Trás-os-Montes regista-se para ambos os sexos, ainda que se denote uma maior incidência do analfabetismo na população do sexo feminino (Tabela 29).

Tabela 29. População residente analfabeta, atendendo ao sexo, nos períodos de 2001 e 2011.

Unidades territoriais	Total		Sexo masculino		Sexo feminino	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	838.140	499.936	281.889	159.705	556.251	340.231
Terras de Trás-os-Montes	32.422	19.472	12.440	7.012	19.982	12.460
Concelho de Mirandela	3.274	1.982	1.247	684	2.027	1.298

Fonte: Adaptado de PORDATA.

2.7 - Equipamentos de Cultura, Desporto e Lazer

Neste ponto são apresentados os equipamentos de cultura, desporto e lazer existentes, sendo a fonte privilegiada de acesso a página oficial do Município de Mirandela.

2.7.1 - Equipamentos de Cultura

O Centro Cultural Municipal de Mirandela, localizado na Rua João Maria Sarmento Pimentel, congrega a Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel, o Auditório Municipal e o Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes.

A Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel, inaugurada em 2 de agosto de 1980, comporta um fundo bibliográfico geral de “mais de 40.000 documentos”ⁱⁱ, funciona de segunda a sexta-feira das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 e, ao sábado das 14h30 às 18h00. Importa ainda referir a existência, de 1997 a 2015, da Biblioteca Itinerante, a qual foi responsável pela visita regular a 38 localidades do Concelho de Mirandelaⁱⁱ.

O Auditório Municipal dispõe de “500 lugares e um anfiteatro para congressos com cerca de 70 lugares, além de bar e várias salas de apoio”, e funciona de segunda a sexta-feira das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00ⁱⁱⁱ. É neste espaço que decorrem as sessões de cinema.

O Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes, inaugurado em 1981, é composto por um “total de 527 obras, onde estão representados artistas do maior prestígio nacional e internacional sendo de destacar, entre outros, os seguintes nomes: Armindo Teixeira Lopes, Gil Teixeira Lopes, Hilário Teixeira Lopes, Nadir Afonso, Júlio Pomar, Manuel Cargaleiro, Mário Cesariny, João Abel Manta e Almada Negreiros”¹. Inclui obras de arte contemporânea, fundamentalmente do século XX e na sua maioria portuguesa. O museu^{iv} funciona nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 e ao sábado das 14h30 às 18h00. Também existe a possibilidade de ser visitado domingos e feriados, mediante marcação prévia^v.

O Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, inaugurado em 2008, está aberto de segunda a sexta-feira. Neste espaço é possível admirar o “Retábulo de S. Miguel, S. Damião e S. Cosme, a Relíquia de Santo Lenho e algumas peças em prata”^{vi}.

O Museu da Oliveira e do Azeite está localizado na Travessa Dom Afonso III (nas antigas instalações da Moagem Mirandelense). Este espaço funciona, de 1 de novembro a 31 de março, das 10h30 às 16:30 e, de 1 de abril a 31 de outubro das 10h00 às 18h00. Este museu encerra às segundas-feiras^{vii}.

O Lagar de Azeite Comunitário de Vale de Lobo - Núcleo Museológico de Vale de Lobo, situado no Vale do Lobo, é propriedade da população da aldeia e está incluído nos Percursos de Evasão do Porto e Norte. Dado não estar ativo desde 1984/85, prevê-se que passe a ser um pólo museológico do Museu da Oliveira e do Azeite de Mirandela^{viii}.

O Museu Rural Adérito Rodrigues situa-se em Abreiro, na antiga Casa do Povo, servindo como um espaço museológico de “divulgação, formação e promoção do saber, da manifestação, dos costumes, gentes e da história da freguesia de Abreiro”^{ix}.

O Museu Etnográfico de Suções, inaugurado em 1996, localiza-se na cave da sede da Junta de Freguesia de Suções. Mediante solicitação prévia à Junta de Freguesia é possível visitar este espaço no

qual se encontram “um conjunto de utensílios e objetos relacionados com o mundo rural, desde as lides domésticas até aos trabalhos agrícolas tais como, talhas, camas de ferro, potes de barro, candeias, utensílios agrícolas, entre outros”^x.

A Ecoteca, “na qual se integra a Porta de Entrada de Mirandela do Parque Regional Natural do Vale do Tua, é um espaço interativo de conhecimento e promoção local, onde está disponível informação sobre fauna, flora e património natural e cultural”^{xi}. Este espaço funciona de segunda a sexta-feira das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, sendo também possível a visita, mediante marcação prévia, aos fins de semana e feriados.

2.7.2 - Equipamentos Desportivos e de Lazer

De acordo com a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Mirandela, o município assegura a gestão direta de três Instalações Desportivas (Piscina Municipal Coberta, Campo Desportivo da Reginorde e Pavilhão Inatel), vocacionadas “para o desenvolvimento de atividades recreativas, formativas e de competição” (Câmara Municipal de Mirandela, 2015^{xii}).

A Piscina Municipal Coberta de Mirandela assenta, essencialmente, em três vertentes, a saber: Escola de Natação de Mirandela (acessível a qualquer interessado, desde que efetuada a inscrição e sob as regras internas da Escola de Natação e que inclui serviços como Natação para Bebés, Natação Infantil, Natação para Adultos, Hidroginástica Sénior e Hidroginástica), Regime Livre (acessível a qualquer interessado, desde que cumpridos os pressupostos do Regulamento Interno) e Entidades Externas (mediante a apresentação de uma candidatura para cedência ou aluguer de espaços). Esta instalação desportiva regista uma média de cerca de 4000 acessos mensais, distribuídos pelas atividades da Escola de Natação de Mirandela, pelas Aulas de Hidroginástica Sénior para as Freguesias, pelas Aulas de Natação Infantil para os Jardins de Infância, pelas Atividades orientadas para Atividades de Tempos Livres e APPACDM, pelas Aulas de Educação Física de componente letiva e pelos Treinos de natação competitiva. Este equipamento pode ser utilizado de “segunda a sexta-feira, entre as 8h30 e as 21h00 e ao sábado entre as 10h00 e as 13h00 e entre as 15h00 e as 19h00, podendo, porém, o horário fixado ser alterado, com a exceção dos dias de Natal, Ano Novo e Páscoa, em que estará encerrado, para além do mês de agosto, para férias do pessoal e manutenção das instalações”^{xiii}.

Na instalação do Pavilhão Gimnodesportivo do Inatel realizam-se atividades de carácter regular como as Aulas de Educação Física de componente letiva, as Atividades do Desporto Escolar, os Treinos das equipas federadas nas modalidades de Futsal, Basquetebol, Hóquei e Voleibol, os Jogos do Calendário Regional e Zonal nas diversas modalidades e as atividades de prática desportiva informal promovidas por

grupos de utilizadores. Também se desenvolvem Atividades de carácter pontual como as Atividades promovidas pelo município, os encontros Municipais de Petizes e Traquinas, as Atividades da Semana da Juventude e Desporto e as Galas de Kickboxing. Acresce referir que as atividades desenvolvidas nesta instalação representam uma média de acessos mensal de cerca de 1500 acessos.

O Campo Desportivo da Reginorde inclui “um campo de futebol de 11, com as dimensões: 100m x 64m; dois campos de futebol de 7, com as dimensões, 64m x 42,5m e um campo de hóquei, com as dimensões, 91.4m x 55m^{xiv}. A instalação pode ser utilizada de um modo regular (por exemplo, Treinos das equipas federadas na modalidade de Futebol e Hóquei de Campo, Jogos do Calendário Regional e Nacional nas diversas modalidades, e Atividades de prática desportiva informal promovidas por grupos de utilizadores) e pontual (Atividades promovidas pelo município, Encontros Municipais de Petizes e Traquinas, Atividades da Semana da Juventude e Desporto, Jogos de Futebol com carácter Informal). De referir também que esta instalação permite a prática desportiva a cerca de 400 utilizadores; para além de aumentar a quantidade e qualidade da oferta de condições de treino e formação desportivas.

Tanto o Pavilhão Gimnodesportivo do Inatel, como o Campo Desportivo da Reginorde e Pavilhão Inatel) podem ser utilizados “de segunda-feira a sexta-feira, entre as 09h00 e as 18h00 (horário normal), e entre as 18h00 e as 23h00 (horário noturno)”, havendo a possibilidade de alteração deste horário (excetuando no dia de Natal, Ano Novo e Páscoa, em que estão encerrados, e no mês de agosto no qual encerram para férias do pessoal e manutenção. Estas instalações podem ser usadas ao fim de semana, mediante candidatura prévia^{xv}.

O município dispõe ainda dos Pavilhões Gimnodesportivos do Agrupamento de Escolas de Mirandela (Secundária, Preparatória e Torre Dona Chama), inicialmente pensados exclusivamente para as atividades da comunidade escolar. Face a esta instalação desportiva, de acordo com a informação veiculada pela Câmara Municipal de Mirandela, é reiterado que, mediante uma gestão cuidada, pensada e otimizada, é possível a utilização e rentabilização destes espaços fora dos horários escolares, permitindo, assim, fazer face às crescentes necessidades que o aumento da prática desportiva no concelho tem tido.

Existem ainda instalações desportivas municipais cedidas por protocolo tais como o Complexo Desportivo do Cachão e do Pavilhão A da Reginorde. Nestas Instalações as principais ações de beneficiação e reparação são do município.

Acresce referir que existem três polidesportivos na cidade de Mirandela, nomeadamente, o Polidesportivo da Mata dos castanheiros, de Vale de Azenha e do Parque Dr. José Gama. Nas aldeias do Concelho de Mirandela existem ainda polidesportivos, a saber: o Polidesportivo de Abambres, o Polidesportivo dos Avidados, o Polidesportivo de Cabanelas, o Polidesportivo do Cachão, o Polidesportivo

de Cedães, o Polidesportivo de Contins, o Polidesportivo de Frechas, o Polidesportivo de Lamas de Orelhão, o Polidesportivo de Mascarenhas, o Polidesportivo do Navalho, o Polidesportivo dos Passos, o Polidesportivo de Pereira, o Polidesportivo de S. Pedro Velho, o Polidesportivo Vale Salgueiro e o Polidesportivo do Navalho.

A área geográfica do Município de Mirandela também engloba um conjunto de instalações desportivas naturais, a saber: o Espelho de Água do Rio Tua, a Serra dos Passos e de Santa Comba, a Rede de Percursos Pedestres Homologados e as Praias Fluviais (como a Praia Fluvial do Parque Dr. José Gama com Bandeira Azul desde 2019). Segundo a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Mirandela nestas áreas têm sido desenvolvidas de atividades diversificadas, das quais se destaca o pedestrianismo, a natação, a canoagem, a escalada, o BTT e os desportos motorizados.

A Piscina da Maravilha, situa-se no Parque de Campismo Três Rios, distando 1,5 km da cidade de Mirandela. Junto a este espaço dá-se a confluência dos Rios Rabaçal e Tuela, os quais formam o rio Tua^{xvi}. De acordo com a informação veiculada pelo Município de Mirandela este espaço tem sido utilizado de um modo mais vocacionado para os aspetos lúdicos, embora permita também a realização de experiências como as aulas de Hidroginástica. É intenção do município, já no próximo ano, apostar ainda mais na diversificação dos serviços oferecidos à população nesta instalação.

No âmbito dos equipamentos desportivos e de lazer é ainda de salientar a existência de redes cicláveis, tais como: o troço com direção ao Parque de Campismo da Maravilha e de toda a envolvente da Avenida das Comunidades Europeias, a Rotunda das Pirâmides e o Acesso à A4, bem como a zona circundante ao hipermercado Continente e Pavilhão Inatel.

O Município de Mirandela tem apostado no desporto informal (não federado) enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos. Neste âmbito existem diversos projetos no município, a saber:

- “Hidroginástica Freguesias”, centrado no desenvolvimento de atividade física, na promoção da socialização e na criação de espaços de animação e envolveu, na época desportiva 2018/2019, 333 utentes, provenientes de 30 aldeias do Concelho de Mirandela. Os beneficiários são transportados desde a sua aldeia até à Piscina Municipal com uma frequência de duas vezes por mês;
- “Projeto Ginástica Sénior”, que pretende promover o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção de coesão territorial, bem como desenvolver um conjunto de atividades físicas, capazes de favorecer a imagem positiva da pessoa idosa, assim como dar à pessoa idosa a capacidade de participação ativa e direito a um envelhecimento bem-sucedido. Na época desportiva 2018/2019 estavam inscritos 352 Utentes provenientes de 24 Freguesias;

- “Natação no 1.º Ciclo” destinado às crianças de alguns Jardins de Infância. Com uma frequência semanal esta é uma importante atividade para a prossecução dos objetivos da componente de apoio às famílias. Na época desportiva de 2018/2019 estiveram envolvidas sete turmas provenientes dos Jardins de Infância do meio rural e urbano;
- “Mirandela a Mexer”, o qual visa criar, estruturar e dinamizar o desenvolvimento de um movimento desportivo que influa para melhorar a saúde pública, através da criação de oportunidades de prática de atividade física e integração social gratuita a toda a população. É um projeto em curso desde 2013, no qual as entidades colaboradoras participam de forma gratuita e voluntária promovendo a prática e a participação em atividades desportivas entre os grupos sedentários do concelho e criando novas dinâmicas e estruturas que promovam a prática de atividade física junto aos locais de habitação e ao Parque Dr. José Gama (zona verde), de forma a integrá-la no quotidiano da população. Na época desportiva de 2018/2019 participaram 545 Munícipes.

Como forma de promover o convívio entre a população proveniente das diversas Freguesias do município foram ainda organizados, em 2018 e em 2019, dois passeios durante a época desportiva (em abril de 2018, envolvendo cerca de 150 utentes e tendo como destino Guimarães, a Senhora da Penha e o Santuário de São Bento da Porta Aberta; em julho de 2019, envolvendo cerca de 240 utentes e tendo como destino Matosinhos e o *Sealife*).

Relativamente ao desporto formal, no qual se incluem atividades desportivas federadas e não federadas que seguem as normas e regras definidas pelas federações nacionais e internacionais, é de referir:

- A existência de cinco Clubes e/ou Seções que praticam um total de 28 modalidades distintas (tais como futebol e futsal, ténis de mesa, artes marciais e defesa pessoal, parapente, caça e pesca desportiva, atletismo, natação, xadrez, parapente, ciclismo, pilotagem ultraleve, canoagem e Boccia);
- A existência de 1000 atletas federados ligados à modalidade de futebol, futsal, basquetebol e ténis de mesa, bem como de 150 atletas envolvidos nas modalidades de artes marciais. Considerando a prática escolar e o desporto adaptado é possível afirmar que este número será substancialmente superior, ultrapassando largamente um total de 1200 atletas.

III – Projeções de desenvolvimento

De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, por rede educativa entende-se “a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, visando a sua adequação às orientações e objetivos de política educativa” (Artigo 8.º, n.º 1). É revista periodicamente, sendo “definida pelo departamento governamental com competência na matéria, em articulação com os municípios, as entidades intermunicipais e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas” (Artigo 8.º, n.º 2). Na Subsecção II - Ordenamento da rede educativa são explicitados os princípios gerais (Artigo 10.º), os objetivos (Artigo 11.º) e os parâmetros técnicos (Artigo 12.º).

Ainda no mesmo Decreto-Lei, por equipamentos educativos entende-se “o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didático e os equipamentos tecnológico e desportivo, utilizados, ainda que não exclusivamente, para a conveniente realização da atividade educativa” (Artigo 9.º, n.º 1). As suas características obedecem a termos de referência fixados, em conformidade com a lei, pelos departamentos governamentais com competência na matéria” (Artigo 9.º, n.º 2).

No ordenamento da rede educativa (Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) há que considerar a sequencialidade entre a Educação Pré-Escolar, como primeira etapa da Educação Básica, os diferentes ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário.

3.1 - Abordagem geral

Na metodologia utilizada para fazer o enquadramento geral da educação e do ensino no Concelho de Mirandela, recorreu-se à análise de dados quantitativos e qualitativos de diversas fontes com o propósito de construir uma descrição rica, diversa e o mais completa possível da realidade social em análise.

Os dados quantitativos apresentados são, na sua maioria, oriundos da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e do Anuário Estatístico da Região Norte 2018 (INE, 2019). Foi também analisado o Diagnóstico Social elaborado pelo Município de Mirandela (CMM, 2019a) sobretudo relativamente à informação qualitativa.

3.1.1 - Síntese da caracterização e evolução da rede educativa

Para proceder à caracterização e evolução da rede educativa do Concelho de Mirandela consideraram-se como indicadores de educação (de 2006/2007 a 2018/2019) a taxa bruta de escolarização e a taxa bruta de pré-escolarização. Para a clarificação do indicador, de acordo com a Direção Geral de Estatística de Educação e Ciência (DGEEC, 2020), a taxa bruta de escolarização traduz a relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo².

Os dados relativos à taxa bruta de escolarização de Mirandela (Tabela 30) mostram que os valores encontrados são mais elevados do que os apresentados a nível nacional e também do que os registados na CIM Terras Trás-os-Montes. Esta tendência verifica-se desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário.

3.1.2 - Localização geográfica dos Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas

A partir de informação recolhida através do município, apresenta-se a tabela seguinte (Tabela 31) com os estabelecimentos de ensino do Concelho de Mirandela, no ano letivo de 2019/2020. A rede oficial de escolas no Município de Mirandela consta do anexo I do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, relativo à rede nacional de escolas (Artigo 32.º, n.º 5).

É de referir que a Escola Luciano Cordeiro, Mirandela incluiu o 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico e a Unidade de Ensino Especial, e a Escola Básica da Torre Dona Chama, Mirandela, inclui o Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. Na Educação Pré-Escolar, o estabelecimento de ensino de Avidagos está integrado na unidade orgânica da Escola Básica de Pereira, Mirandela.

Tal como consta na Tabela 32, o número de estabelecimentos de ensino por nível de escolaridade no Concelho de Mirandela, no ano letivo de 2019/2020, eram os seguintes: Escola Básica – 5 estabelecimentos; Escola Profissional – 1 estabelecimento; Escola Secundária – 1 estabelecimento; Jardim de Infância – 4 estabelecimentos.

² De acordo com a Direção Geral de Estatística de Educação e Ciência, consideram-se idades de referência as que a seguir se apresentam: Educação Pré-Escolar 3-5 anos; Ensino Básico – 1.º Ciclo 6-9 anos; Ensino Básico – 2.º Ciclo 10-11 anos; Ensino Básico – 3.º Ciclo 12-14 anos; Ensino Secundário - 15-17 anos; Ensino Superior - 18-22 anos.

Tabela 30. Taxa bruta de escolarização, por nível de ensino e ciclo de estudos.

Unidades territoriais	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário		
		Total	1.º Ciclo	2.º Ciclo		3.º Ciclo	
2006/07	Continente	78,0	117,6	114,5	118,0	121,5	102,6
	Terras de Trás-os-Montes	88,0	125,7	116,1	124,2	138,2	103,0
	Mirandela	100,2	140,5	124,5	130,0	166,4	109,0
2010/11	Continente	87,2	122,4	104,3	125,1	145,5	136,3
	Terras de Trás-os-Montes	99,1	139,8	102,1	129,8	194,4	150,5
	Mirandela	100,4	138,8	108,7	154,3	164,0	150,4
2011/12	Continente	90,9	118,3	107,5	119,1	131,2	126,1
	Terras de Trás-os-Montes	101,9	119,5	102,9	112,9	142,2	140,5
	Mirandela	104,0	132,8	109,3	129,4	161,3	166,0
2015/16	Continente	91,0	109,3	102,8	110,3	116,7	115,0
	Terras de Trás-os-Montes	102,6	113,4	109,1	111,6	119,4	122,3
	Mirandela	106,1	127,2	118,5	122,8	139,1	142,4
2016/17	Continente	94,5	108,8	102,2	109,6	116,5	119,0
	Terras de Trás-os-Montes	101,1	118,4	109,5	113,9	131,0	139,4
	Mirandela	102,7	130,0	117,3	118,0	151,5	158,7
2017/18	Continente	93,7	108,7	101,9	110,4	116,0	121,7
	Terras de Trás-os-Montes	96,7	117,2	109,1	122,6	122,7	141,4
	Mirandela	97,1	134,8	120,1	130,2	153,9	157,3
2018/19	Continente	77,5	117,8	118,7	124,6	112,3	108,3
	Terras de Trás-os-Montes	88,8	126,3	126,5	134,5	121,4	112,7
	Mirandela	97,5	127,2	117,3	133,1	131,6	110,0

Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Tabela 31. Creches e estabelecimentos de ensino do Concelho de Mirandela, em 2019/2020.

Níveis	Estabelecimentos Públicos	Estabelecimentos Privados
Creche		- Centro de Infância Arco-Íris - Centro de Infância O Miminho - Colégio N. S. ^a do Amparo - Nuclisol Jean Piaget
Educação Pré-Escolar	- Jardim de Infância de Mirandela - Escola Básica do Convento, Mirandela - Escola Básica do Fomento, Mirandela - Escola Básica de Torre Dona Chama, Mirandela - Escola Básica de Pereira, Mirandela (valência de pré-escolar a funcionar no edifício do extinto JI de Avidagos) - Jardim de Infância de Frechas, Mirandela - Jardim de Infância de Passos, Mirandela - Jardim de Infância de Romeu, Mirandela	- Centro de Infância Arco-Íris - Centro de Infância O Miminho - Colégio N. S. ^a do Amparo - Nuclisol Jean Piaget
1.º CEB	- Escola Básica do Convento, Mirandela - Escola Básica do Fomento, Mirandela - Escola Básica de Torre Dona Chama, Mirandela - Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela (1.º CEB) - Escola Básica de Pereira, Mirandela	- Colégio N. S. ^a do Amparo
2.º CEB	- Escola Básica de Torre Dona Chama, Mirandela - Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela (2.º CEB)	
3.º CEB	- Escola Básica de Torre Dona Chama, Mirandela - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais - Escola Secundária de Mirandela	- Escola Profissional de Arte de Mirandela
Ensino Secundário	- Escola Secundária de Mirandela - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Mirandela	- Escola Profissional de Arte de Mirandela
Ensino Superior	- Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo	

Tabela 32. Número de estabelecimentos de ensino por nível de escolaridade, em 2019/2020.

Região	Concelho	Tipologia	N.º Estabelecimentos	Distribuição (%)
Total Geral			1913	100,0%
Norte	Mirandela	Escola Básica	5	0,3%
		Escola Profissional	1	0,1%
		Escola Secundária	1	0,1%
		Jardim de Infância	4	0,2%

Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

A distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino mostra uma elevada concentração na sede de concelho (Figura 18), onde se localizam diversos estabelecimentos, responsáveis por todos os níveis, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, incluindo o único estabelecimento de ensino público que assegura o Ensino Profissional no 3.º CEB e Ensino Secundário, localizado em Carvalhais, a apenas 5km de Mirandela. A cerca de 23km de distância, na Vila de Torre de Dona Chama, localiza-se um outro estabelecimento, que assegura a Educação Pré-Escolar e os três ciclos do Ensino Básico. No espaço rural funcionam a Escola Básica de Pereira, Mirandela (19km), que leciona o 1.º CEB e ensino Pré-escolar (a funcionar no edifício do extinto JI de Avidagos), Frechas, Mirandela (10km), Romeu, Mirandela (14,km) e Passos, Mirandela (9km). Seguindo a tendência de concentração na sede de concelho, também os estabelecimentos de ensino privados estão todos localizados em Mirandela: Centros de Infância Arco-Íris, O Miminho e Nuclisol Jean Piaget, Colégio Nossa Senhora do Amparo e Escola Profissional de Arte de Mirandela.

3.1.3 - Movimentos anuais de rede escolar dos últimos anos e propostas futuras

As tabelas seguintes foram elaboradas com base na seleção de dados, retirados da PORDATA. Para os dados referentes ao ensino público e privado consideraram-se os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, por nível de ensino, tendo como referência a fontes de dados: DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar, disponível em PORDATA. Para a análise percentual dos estabelecimentos de ensino públicos consultou-se o número de estabelecimentos públicos e o número total de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, por nível de ensino, disponíveis na fonte citada.

Relativamente aos equipamentos escolares, o Concelho de Mirandela tem sofrido várias alterações nos últimos anos. Ao nível da Educação Pré-Escolar, o número de Jardins de Infância públicos tem vindo a diminuir. No ano letivo 2015/2016 eram 12, no ano letivo de 2017/2018 eram 9, e no ano letivo 2018/2019 passaram a apenas 8 estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (Jardins de Infância de Mirandela, Romeu, Mirandela, Frechas, Mirandela e Passos, Mirandela; Escolas Básicas do Convento, Mirandela, do Fomento, Mirandela, Pereira, Mirandela e de Torre de Dona Chama, Mirandela). Quanto à Educação Pré-Escolar privada não se registaram alterações. Em 2018/2019 existiam quatro Centros de Infância: O Miminho e Arco-Íris (pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Mirandela), Nuclisol Jean Piaget e Colégio Nossa Senhora do Amparo (CMM, 2019a).

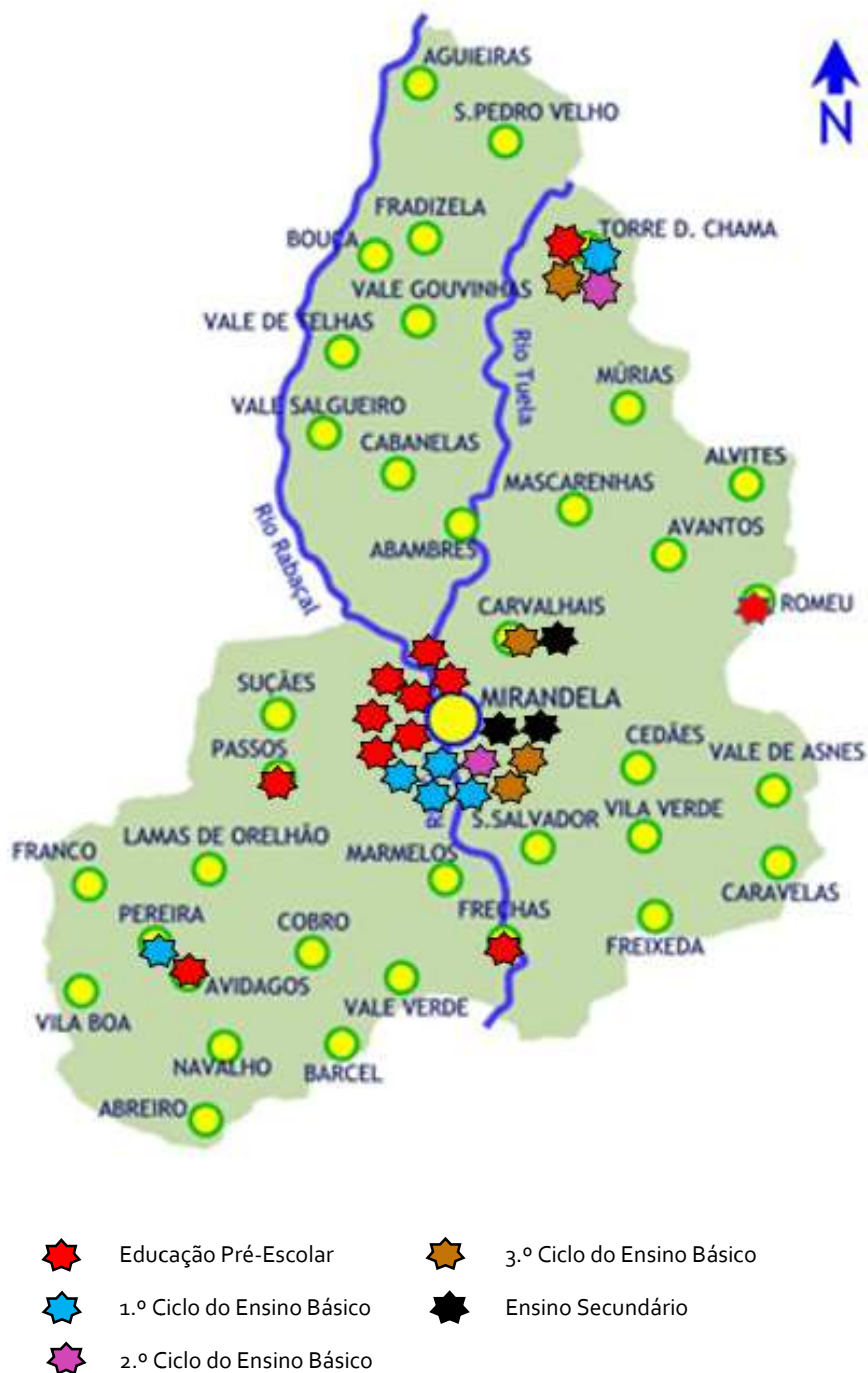


Figura 18. Localização geográfica dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.

Com base na Tabela 33 verifica-se a redução de um total de 21 estabelecimentos de Educação Pré-Escolar em 2011 para 11 em 2019, sendo 7 do ensino público. Consta-se a diminuição de 73,7% estabelecimentos públicos para 63,6%, respetivamente, em relação ao total de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.

Tabela 33. Estabelecimentos – Educação Pré-Escolar.

Unidades territoriais	Educação Pré-Escolar											
	2011			2017			2018			2019		
	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb
Portugal	2 433	4 379	64,3	2 286	3 614	61,3	2 248	3 588	61,5	2 252	3 540	61,1
Continente	2 317	4 098	63,9	2 183	3 401	60,9	2 145	3 379	61,2	2 148	3 338	60,8
Terras de Trás-os-Montes	21	66	75,9	20	47	70,1	20	48	70,6	21	45	68,2
Mirandela	5	14	73,7	4	8	66,7	4	9	69,2	4	7	63,6

Fonte: Adaptado da PORDATA.

Ao nível do 1.º CEB também o número de escolas também tem vindo a diminuir. No ano letivo de 2014/2015 existiam 15 escolas (público). No ano letivo de 2018/2019 ocorreu uma diminuição significativa, devido à reorganização da Rede Escolar, passando a existir 5 escolas básicas: Escola Básica do Convento, Mirandela; Escola Básica do Fomento, Mirandela; Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela; Escola Básica de Pereira, Mirandela e Escola Básica da Torre de Dona Chama, Mirandela. Quanto ao ensino privado não houve alterações, mantendo-se o estabelecimento de ensino - Colégio Nossa Senhora da Amparo (CMM, 2019a).

A Tabela 34 apresenta a lista de escolas que encerraram em 2018 e escolas acolhedoras (2018/2019) no Agrupamento de Escolas de Mirandela, com base em informação recolhida através do município.

Atendendo à Tabela 35 verifica-se a diminuição de um total de 17 estabelecimentos de ensino básico – 1.º Ciclo em 2011 para 6 em 2019, sendo 5 do ensino público. Há uma redução de 94,1% estabelecimentos públicos em percentagem do total de estabelecimentos no 1.º CEB para 83,3%, respetivamente.

Ao nível do 2.º CEB não houve alterações, mantendo-se em funcionamento as duas Escolas - EB 1 e 2 Luciano Cordeiro, Mirandela e EB 1 e 2 Torre de Dona Chama, Mirandela (CMM, 2019a). De acordo com a Tabela 36, a oferta pública coincide com a totalidade de estabelecimentos existentes para o Ensino Básico – 2.º Ciclo.

Tabela 34. Escolas que encerraram em 2018 e escolas acolhedoras (2018/2019) no Agrupamento de Escolas de Mirandela.

Escolas que encerraram em 2018	Escolas acolhedoras 2018/2019
Escola Básica de Romeu, Mirandela	Escola Básica do Convento, Mirandela
Escola Básica de Suções, Mirandela	Escola Básica Luciano Cordeiro, mirandela
Escola Básica de Vale de Salgueiro, Mirandela	Escola Básica do Fomento, Mirandela
Escola Básica n.º 1 de Mirandela	Escola Básica do Convento, Mirandela
Escola Básica de Carvalhais, Mirandela	A valência de Pré-Escolar foi acolhida na Escola Básica do Convento e JI de Mirandela
Escola Básica de Carvalhais, Mirandela	A valência de 1º CEB foi acolhida nas Escolas Básicas: Luciano Cordeiro, Fomento e Convento.
Escola Básica n.º 2 de Mirandela	Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela
Escola Básica n.º 4 de Mirandela	Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela
Escola Básica de Abreiro, Mirandela	Escola Básica de Pereira, Mirandela
Escola Básica de Frechas, Mirandela	Escola Básica do Fomento, Mirandela
Escola Básica de Lamas de Orelhão, Mirandela	Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela
Escola Básica de São Pedro de Vale do Conde, Mirandela	Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela
Jardim de Infância de Lamas de Orelhão, Mirandela	Escola Básica do Convento, Mirandela e JI de Mirandela
Jardim de Infância de Cabanelas, Mirandela	Escola Básica do Convento, Mirandela e JI de Mirandela

Tabela 35. Estabelecimentos – Ensino Básico: 1.º Ciclo.

Unidades territoriais	Ensino Básico – 1.º Ciclo											
	2011			2017			2018			2019		
	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb
Portugal	556	4 665	89,4	517	3 691	87,7	515	3 663	87,7	517	3 623	87,5
Continente	526	4 392	89,3	488	3 479	87,7	485	3 452	87,7	488	3 417	87,5
Terras de Trás-os-Montes	4	58	93,5	4	49	92,5	4	49	92,5	4	35	89,7
Mirandela	1	16	94,1	1	15	93,8	1	15	93,8	1	5	83,3

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 36. Estabelecimentos – Ensino Básico: 2.º Ciclo.

Unidades territoriais	Ensino Básico – 1.º Ciclo											
	2011			2017			2018			2019		
	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb
Portugal	556	4 665	89,4	517	3 691	87,7	515	3 663	87,7	517	3 623	87,5
Continente	526	4 392	89,3	488	3 479	87,7	485	3 452	87,7	488	3 417	87,5
Terras de Trás-os-Montes	4	58	93,5	4	49	92,5	4	49	92,5	4	35	89,7
Mirandela	1	16	94,1	1	15	93,8	1	15	93,8	1	5	83,3

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Ao nível do 3.º Ciclo Ensino Básico, em 2015 existiam duas escolas que ministravam esse nível de escolaridade (Escola Secundária de Mirandela e Colégio da Torre de Dona Chama). No ano letivo 2017/2018 passaram a três Escolas: Escola Secundária de Mirandela, Colégio da Torre de Dona Chama, e EB1 e 2 Torre de Dona Chama, Mirandela. No ano letivo de 2018/2019, após o encerramento do Colégio da Torre de Dona Chama, passaram a ministrar este nível de ensino apenas a Escola Secundária de Mirandela e a Escola EB 1 e 2 da Torre de Dona Chama, Mirandela. Quanto às escolas com ensino profissional, existiam duas que conferiam a equivalência ao nível do 3.º CEB - a Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais e a Escola Profissional de Arte de Mirandela (CMM, 2019a).

Tal como se constata na Tabela 37, verificou-se uma diminuição de um total de 5 estabelecimentos que lecionavam o 3.º CEB em 2011 para apenas 4 em 2019. Houve um aumento de 60,0% de estabelecimentos públicos, em relação ao total de estabelecimentos, para 75,0%, respetivamente, embora o número de estabelecimentos públicos que lecionam o 3.º CEB se tenham mantido constante (3).

Tabela 37. Estabelecimentos – Ensino básico: 3.º Ciclo.

Unidades territoriais	Ensino Básico – 3.º Ciclo											
	2011			2017			2018			2019		
	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb
Portugal	347	1 169	77,1	335	1 143	77,3	335	1 142	77,3	320	1 142	78,1
Continente	333	1 107	76,9	329	1 081	76,7	329	1 080	76,7	314	1 082	77,5
Terras de Trás-os-Montes	3	17	85,0	3	16	84,2	5	15	75,0	3	15	83,3
Mirandela	2	3	60,0	2	3	60,0	2	3	60,0	1	3	75,0

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Ao nível do Ensino Secundário, com o encerramento do Colégio da Torre de Dona Chama no ano letivo 2018/2019, passou a estar apenas em funcionamento a Escola Secundária de Mirandela. Ao nível das escolas de ensino profissional existiam duas - a Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais e a Escola Profissional de Arte de Mirandela (CMM, 2019a).

Como se verifica na Tabela 38, houve a redução de um total de 5 estabelecimentos de ensino secundário em 2011 para 3 em 2019, o que corresponde a um aumento de 60,0% para 66,7%, respetivamente, de estabelecimentos públicos, em relação ao total de estabelecimentos de Ensino Secundário, apesar de ter ocorrido uma redução para 2 estabelecimentos de ensino público.

Tabela 38. Estabelecimentos – Ensino Secundário.

Unidades territoriais	Ensino Secundário											
	2011			2017			2018			2019		
	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb	Priv	Púb	% Púb
Portugal	371	566	60,4	381	584	60,5	380	580	60,4	379	580	60,5
Continente	344	527	60,5	358	542	60,2	357	537	60,1	355	538	60,2
Terras de Trás-os-Montes	3	12	80,0	4	11	73,3	5	11	68,8	4	11	73,3
Mirandela	2	3	60,0	2	2	50,0	2	2	50,0	1	2	66,7

Fonte: Adaptado de PORDATA.

De modo fundamentar as propostas futuras apresentadas no capítulo IV desta Carta Educativa, importa salientar que se verifica uma diminuição do número de alunos em todos os níveis de ensino, com exceção do 2.º CEB (praticamente sem alteração).

As oportunidades de formação para os alunos coincidem, após e no cumprimento da escolaridade obrigatória, com as ofertas públicas nacionais possíveis: cursos de educação e formação (CEF); cursos de aprendizagem; cursos de especialização tecnológica (CET); cursos de educação e formação de adultos (EFA); Centros Qualifica; outras formações certificadas; e prosseguimento de estudos no Ensino Superior.

3.1.4 - Práticas de gestão partilhada da rede escolar e práticas intermunicipais

Consideram-se neste ponto os projetos de promoção do sucesso educativo. O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar “é uma medida contratualizada no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes que prevê a implementação de medidas que permitam melhorar os indicadores relativos ao insucesso e abandono escolar” (CIM-TTM, 2020c, s/p). Integra um conjunto de 22 projetos, sendo 7 de intervenção supramunicipal (transversais a todos os municípios), promovidos pela CIM-TTM e 15 projetos promovidos pelos municípios (CIM-TTM,

2018, p. 4). Em particular, o Município de Mirandela promove os projetos: “Um Outro Olhar para o Conhecimento/Aprendizagem” e “Hoje Há Escola/Retorno à Aprendizagem”.

A Câmara Municipal de Mirandela tem igualmente uma implementação de medidas com o objetivo de melhorar os indicadores relativos ao insucesso e abandono escolar. Tendo como base o Diagnóstico Social (CMM, 2019a), pode dizer-se que existem três núcleos de ação em curso. O primeiro núcleo situa-se no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar (PIICIE), promovido pela CIM-TTM, no qual a Câmara Municipal de Mirandela, em parceria com o Agrupamento de Escolas e outras entidades, operacionalizou dois projetos: o Projeto Hoje Há Escola/Retorno à Aprendizagem; e o Projeto Um Outro Olhar para o Conhecimento/Aprendizagem. O primeiro tem como objetivo geral intervir no abandono precoce da escolaridade básica. O segundo projeto visa duas componentes, a saber: (i) promover o sucesso através de apoios complementares ao contexto escolar, incidindo nos domínios relacionadas com a cidadania, o espírito de grupo e de cooperação, as atividades artísticas e a valorização das literacias e das aprendizagens científicas e tecnológicas, em articulação com os recursos locais; (ii) capacitar as lideranças para novas práticas de organização e gestão pedagógica.

O segundo núcleo abre um leque de outras ações no apoio às famílias, nomeadamente o fornecimento de material didático para as crianças do ensino Pré-Escolar e 1.º CEB, a criação de um Banco de Manuais Escolares para toda a comunidade escolar e o projeto Verão Jovem destinado à população juvenil entre os 14 e os 17 anos de idade.

O terceiro núcleo abarca outros projetos que se relacionam e articulam em dois eixos. O primeiro eixo insere-se no âmbito da saúde alimentar ao nível (i) da capacitação das crianças do Pré-Escolar e 1.º CEB para uma alimentação saudável (Heróis da Fruta -Lanche Escolar Saudável; Fruta Escolar) e (ii) da higienização e qualidade das refeições escolares (ULS – Nordeste). O segundo eixo incide sobre a Educação Ambiental para o fortalecimento das atitudes (ABAE Eco-Escolas; JaT-Tua).

Igualmente, o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Mirandela para o quadriénio 2019-2022, desenvolve um conjunto de projetos em várias áreas, mais especificamente:

- 5 na área das tecnologias da informação, dos quais se destacam o projeto endereçado quer para a gestão e divulgação de atividades quer para os eventos e património histórico das escolas; e o projeto relativo à rede de professores e à constituição de uma plataforma digital de apoio ao ensino;
- 1 no âmbito da educação rodoviária;
- 2 direcionados para promover a melhoria dos hábitos e competências de leitura;

- 1 para o apoio a criação e/ou desenvolvimento de bibliotecas escolares;
- 1 de atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);
- 2 relativos à promoção e educação para a Saúde, sendo um de âmbito nacional e o outro de índole regional, no campo da Educação Sexual;
- 1 de desporto escolar, que promove a participação de equipas escolares em provas de Natação, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Badminton, Ténis de Mesa, Xadrez e Boccia.

Acresce ainda referir as salas de estudo, o apoio tutorial e o apoio ao Ensino Secundário nas áreas identificadas como prioridade no esforço de melhoria. Por último, destacam-se os projetos Snoezelen e de Hidroterapia destinados às crianças com NE e a criação do Clube das Ciências e Literacia Científica, do Clube Europa e Pensar a Cidadania.

Todas estas iniciativas são reveladoras do dinamismo do Agrupamento em causa.

No Manual de Acolhimento – Imigrante - Respostas sociais – Mirandela (Câmara Municipal de Mirandela - MA, s/d) é ainda referido que, no âmbito da Educação, a Câmara Municipal “enceta, promove, propõe e colabora com o Agrupamento de Escolas na programação de dias comemorativos e especiais. A aposta na prática desportiva da comunidade escolar tem sido enfatizada pelo município, com projetos que envolvem a natação, por exemplo”.

No Diagnóstico Social de Mirandela (CMM, 2019a) são referidos ainda outros programas de Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) no âmbito da saúde escolar.

É de salientar o esforço do município para que os alunos frequentem a Escola da Torre de Dona Chama, Mirandela, que se situa distante da sede de concelho e na confluência com os Concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Vinhais. Tem sido possível, assim, manter a Escola da Torre de Dona Chama, Mirandela integrada no Agrupamento de Escolas de Mirandela, com o correspondente investimento do Ministério da Educação na requalificação dos edifícios e na existência de turmas mais pequenas, o que permite a proximidade do processo de ensino-aprendizagem em relação aos jovens que residem naquela Vila e aldeias vizinhas.

Ainda como prática de gestão partilhada da rede escolar a nível intermunicipal, ao considerar a Educação Especial é de referir o Centro de Recursos TIC (CRTIC/Centro de apoio à aprendizagem) que se localiza no Agrupamento de Escolas de Mirandela. Segundo o Despacho n.º 5291/2015, de 21 de maio, o CRTIC Mirandela, do Agrupamento de Escolas de Mirandela, consta da rede nacional de CRTIC como centro regional prescritor de produtos de apoio do Ministério da Educação no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA). No apoio à inclusão, os CRTIC “são serviços especializados que

têm como missão apoiar as escolas na promoção do sucesso educativo dos alunos sempre que sejam necessários produtos de apoio, procedendo à prescrição, aconselhamento, seleção e adaptação dos mesmos” (p. 60). Este centro funciona na Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância de Carvalhais, Mirandela, segundo as normas e diretrizes emanadas pela Direção Geral de Educação do Ministério da Educação (DGESTE-ME).

Quanto à população-alvo, o apoio do CRTIC Mirandela estende-se a todos os Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas do Distrito de Bragança e aos Concelhos de Vila Real, Sabrosa, Alijó, Murça, S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa. É dirigido a “Todos/as os/as alunos/as, da área de abrangência, com “limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social”, aos seus familiares, bem como, a toda a comunidade educativa” (CMM, 2019a, p. 57).

3.1.5 – Edificado e indicadores de conforto e utilização

A descrição do edificado escolar público foi atualizada pelos serviços da Câmara Municipal de Mirandela tendo em vista possibilitar uma análise prospetiva consistente e, assim, uma caracterização de eventuais intervenções a incluir na Carta Educativa (Anexo).

A caracterização sumária do estado de conservação dos edifícios escolares, incluindo a sua sustentabilidade energética (sistema solar fotovoltaico e sistema solar térmico) e as acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada (existência de acessos e qualidade das instalações sanitárias), encontra-se sistematizada na Tabela 39.

O Agrupamento de Escolas de Mirandela é constituído por dez unidades orgânicas, que funcionam em onze edifícios, distribuídos por diversas localidades do concelho. Do ponto de vista da requalificação dos edifícios escolares, à data da transferência de competências para a autarquia, a rede de escolas do concelho tinha sido reformulada, na sequência da conclusão da construção dos edifícios da Escola Básica do Convento, Mirandela, da Escola Básica do Fomento, Mirandela e do bloco destinado ao 1.º Ciclo na Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela (AEM, 2019). Quase todos os Jardins de Infância e Escolas Básicas foram construídos ou intervencionados após 2018, exceção feita para o Jardim de Infância de Mirandela, em que a última intervenção data de 2003. Na Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela, os edifícios referentes aos 2.º e 3.º CEB encontram-se em obras de remodelação, com os objetivos de suprir carências e melhorar a qualidade das instalações e dos equipamentos infraestruturais e de apoio ao ensino.

A Escola Secundária de Mirandela (escola sede), em funcionamento desde 1977/78, dispõe de instalações com estado de conservação geral muito bom, pois sofreu recentemente importantes obras de requalificação, que ficaram concluídas durante o ano de 2020. Na Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, Mirandela, o estado de conservação geral é razoável, embora tenha tido pequenas obras em 2021.

Tabela 39. Estado de conservação dos edifícios escolares.

Estabelecimento	Ano da última intervenção	Estado de conservação geral	Sustentabilidade energética	Acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida	
Agrupamento de Escolas de Mirandela	Jl Mirandela	2003	R	Não	B
	EB Pereira, Mirandela - Ensino Pré-Escolar	2020	R	Não	Não
	Jl Frechas, Mirandela	2020	B	Não	Não
	Jl Passos, Mirandela	2019	M	Não	Não
	Jl Romeu, Mirandela	S/ data	R	Não	Não
	EB Convento, Mirandela	2018	B	Não	B
	EB Fomento, Mirandela	2019	MB	Não	MB
	EB Torre Dona Chama, Mirandela	2019	B	Não	R
	EB Pereira, Mirandela - 1.º ciclo	2018	R	Não	Não
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela - 1.º ciclo	2018	MB	Sim	B
		Em remodelação	M	Não	R
ES Mirandela	2020	MB	Sim	B	
Não agrupada	EP Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais	2021	R	Não	B
Privado dependente do Estado	Centro Infância Arco-Íris	---	R	Não	Sim
	Centro Infância O Miminho	---	B	Não	R
	Nuclisol Jean Piaget	---	B	Não	MB
	Colégio N. S. ^a do Amparo	2017	B	Sim	MB
Privada independente	Escola Profissional de Arte de Mirandela	S/ data	R	Não	B

Legenda: MB-Muito Bom; B-Bom; R-Razoável; M-Mau.

Na rede privada verifica-se que o estado de conservação dos edifícios é, em geral, bom. Merece, no entanto, destaque a Escola Profissional de Arte de Mirandela, uma vez que as instalações do Centro Cultural de Mirandela carecem de uma atualização com vista à maximização dos espaços para o ensino da música, e as instalações do Edifício Jean Piaget necessitam de requalificação acentuada, para que reúna melhores condições acústicas para lecionar as disciplinas das áreas técnicas.

Em termos de sustentabilidade energética, verifica-se uma lacuna generalizada na adaptação dos edifícios para a utilização da energia solar. Na rede pública, apenas a EB Luciano Cordeiro, Mirandela (1.º CEB) e Escola Secundária estão equipadas com sistema solar fotovoltaico, enquanto na rede privada, apenas o Colégio N. S.ª do Amparo possui painéis solares, neste caso para aproveitamento da energia térmica para o aquecimento de águas.

Do ponto de vista das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, quer em termos de acessibilidade geral aos edifícios, quer em termos de instalações sanitárias adaptadas, verifica-se que os Jardins de Infância e a Escola Básica que se localizam nas zonas rurais não estão equipados para poderem ser frequentados por crianças com problemas de mobilidade. Pelo contrário, a EB Torre de Dona Chama, Mirandela, assim como todos os edifícios dos estabelecimentos de educação e ensino localizados na cidade de Mirandela, públicos e privados, possuem este tipo de adaptações e de equipamentos de apoio, embora na EB Luciano Cordeiro, Mirandela, estejam em mau estado de conservação e em alguns outros estabelecimentos se encontrem apenas em condições razoáveis.

Como indicadores de conforto, teve-se em consideração a existência de aquecimento e ar condicionado, assim como a qualidade do mobiliário escolar, cozinha, refeitório e instalações e equipamentos sanitários Tabela 40).

Da análise efetuada, foi possível concluir que os Jardins de Infância e Escolas Básicas que se localizam nas zonas rurais não possuem sistema de aquecimento nem ar condicionado. Pelo contrário, todos os edifícios dos estabelecimentos de educação e ensino, públicos e privados, localizados na vila de Torre de Dona Chama e na cidade de Mirandela possuem sistema de aquecimento e ar condicionado, exceto a EB Luciano Cordeiro (2.º CEB), a qual se encontra em remodelação.

Em termos de mobiliário, merecem destaque a Escola Secundária de Mirandela, recentemente intervencionada, a EB do Fomento, Mirandela e Convento, Mirandela, recentemente ampliadas e requalificadas, bem como a EB Luciano Cordeiro, Mirandela, no que se refere à construção de raiz de um bloco do 1.º ciclo e, no setor privado, o Colégio N. S.ª do Amparo, nas quais este pode ser considerado muito bom, quer em adequação, quer em quantidade. No entanto, em diversos estabelecimentos, públicos e privados, o mobiliário é descrito apenas como razoável, apontando para a necessidade de

investimento neste domínio. Os restantes indicadores de conforto analisados (cozinha, refeitório e instalações sanitárias) apresentam-se muito bons em dois estabelecimentos do 1.º CEB: um do ensino público (EB do Fomento, Mirandela), e outro do ensino particular (Colégio N. S.ª do Amparo). Contudo, verifica-se que diversos estabelecimentos públicos necessitam que seja dada uma atenção cuidada a estes três indicadores, pois na EB Pereira, Mirandela (edifício de Avidagos), no JI de Romeu, Mirandela, e na EP de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais apresentam um estado de conservação considerado apenas de qualidade razoável, e no JI de Passos, Mirandela e na EB Luciano Cordeiro, Mirandela (2.º CEB) apresentam-se em mau estado de conservação, mas esta encontra-se em fase de remodelação.

Tabela 40. Indicadores de conforto dos edifícios escolares.

Estabelecimento	Aquecimento e ar condicionado	Mobiliário	Cozinha	Refeitório	Instalações sanitárias
Jl Mirandela	Sim	R	B	B	B
EB Pereira, Mirandela - Ensino Pré-Escolar	Não	R	R	R	R
Jl Frechas, Mirandela	Não	B	B	B	R
Jl Passos, Mirandela	Não	R	---	M	M
Jl Romeu, Mirandela	Não	R	R	R	R
Agrupamento de Escolas de Mirandela	EB Convento, Mirandela	Sim	B	B	B
	EB Fomento, Mirandela	Sim	MB	MB	B
	EB Torre Dona Chama, Mirandela	Sim	R	B	B
	EB Pereira, Mirandela - 1.º ciclo	Não	R	---	MB
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela - 1.º ciclo	Sim	B	B	B
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela - 2.º ciclo	Não	---	B	B
	ES Mirandela	Sim	MB	B	B
Não agrupada	EP Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais	Sim	R	R	R
Privado dependente do Estado	Centro Infância Arco-Íris	Sim	R	B	B
	Centro Infância O Miminho	Sim	B	B	B
	Nuclisol Jean Piaget	Sim	B	---	B
	Colégio N. S.ª do Amparo	Sim	MB	MB	MB

Privada independente	Escola Profissional de Arte de Mirandela	Sim	R	---	---	B
----------------------	--	-----	---	-----	-----	---

Legenda: MB-Muito Bom; B-Bom; R-Razoável; M-Mau.

Como indicadores de utilização, teve-se em consideração a existência e a qualidade de espaços e recursos para lazer e atividades extraletivas, nomeadamente parque infantil, salas para atividades recreativas, espaços exteriores para atividades outdoor (não desportivos), assim como espaços exteriores abrigados e vão interiores, equipados com bancos para que as crianças e jovens possam descansar e conviver (Tabela 4.1).

Tabela 41. Indicadores de qualidade dos edifícios escolares para lazer e atividades extraletivas.

Estabelecimento	Parque infantil	Salas para atividades recreativas	Espaços para atividades <i>Outdoor</i>	Espaços exteriores equipados	Vãos interiores equipados	
Jl Mirandela	MB	B	---	B	R	
EB Pereira, Mirandela - Ensino Pré-Escolar	MB	B	---	R	---	
Jl Frechas, Mirandela	R	B	---	B	---	
Jl Passos, Mirandela	M	---	---	M	---	
Jl Romeu, Mirandela	---	B	---	---	---	
Agrupamento de Escolas de Mirandela	EB Convento, Mirandela	---	MB	R	---	B
	EB Fomento, Mirandela	---	MB	---	---	MB
	EB Torre Dona Chama, Mirandela	---	R	R	R	R
	EB Pereira, Mirandela - 1.º ciclo	---	---	---	---	R
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela - 1.º ciclo	---	---	---	M	B
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela - 2º ciclo	---	---	---	R	M
	ES Mirandela	---	---	---	B	B
Não agrupada	EP Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais	---	R	R	R	R
Privado dependente do Estado	Centro Infância Arco-Íris	---	B	B	---	---
	Centro Infância O Miminho	B	B	B	---	B
	Nuclisol Jean Piaget	R	---	---	---	---
	Colégio N. S. ^a do Amparo	B	B	---	MB	MB
Privada independente	Escola Profissional de Arte de Mirandela	---	R	R	R	---

Legenda: MB-Muito Bom; B-Bom; R-Razoável; M-Mau.

Da análise efetuada foi possível concluir que, em muitos dos edifícios escolares, os indicadores mostram pouco investimento na criação e manutenção da qualidade de espaços exteriores e interiores para lazer e atividades extraletivas, que estimulem o gosto por estar na escola e a socialização interpares. Três dos estabelecimentos do 1.º CEB do ensino público (EB do Convento, Mirandela e EB do Fomento, Mirandela e EB Luciano Cordeiro, Mirandela) têm salas e espaços interiores bem equipados e de muito boa qualidade, embora se registre uma quase inexistência ou pouca adequação de espaços exteriores dedicados a atividades *outdoor* ou ao lazer. No setor privado, o Colégio N. S.^a do Amparo apresenta muito boa qualidade e adequação dos espaços exteriores e interiores para convívio entre os alunos e atividades de

lazer. Por outro lado, constata-se a urgência de intervenção para que sejam criados, melhorados ou equipados espaços, exteriores e interiores, destinados a atividades extraletivas e ao convívio e lazer - no JI de Passos, Mirandela na EB de Pereira, Mirandela e na EB Luciano Cordeiro, Mirandela (no que se refere ao 2.º ciclo e que esta atualmente em remodelação). No ensino privado, a merecer maior atenção está o estabelecimento Nuclisol Jean Piaget.

Foram ainda analisadas a disponibilidade e qualidade das infraestruturas e recursos para a utilização digital, nomeadamente a rede estruturada, fibra ótica, equipamentos informáticos e Espaço Multimédia (Tabela 42).

Tabela 42. Infraestruturas para a utilização digital nos edifícios escolares.

Estabelecimento		Rede estruturada	Fibra ótica	Equipamentos informáticos	Espaço Multimédia
Agrupamento de Escolas de Mirandela	JI Mirandela	Sim	Sim	R	---
	EB Pereira, Mirandela - Ensino Pré-Escolar	Não	Não	B	---
	JI Frechas, Mirandela	Sim	Sim	R	---
	JI Passos, Mirandela	Sim	Sim	Não	---
	JI Romeu, Mirandela	Sim	Sim	M	---
	EB Convento, Mirandela	Sim	Sim	B	B
	EB Fomento, Mirandela	Sim	Sim	B	---
	EB Torre Dona Chama, Mirandela	Sim	Sim	R	R
	EB Pereira, Mirandela - 1.º ciclo	Sim	Sim	R	---
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela - 1.º ciclo	Sim	Sim	R	---
	EB Luciano Cordeiro, Mirandela - 2.º ciclo	Sim	Não	R	R
	ES Mirandela	Sim	Sim	R	B
Não agrupada	EP Agricultura e Desenvolvimento Rural de Mirandela	Sim	Sim	R	R
Privado dependente do Estado	Centro Infância Arco-Íris	Sim	Sim	R	---
	Centro Infância O Miminho	Sim	Sim	B	---
	Nuclisol Jean Piaget	---	Não	MB	---
	Colégio N. S. ^a do Amparo	Sim	Sim	MB	B
Privada independente	Escola Profissional de Arte de Mirandela	---	Sim	R	R

Legenda: MB-Muito Bom; B-Bom; R-Razoável; M-Mau.

Em relação às infraestruturas para a utilização digital, verifica-se que apenas a EB Pereira, Mirandela (edifício do extinto Jardim de Infância de Avidagos (público)) e Nuclisol Jean Piaget (privado) não têm rede estruturada nem instalação de fibra ótica. No que concerne à existência e qualidade de equipamentos informáticos e espaços multimédia, constata-se que apenas o Colégio N. S.^a do Amparo apresenta equipamentos informáticos muito bons e espaço multimédia bom. Em sentido contrário, encontramos um conjunto alargado de estabelecimentos nos quais é necessária intervenção para reforçar os equipamentos informáticos e recursos multimédia, com maior destaque para os estabelecimentos públicos. Nestes indicadores, quase todos os Jardins de Infância necessitam de investimento, merecendo maior atenção os JI de Passos, Mirandela e JI de Romeu, Mirandela. Em situação deficitária encontram-se igualmente as Escolas Básicas Luciano Cordeiro, Mirandela, de Torre de Dona Chama, Mirandela e de Pereira, Mirandela, assim como a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Mirandela e a Escola Profissional de Arte de Mirandela.

Em relação aos recursos de apoio às atividades letivas, foi analisada a existência e qualidade de bibliotecas, mediatecas, laboratórios, equipamentos para cursos profissionais, espaços e equipamentos para educação física e sala individualizada para reuniões. Neste caso, tiveram-se em consideração apenas as Escolas com 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário, incluindo o Ensino Profissional (Tabela 43).

Tabela 43. Indicadores de adequação de espaços e equipamentos para atividades letivas.

Recurso	EB Luciano Cordeiro (2.º CEB)	EB Torre Dona Chama	ES Mirandela	EP Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais	Escola Profissional de Arte de Mirandela
Biblioteca	B	B	B	MB	---
Mediateca	R	---	---	B	---
Laboratórios Matemática/Ciências	---/R	M/M	---/B	M/R	R/R
Laboratórios Artes	R	---	---	M	R
Equipamentos para Cursos profissionais	---	---	---	MB/B	---
Pavilhão Polivalente	R	R	B	R	---
Polidesportivo	R	R	B	R	---
Polidesportivo exterior	R	R	B	R	---
Sala de reuniões	R	R	B	---	R

Legenda: MB-Muito Bom; B-Bom; R-Razoável; M-Mau.

Da análise efetuada foi possível concluir que a EB Luciano Cordeiro, Mirandela, apresenta os piores indicadores de qualidade, em relação a quase todos os equipamentos de apoio ao ensino. Também a Escola Profissional de Arte de Mirandela, na sequência do descrito em termos de conservação e adequação das instalações, evidencia uma quase ausência de espaços e equipamentos para apoio a atividades letivas

diferenciadas. Nestes indicadores, a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais é aquela em que se verifica uma situação positiva, merecendo destaque uma muito boa biblioteca e uma mediateca boa.

No que diz respeito aos laboratórios, nomeadamente de matemática e de artes, e aos equipamentos para os cursos profissionais, quase todas as escolas estão mal apetrechadas. Nos laboratórios de ciências a situação é um pouco melhor, embora apenas o laboratório da Escola Secundária de Mirandela possa ser considerado de boa qualidade. Em relação aos cursos profissionais, salienta-se a existência de muito bons equipamentos na Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, adequados aos cursos aí lecionados, enquanto na Escola Profissional de Arte de Mirandela os laboratórios de artes são considerados apenas razoáveis.

3.1.6 - Informação estatística sobre os recursos humanos

Considera-se neste ponto a informação relativa ao pessoal docente e não docente. No Anuário Estatístico da Região Norte 2018 (INE, 2019) entende-se **pessoal docente** como o “conjunto dos docentes de jardins-de-infância e estabelecimentos de ensino” (INE, 2019, p. 512).

No que concerne ao pessoal docente, no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro é garantida a “salvaguarda da autonomia pedagógica e curricular dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, recentemente reforçada pela faculdade conferida às escolas para gerir parcialmente o currículo dos ensinos básico e secundário partindo das matrizes curriculares -base, e a estrita observância dos direitos de participação dos docentes no processo educativo, previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139 -A/90, de 28 de abril, na sua redação atual, designadamente a autonomia técnica e científica”.

Nas tabelas seguintes apresentam-se os dados disponibilizados na PORDATA, relativos ao pessoal docente para cada um dos níveis de ensino, segundo a natureza institucional do estabelecimento (privado e público), percentagem de docentes do sexo feminino e o índice de envelhecimento, para os anos de 2011, 2017 a 2019. No ano de 2019 consideraram-se ainda os totais destes indicadores, mas não havia dados disponíveis para o índice de envelhecimento.

Conforme se verifica na Tabela 44, em 2019 existiam no Município de Mirandela 42 docentes de Educação Pré-Escolar, sendo 12 do privado e 30 do público, todas do sexo feminino. Nesse mesmo ano, existiam 66 docentes do Ensino Básico – 1.º Ciclo, sendo 87,9% do sexo feminino (Tabela 45), 63 docentes do Ensino Básico – 2.º Ciclo, sendo 66,7% do sexo feminino (Tabela 46). No total do Ensino Básico – 3.º Ciclo e Ensino Secundário havia 132 docentes, sendo 68,2% do sexo feminino (Tabela 47).

Na Tabela 48 apresentam-se os dados relativos aos docentes de Educação Especial e Formadores (Escolas Profissionais), para os anos letivos de 2010/2011, 2011/2012, e de 2015/2016 a 2018/2019, apresentando os valores totais e segundo a natureza institucional do estabelecimento (privado e público), com base em dados da DGEEC (2019).

Tabela 44. Docentes em exercício – Educação Pré-Escolar.

Unidades territoriais	Educação Pré-Escolar															
	2011				2017				2018				2019			
	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	
Portugal	7981	10303	98,7	x	7041	9107	99,1	430,6	6966	9099	99,0	503,9	7034	9243	99,1	
Continente	7432	9063	98,7	103,0	6728	8133	99,1	435,5	6610	8192	99,1	513,7	6653	8354	99,1	
Terras de Trás-os-Montes	64	146	99,5	x	52	133	98,9	2950,0	46	135	98,9	2500,0	48	140	98,4	
Mirandela	18	30	100,0	166,7	13	26	100,0	-	12	27	100,0	-	12	30	100,0	

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 45. Docentes em exercício – Ensino Básico: 1.º Ciclo.

Unidades territoriais	Ensino Básico - 1.º Ciclo															
	2011				2017				2018				2019			
	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	
Portugal	3440	29604	86,3	x	3136	26725	86,9	545,3	3304	26675	86,7	725,6	3410	26768	86,9	
Continente	3135	26996	86,6	101,0	2847	24435	87,3	572,5	3028	24402	87,1	764,8	3129	24540	87,3	
Terras de Trás-os-Montes	14	404	83,5	x	14	371	88,8	8766,7	17	371	87,9	8633,3	17	394	88,3	
Mirandela	2	87	87,6	-	2	62	87,5	4000,0	2	62	87,5	-	2	64	87,9	

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 46. Docentes em exercício – Ensino Básico: 2.º Ciclo.

Unidades territoriais	Ensino Básico: 2.º Ciclo															
	2011				2017				2018				2019			
	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	
Portugal	3024	31062	72,3	x	2685	21288	72,2	1157,5	2630	21434	72,6	1266,6	2523	21279	71,9	

Continente	2951	28907	72,6	146,0	2594	19398	72,6	1197,1	2552	19566	73,0	1313,9	2449	19545	72,2
Terras de Trás-os-Montes	10	354	59,1	x	12	298	68,4	1425,0	2	300	66,2	2757,1	3	315	65,7
Mirandela	-	79	60,8	3556	-	53	67,9	-	-	52	65,4	-	-	63	66,7

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 47. Docentes em exercício – Ensino Básico: 3.º Ciclo e Ensino Secundário.

Unidades territoriais	Ensino Básico: 3.º Ciclo e Ensino Secundário														
	2011				2017				2018				2019		
	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)	ÍEn iv)	Priv i)	Púb ii)	% SF iii)
Portugal	8753	80786	70,4	x	7194	68373	74,8	1117,9	7008	69714	74,8	1352,3	6867	69868	74,7
Continente	8540	75718	70,5	117,8	7018	63473	74,9	1145,0	6823	64748	72,0	1373,8	6688	65039	74,9
Terras de Trás-os-Montes	59	926	63,8	x	27	776	65,4	1270,0	20	770	65,8	1560,0	-	799	66,1
Mirandela	47	157	61,8	125,5	16	118	66,4	1440,0	11	123	68,7	2433,3	-	132	68,2

Fonte: Adaptado de PORDATA.

Tabela 48. Evolução do número de Docentes de Educação Especial e Formadores (Escolas Profissionais), no ensino público e privado.

	Ano letivo											
	2010/2011		2011/2012		2015/2016		2016/2017		2017/2018		2018/2019	
	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb
Docentes Educação especial	-	16	-	13	1	15	1	16	-	16	-	15
Formadores Escolas profissionais	45	61	50	60	-	33	42	35	39	51	42	41

Fonte: Adaptado de DGEEC (2019). Regiões em números 2017/2018 – Educação.

Conforme se verifica na Tabela 48, de acordo com os dados disponíveis, em 2018/2019, no Município de Mirandela existiam 15 docentes de educação especial no ensino público. No mesmo ano letivo havia um total de 83 formadores (escolas profissionais), sendo 41 do ensino público e 42 do ensino privado.

Em particular, relativamente ao Agrupamento de Escolas (Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Mirandela – 2019/2022), é de referir que se considera que o corpo docente é bastante estável e o número de docentes contratados é residual. Segundo o Relatório Agrupamento de Escolas de Mirandela (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2020) existiam 286 docentes no ano letivo de 2019/2020.

Como oportunidade de formação do pessoal docente podemos referir os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE), instituições de Ensino Superior, bem como a oferta formativa do Ministério da Educação.

No Anuário Estatístico da Região Norte 2018 (INE, 2019) por **pessoal não docente** entende-se o “conjunto de profissionais de carreiras específicas que, em colaboração com o pessoal docente, desenvolvem atividades de suporte ao funcionamento dos jardins de infância e estabelecimentos de ensino” (p. 512).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, “prevê -se a transferência do pessoal não docente com vínculo ao Ministério da Educação para os municípios, estabelecendo-se mecanismos que visam a salvaguarda da situação jurídico-funcional do pessoal abrangido”, tal como é especificado na secção II (Pessoal não docente - artigos 42.º a 45.º; 54.º - financiamento).

Quanto ao pessoal não docente, no Diagnóstico Social de Mirandela (CMM, 2019a) dava-se conta do aumento desde o ano letivo de 2011/2012 até 2016-2017, de um total de 164 para 183, respetivamente. Embora ao nível do pessoal não docente do ensino não superior, de 2015/2016 para 2016/2017 se tenha verificado uma diminuição no setor público, passando de 159 para 146. Pode-se constatar na Tabela 49 que em 2017/2018 existiam 190 profissionais nestas funções no Município de Mirandela, dos quais 151 no sector público.

Tabela 49. Pessoal não docente do ensino não superior – Público e privado, em 2017/2018.

	Pessoal não docente do ensino não superior		
	Total	Público	Privado
Portugal	81 944	57 763	24 181
Continente	74 728	52 337	22 391
Terras de Trás-os-Montes	876	736	140
Mirandela	190	151	39

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte – 2018 (2019).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 50, relativamente ao Agrupamento de Escolas de Mirandela (Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Mirandela – 2019/2022), verifica-se que em 2018/2019 existiam 97 funcionários, sendo 81 assistentes operacionais e 16 assistentes técnicos. Segundo o mesmo documento, os funcionários eram sobretudo do sexo feminino e maioritariamente com mais de 50 anos de idade.

Tabela 50. Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de 2018/2019 e 2019/2020.

Serviços	N.º de Funcionários		
	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Assistentes Operacionais	81	68	66
Assistentes Técnicos	16	14	14
Total	97	82	80

Fonte: dados fornecidos pela CMM.

No Relatório Agrupamento de Escolas de Mirandela (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2020) é possível consultar os dados que se apresentam na tabela seguinte (Tabela 51), referentes à distribuição do pessoal não docente por categoria profissional.

Tabela 51. Recursos humanos – Pessoal não docente.

Categoria Profissional	N.º	Entidade/Funções
Assistentes Operacionais (105)	67	MEC
	13	Câmara Municipal de Mirandela
	25	IEFP – contrato emprego e inserção C.M.M
	15	Assistentes Técnicos
Técnicos Superiores (23)	2	Formadores (Enfermeira e Técnico Turismo)
	2	Psicólogas
	1	Fisioterapeuta
	1	Terapeuta da Fala
	1	Ter. Ocupacional
	16	AEC's

Fonte: Adaptado de Relatório Agrupamento de Escolas de Mirandela (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2020).

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, explicita a oportunidade de formação no artigo 45.º (Ações de formação), referindo que “A apreciação técnico-pedagógica e a certificação das ações de formação cabem, concomitantemente, ao departamento governamental com competência na matéria e à Associação Nacional de Municípios Portugueses”.

Como exemplo do investimento na formação do pessoal não docente, podem referir-se os processos de RVCC, a frequência de cursos no Ensino Superior (cursos técnicos superiores profissionais, licenciaturas, pós-graduações, mestrados e doutoramentos), e formações de outras entidades.

Com base em informação fornecida pelo município, apresenta-se a tabela seguinte (Tabela 52), relativa ao número de Assistentes Operacionais por estabelecimento, nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021.

Nos pontos seguintes, as projeções de desenvolvimento são apresentadas tendo em conta os dados relativos aos discentes na Educação Pré-Escolar, nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e uma análise prospetiva, que considera a evolução demográfica e a projeção da evolução da população escolar.

Tabela 52. Assistentes Operacionais por estabelecimento, no ano letivo de 2020/2021.

Escolas	2018/2019		2019/2020		2020/2021	
	Assistentes Operacionais	Total de alunos	Assistentes Operacionais	Total de alunos	Assistentes Operacionais	Total de alunos
Jl Mirandela	8	71	9	69	9	74
EB Pereira, Mirandela (edifício do extinto Jl Avidagos) Pré-escolar	2	12	2	10	2	7
Jl Frechas, Mirandela	2	9	2	7	2	5
Jl Romeu, Mirandela	2	8	2	7	2	5
Jl Passos, Mirandela	1	3	1	3	0	0
EB Convento, Mirandela	10	210	11	208	12	210
EB Fomento, Mirandela	9	190	11	187	15	188
EB Torre Dona Chama, Mirandela	11 (2 IEF+9ME)	166	10 (3IEFP+7ME)	161	11	146
EB Pereira, Mirandela 1.º ciclo	2	18	2	19	2	21
EB Luciano Cordeiro, Mirandela	12	520	11	167+351 (2.ºCEB)	31	491
Escola Secundária	30	965	29	875	48	878
TOTAL	134	2071	89	2061	134	2025

3.2 - Educação Pré-Escolar – Rede pública, privada e solidária

Seguidamente são apresentados os dados relativos ao número total de crianças inscritas nas ofertas públicas e privadas na Educação Pré-Escolar (Tabela 53).

Tabela 53: Número de crianças matriculadas na Educação Pré-Escolar.

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Educação Pré-Escolar	538	540	517	523	499	482	484	456	438	436

Fonte: Adaptado de Regiões em Números 2018/2019 - Educação - Região Norte.

De sublinhar também a redução do número de crianças matriculadas neste nível de ensino. Mais concretamente, entre 2010/2011 e 2018/2019 houve um decréscimo de 19,3% do número de crianças inscritas (Figura 19). É ainda de salientar que, ao nível da Educação Pré-Escolar, as tendências mantêm-se no sentido de ser o ensino privado que detém o maior número de crianças matriculadas.

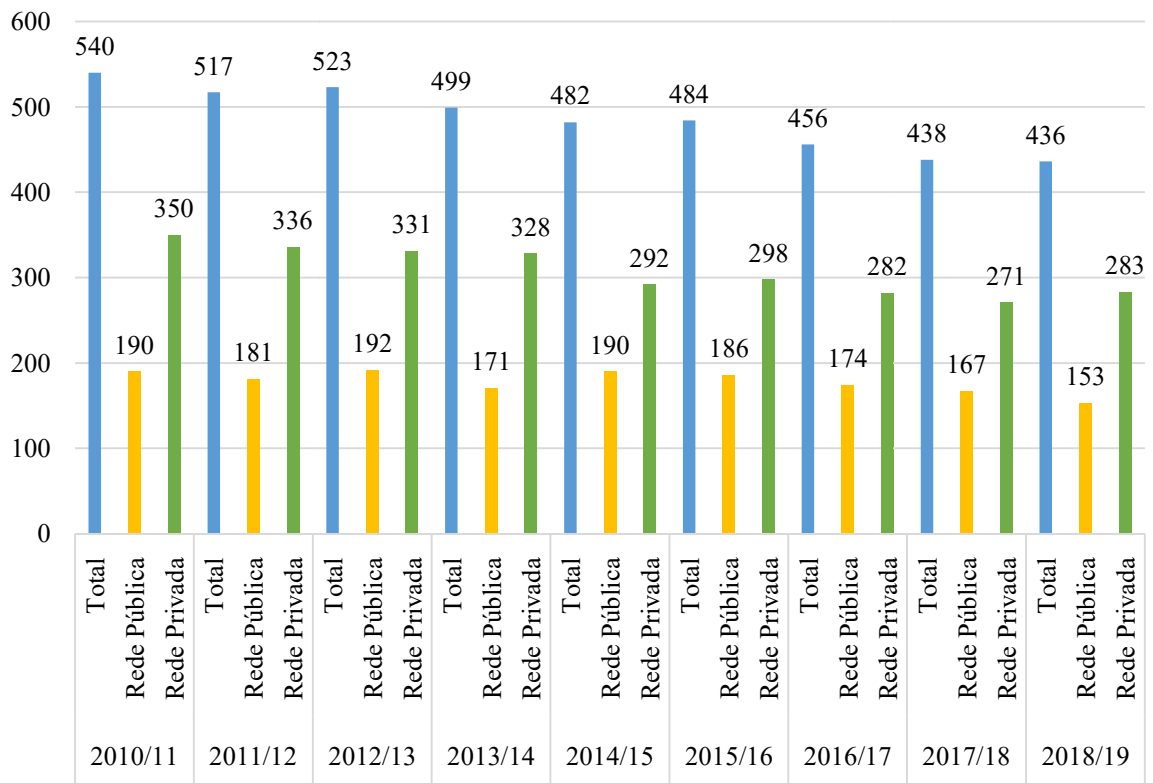


Figura 19. Evolução do número total de crianças matriculadas na Educação Pré-Escolar, entre 2010/2011 e 2018/2019 (adaptado de DGEEC, 2020).

Outro dado que importa ressaltar é a perda de sete estabelecimentos de ensino Pré-Escolar na rede pública, entre 2011 e 2019, fruto do reordenamento educativo (Figura 20).

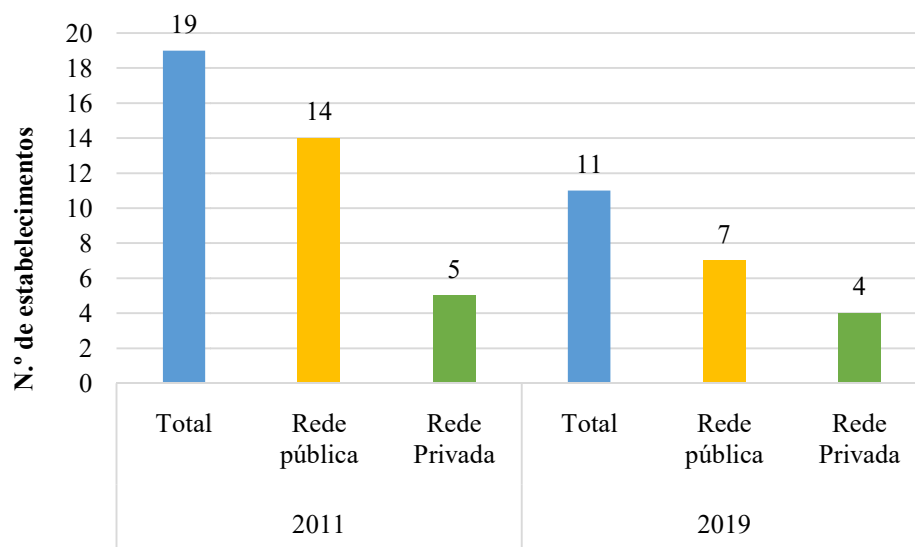


Figura 20. Número de estabelecimentos na Educação Pré-Escolar, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

Considerando ainda a tendência da evolução do número de nascimentos no Concelho de Mirandela entre 2020 e 2030, e tendo por referência o número de nados vivos nesta área geográfica no período entre 2009 e 2019, estima-se uma redução do número de nascimentos, situando-se a tendência nos 118 nascimentos em 2025 (Figura 21).

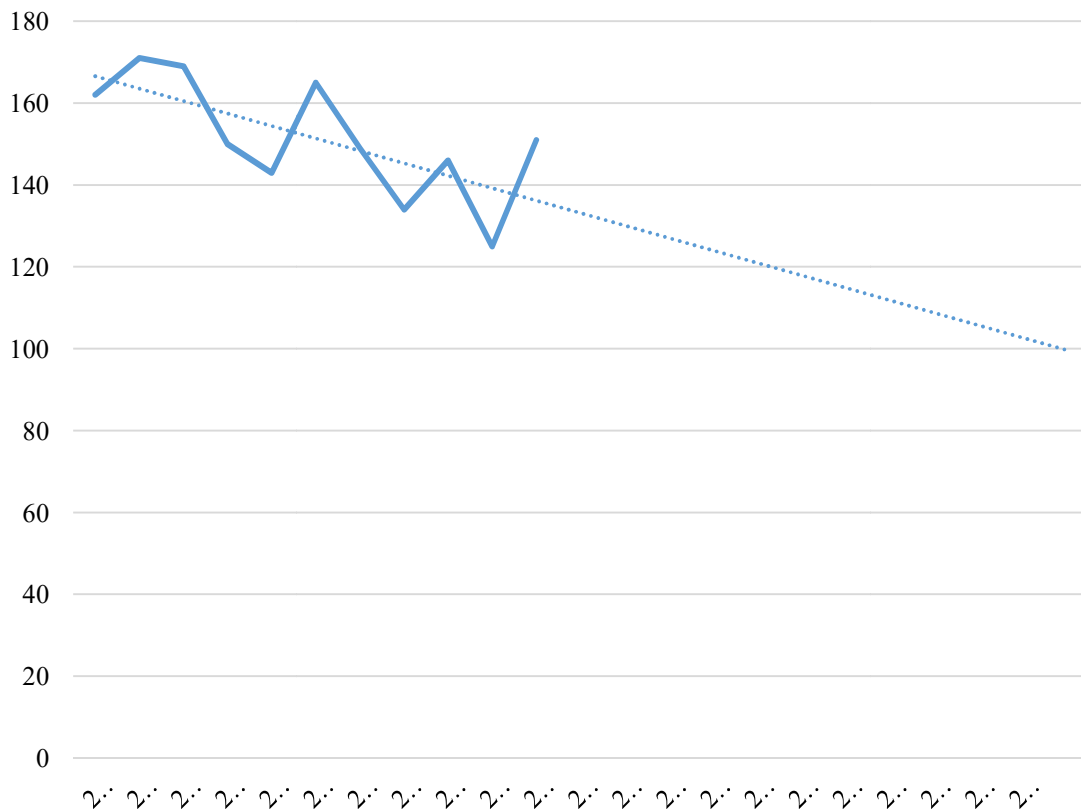


Figura 21. Regressão do número de nascimentos.

Tendo por base os dados referentes ao número de nados vivos no Concelho de Mirandela no período entre 2009 e 2019, e sem migrações, prevê-se uma redução do número de crianças matriculadas nos próximos anos letivos, apesar de um ligeiro aumento no ano letivo 2022/2023. Após esse ano, estima-se que o número de crianças em idade para frequentar a Educação Pré-Escolar volte a diminuir progressivamente, se se tiver em consideração apenas a tendência evolutiva do número de nascimentos, calculada em função dos números reais da série 2009-2019, ou seja, sem estímulos efetivos à natalidade e à imigração (Tabela 54).

Tabela 54. Previsão da evolução do número de crianças na Educação Pré-Escolar.

Número de crianças em idade escolar	Ano letivo	Pré-Escolar
Dados reais do número de matriculados (DGEEC, 2019)	2018/2019	436
	2020/2021	429 ¹
	2021/2022	405 ¹
Dados previstos	2022/2023	422 ¹
	2023/2024	411 ²
	2024/2025	417 ²
	2025/2026	392 ²

¹Previsão da população em idade escolar, com natalidade real e sem migrações.

²Previsão da população em idade escolar, com base na tendência evolutiva do número de nascimentos, e sem migrações.

3.3–1.º Ciclo do Ensino Básico – Rede pública, privada e solidária

Seguidamente são apresentados os dados relativos aos discentes no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Na Tabela 55 apresentam-se os dados relativos ao total de alunos e ao número de alunos do ensino regular matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Tabela 55. Número de alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
1.º Ciclo Total	931	858	832	791	764	791	755	731	741	682
Ensino regular	925	857	830	790	762	771	746	728	735	682

Fonte: Adaptado de Regiões em Números 2018/2019 - Educação - Região Norte.

Com base nos dados da DGEEC referentes ao período entre 2006 e 2019 é de referir que a taxa bruta de escolarização no 1.ºCEB diminuiu 7,2% (passou de 124,5% para 117,3%).

Ainda no que concerne a este nível de ensino é evidente a diminuição do número total de alunos matriculados, sendo de realçar a redução de 20,5% do número de alunos matriculados no 1.ºCEB entre 2010/2011 e 2018/2019 (Figura 22). De referir igualmente que, nos períodos em análise, o ensino público apresenta uma taxa de frequência bastante mais elevada comparativamente com a rede de ensino privada.

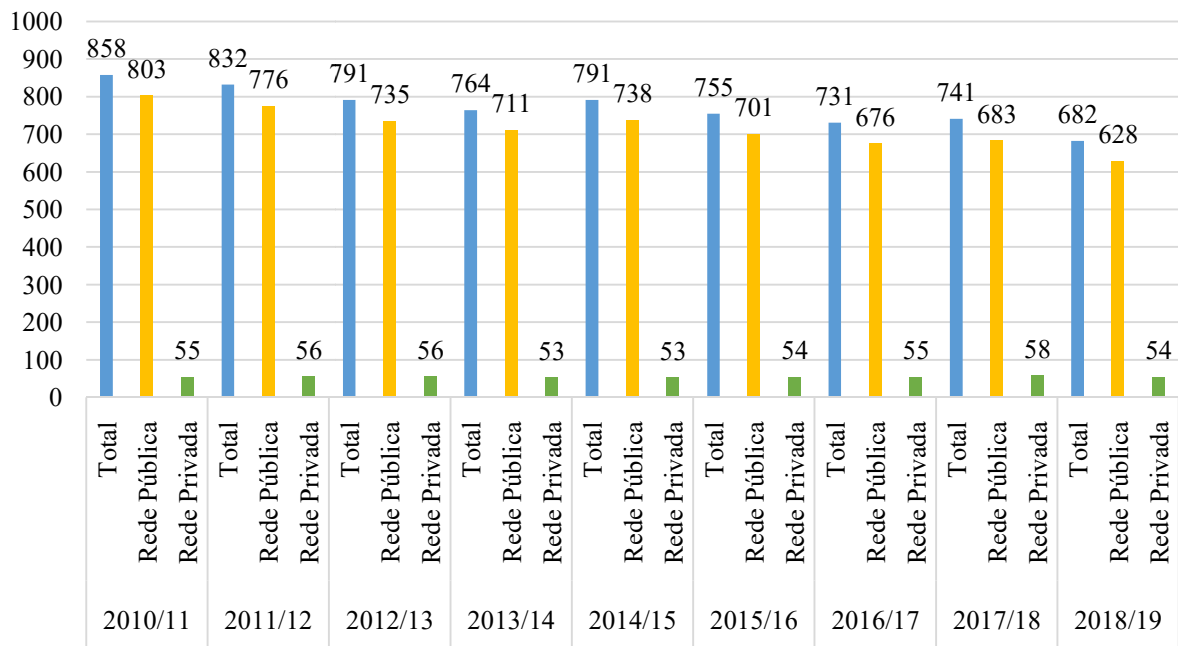


Figura 22. Evolução do número total de alunos matriculados no 1.º CEB, entre 2010/2011 e 2018/2019 (adaptado de DGEEC, 2020).

No que diz respeito à taxa de retenção e desistência, segundo dados da DGEEC, entre 2006/2007 e 2018/2019, observa-se na Figura 23 uma variação considerável, destacando-se o decréscimo deste indicador que se apresenta alinhado com as taxas de retenção registadas no Continente e na CIM Terras deTrás- os- Montes, sendo que no ano letivo de 2018/2019 registou valores inferiores a estas.

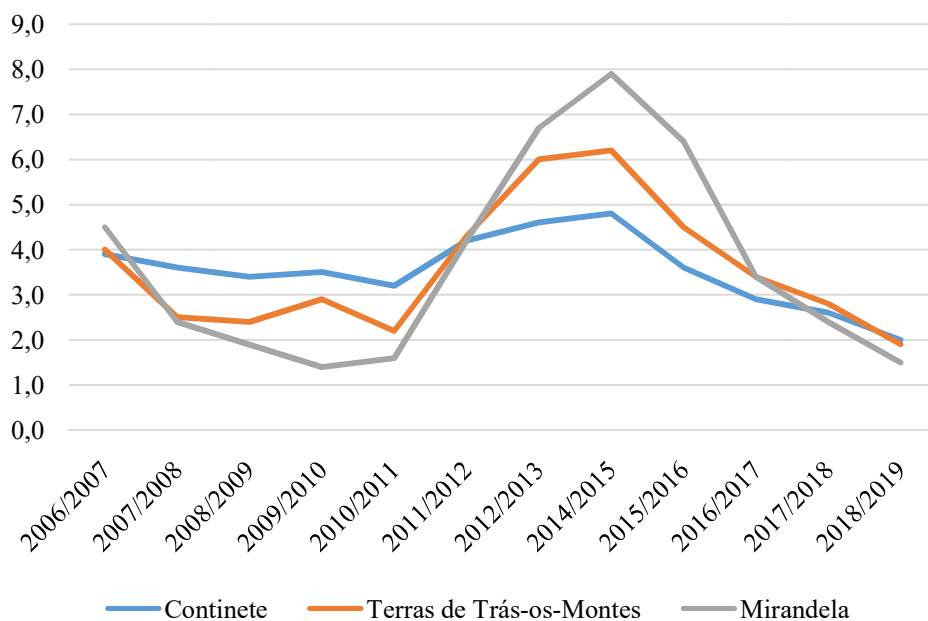


Figura 23. Taxa de retenção e desistência (%) no 1.º CEB (adaptado de DGEEC).

De mencionar ainda que, entre 2011 e 2019, houve a perda, na rede pública, de um estabelecimento no 1.º CEB (Figura 24).

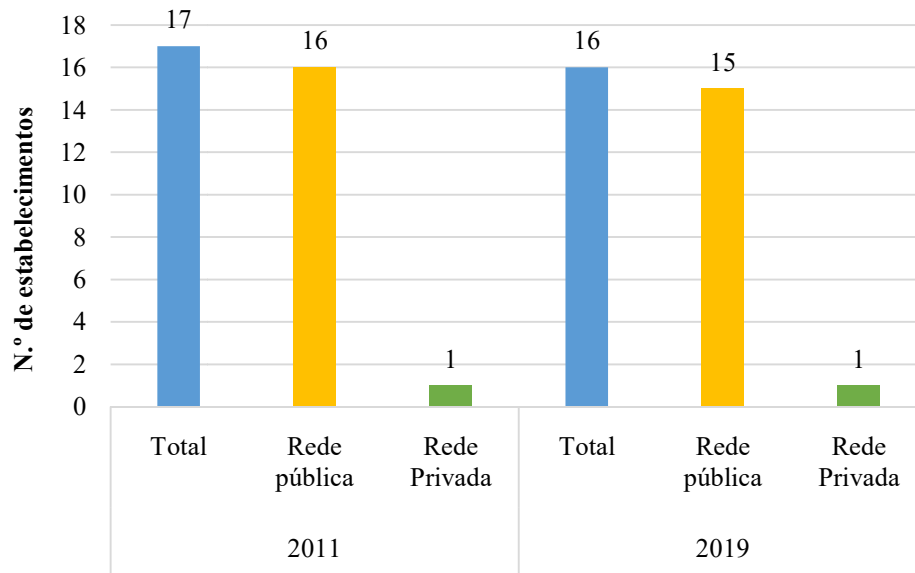


Figura 24. Número de estabelecimentos no 1.ºCEB, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

Em termos de previsão, calculada com base no número de nados vivos e sem migrações, estima-se que no 1.º CEB ocorra uma diminuição progressiva do número de crianças matriculadas até 2025 (Tabela 56).

Tabela 56: Previsão da evolução do número de alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Número de crianças em idade escolar	Ano letivo	1.º CEB
Dados reais do número de matriculados no ensino regular (DGEEC, 2019)	2018/2019	682
	2020/2021	627 ¹
	2021/2022	607 ¹
	2022/2023	591 ¹
	2023/2024	594 ¹
	2024/2025	554 ¹
	2025/2026	556 ¹

¹Previsão da população em idade escolar, com natalidade real e sem migrações.

Na comparação entre o número real indicado pela DGEEC dos alunos matriculados no ano letivo 2018/2019 no ensino regular (682) e o número calculado tendo por base os nados vivos em idade escolar para este nível de ensino (652) verifica-se uma discrepância, a qual pode ser justificada pela fixação no

concelho de população jovem com filhos nesta faixa etária, assim como pelo efeito da retenção de alunos. Daí resulta que a previsão aponte para uma diminuição do número de alunos mais acentuada nos anos letivos mais próximos e mais atenuada depois.

3.4– 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico – Rede pública e privada

Seguidamente são apresentados os dados relativos ao número total de alunos e ao número de alunos do ensino regular matriculados nos 2.º Ciclo do Ensino Básico (Tabela 57).

Tabela 57. Número de alunos matriculados no 2.º Ciclo do Ensino Básico.

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
2.º Ciclo Total	607	662	524	534	551	500	426	419	431	424
Ensino regular	540	531	490	503	488	431	388	384	362	387

Fonte: Adaptado de Regiões em Números 2018/2019 - Educação - Região Norte.

De acordo com os dados da DGEEC, entre 2006 e 2019a taxa bruta de escolarização no 2.º CEB sofreu um aumento de 3,1% (passou de 130,0% para 133,1%).

Tal como se apresenta na Figura 25, analisando os anos letivos de 2013/2014 e 2018/19, tem-se verificado um decréscimo progressivo do número total de alunos matriculados no 2.º CEB na rede pública. Entre 2010/2011 e 2018/2019 houve uma redução de 36,0 % do número de alunos matriculados neste nível de ensino.

De acordo com os dados da DGEEC, entre 2006/2007 e 2018/2019 pode observar-se, através da análise da Figura 26, que a taxa de retenção e abandono tem sofrido algumas variações e que, nos últimos anos, se situa ligeiramente abaixo dos valores obtidos no Continente e na CIM Terras de Trás-os-Montes.

Outro dado que importa salientar prende-se com a não alteração do número de estabelecimentos no 2.º CEB na rede de ensino público (Figura 27).

No que concerne ao 2.º CEB, prevê-se uma diminuição do número de alunos matriculados no ensino regular até 2025, calculada com base no número de nados vivos e sem migrações (

Tabela 58). Apesar de ligeiras oscilações, a população em idade escolar relativa a este nível de ensino baixará ao longo do período em análise, se a tendência evolutiva da natalidade não for alterada.

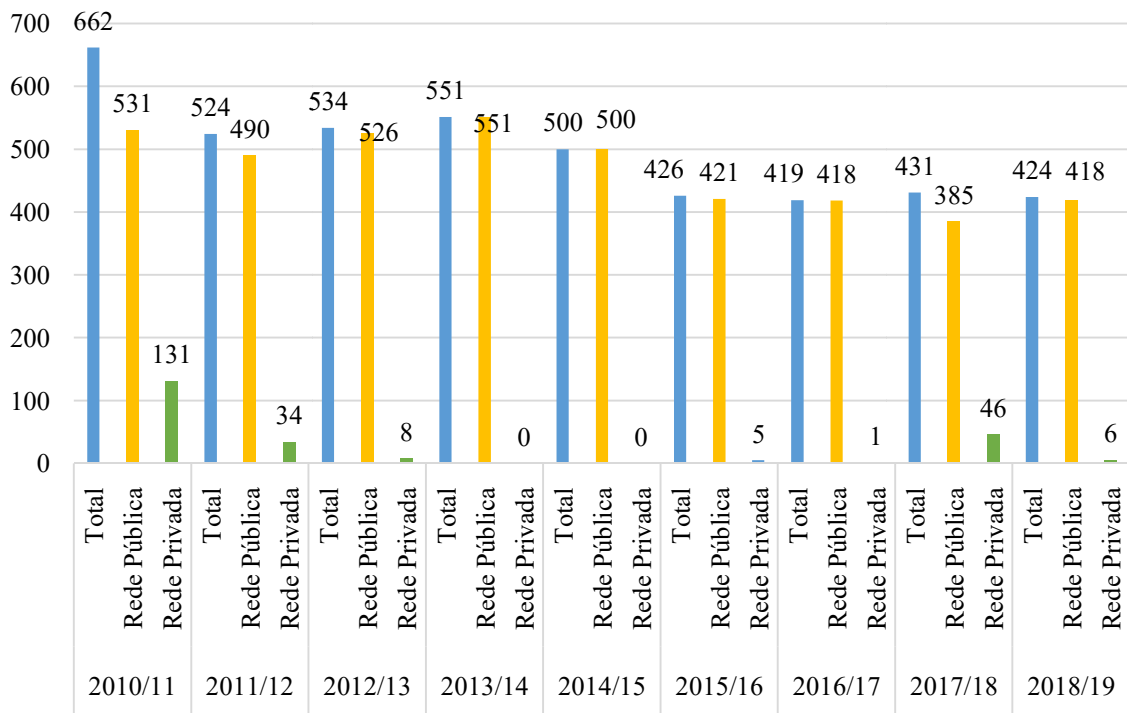


Figura 25. Evolução do número total de alunos matriculados no 2.º CEB, entre 2010/2011 e 2018/2019(adaptado de DGEEC, 2020).

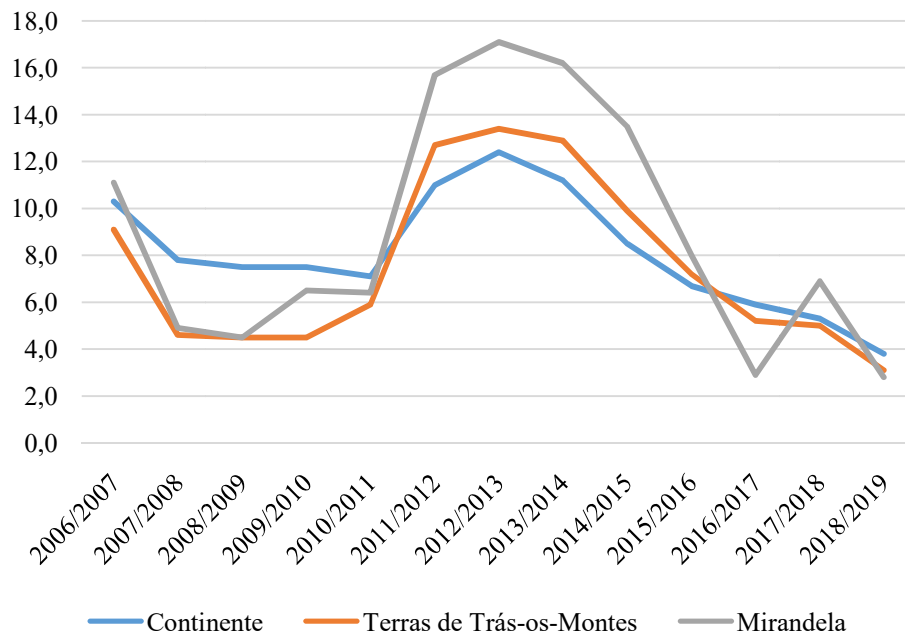


Figura 26. Taxa de retenção e desistência (%) no 2.º CEB (adaptado de DGEEC).

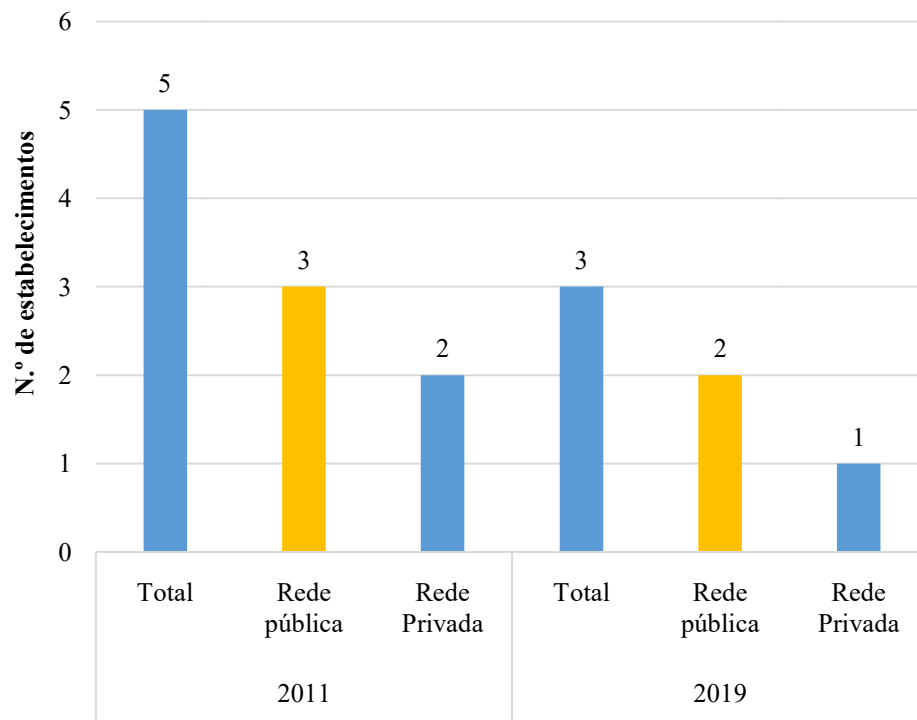


Figura 27. Número de estabelecimentos no 2.ºCEB, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

Tabela 58. Previsão da evolução do número de alunos no 2.º Ciclo do Ensino Básico.

Número de crianças em idade escolar	Ano letivo	2.ºCEB
Dados reais do número de matriculados no ensino regular (DGEEC, 2019)	2018/2019	387
	2020/2021	333 ¹
	2021/2022	340 ¹
	2022/2023	319 ¹
Dados previstos	2023/2024	293 ¹
	2024/2025	308 ¹
	2025/2026	314 ¹

¹Previsão da população em idade escolar, com natalidade real e sem migrações.

Seguidamente são apresentados os dados relativos ao número total de alunos e ao número de alunos do ensino regular matriculados no 3.º Ciclo do Ensino Básico (Tabela 59).

Tabela 59. Número de alunos matriculados no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
3.º Ciclo Total	1393	1115	1 087	970	871	912	826	850	848	725
Ensino regular	763	763	710	694	639	625	597	553	546	490
Cursos Profissionais	61	56	76	83	83	81	--	85	84	81

Fonte: Adaptado de Regiões em Números 2018/2019 - Educação - Região Norte.

De acordo com os dados da DGEEC, entre 2006/2007 e 2018/2019, a taxa de escolarização no 3.ºCEB diminuiu 34,8% (passou de 166,4% para 131,6%).

Como consta da Figura 28, tem-se assistido a uma redução do número total de alunos matriculados no 3.ºCEB. De realçar que, entre 2010/2011 e 2018/2019, houve uma redução de 35,0% do número total de alunos matriculados neste nível de ensino.

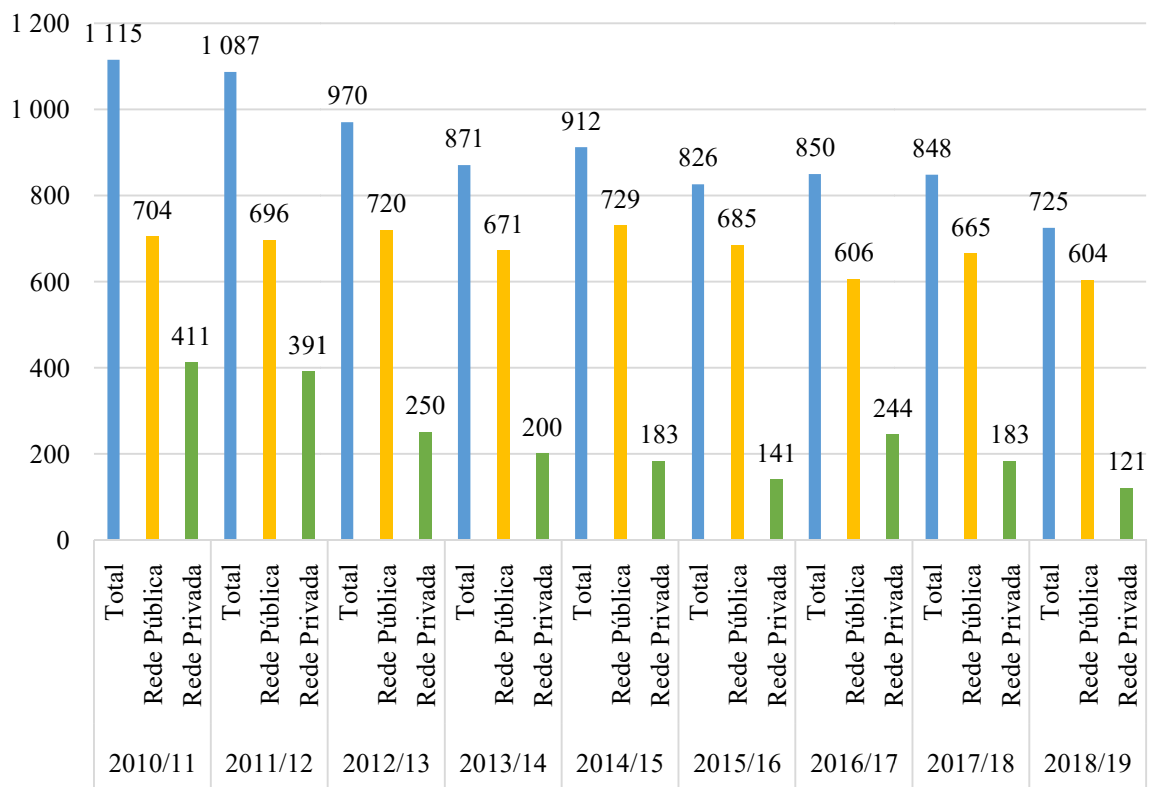


Figura 28. Evolução do número total de alunos matriculados no 3.ºCEB, entre 2010/2011 e 2018/2019 (adaptado de DGEGC, 2020).

No que diz respeito à taxa de retenção no 3.º CEB, e de acordo com os dados da DGEEC, verifica-se uma tendência genérica de diminuição do indicador, como se observa na Figura 29. Contudo, observa-se que o valor referente a 2017/2018 (12,5%) demonstra uma interrupção na tendência de alinhamento com os valores referentes ao Continente e à CIM Terra de Trás-os-Montes. No último ano letivo da série temporal analisada, os valores apresentados pelo Concelho de Mirandela voltam a ser inferiores aos das unidades territoriais utilizadas como referências comparativas, como se pode verificar na Figura 29.

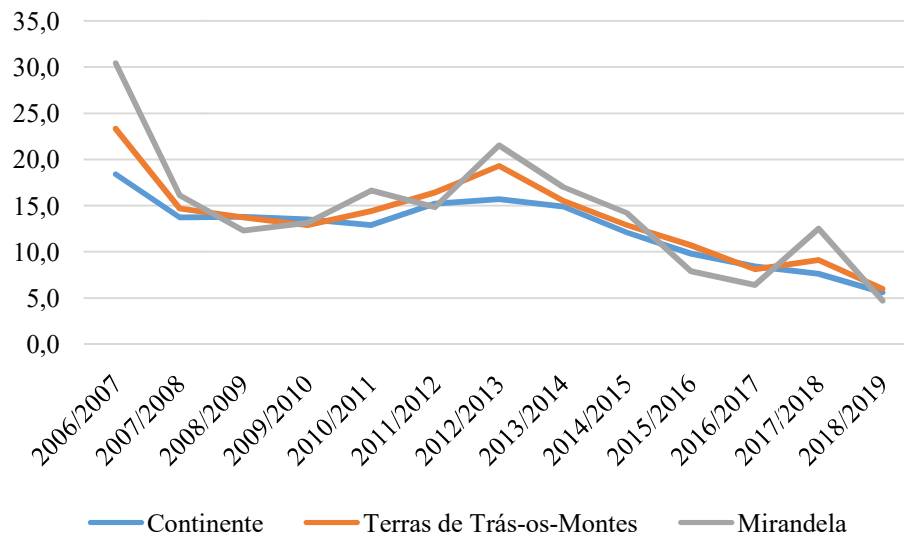


Figura 29. Taxa de retenção e desistência (%), no 3.º CEB (adaptado de DGEEC).

Acresce mencionar ainda a redução de um estabelecimento da rede pública entre 2011 e 2019 no 3.º CEB (Figura 30).

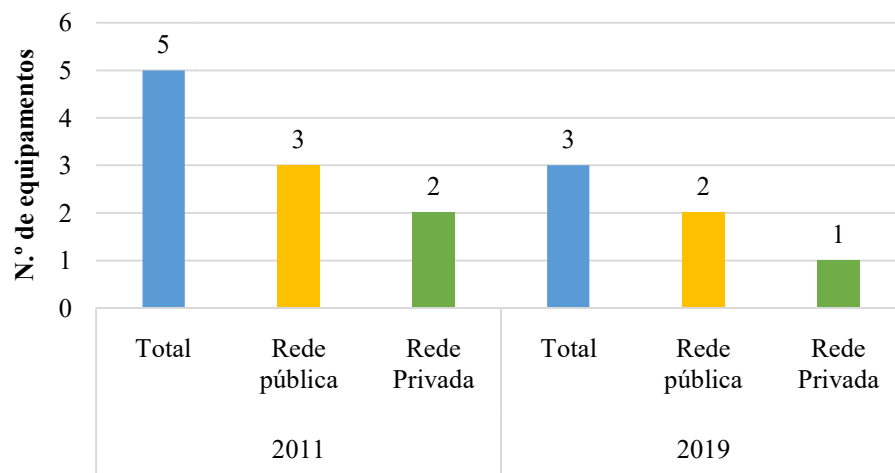


Figura 30. Número de estabelecimentos no 3.ºCEB, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

No que concerne ao 3.º CEB, prevê-se uma diminuição do número de alunos matriculados no ensino regular e cursos profissionais até 2025 (Tabela 6o).

Tabela 6o. Previsão da evolução do número de alunos no 3.ºCiclo do Ensino Básico.

Número de jovens em idade escolar	Ano letivo	3.ºCEB
Dados reais do número de matriculados no ensino regular e profissional (DGEEC, 2019)	2018/2019	571
	2020/2021	548 ³
Dados previstos	2021/2022	529 ³
	2022/2023	506 ¹
	2023/2024	502 ¹
	2024/2025	490 ¹
	2025/2026	462 ¹

¹Previsão da população em idade escolar, com natalidade real e sem migrações.

³ Previsão com base no número de alunos inscritos em anos transatos.

Quando comparado com o número real indicado pela DGEEC no ano letivo 2018/2019, a maior retração do número de alunos está prevista para os anos letivos mais próximos, para os quais a estimativa foi calculada com base no número de alunos inscritos em anos transatos, atenuando-se nos anos letivos seguintes, para os quais a estimativa foi calculada com base no número de dados vivos e sem migrações. Isto pode dever-se a fatores de natureza diversa, mas, em ambos os casos, os cálculos mostram uma tendência de redução consistente, se não houver alterações da natalidade ou imigração.

3.5 - Ensino Secundário

No Concelho de Mirandela o Ensino Secundário é assegurado por três instituições de ensino: a Escola Secundária de Mirandela pertencente ao Agrupamento de Escolas de Mirandela, a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais e a Escola Profissional de Arte de Mirandela, sendo que as duas primeiras correspondem à oferta pública no âmbito do Ensino Secundário.

No que respeita à rede escolar relativa ao Ensino Secundário verificaram-se mudanças significativas na última década com o encerramento do Colégio da Torre de Dona Chama no ano letivo 2018-2019, que assegurava oferta educativa a nível do Ensino Secundário naquela Vila.

Nos subpontos seguintes discrimina-se a oferta a nível de Ensino Secundário no que se refere à oferta respeitante aos cursos de gerais/científico-humanísticos (descrita no subponto 1.5.1) e a oferta relativa ao Ensino Profissional (descrita no subponto 1.5.2).

3.5.1 - Ensino Secundário público e privado

A análise da evolução quantitativa global da população escolar a frequentar o Ensino Secundário mostra uma tendência de decréscimo. Esta tendência é também verificada na análise do número de alunos matriculados nos cursos gerais/científico-humanísticos (Tabela 61).

Tabela 61. Número de alunos matriculados no Ensino Secundário (público e privado).

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Ensino Secundário Total	1139	1062	1225	1147	937	909	917	987	942	872
Ensino regular (Cursos gerais/científico-humanísticos)	516	507	493	538	466	461	436	433	371	387
Cursos profissionais	378	448	509	474	385	340	228	286	342	329

Fonte: Adaptado de Regiões em Números 2018/2019 - Educação - Região Norte.

A oferta educativa de Ensino Secundário (cursos gerais/científico-humanísticos) no concelho está limitada à Escola Secundária de Mirandela, que se situa na sede do concelho. Na Escola Secundária de Mirandela funciona ainda oferta educativa no âmbito do Ensino Profissional (que será alvo de análise de seguida, cf. 1.5.2 Ensino Profissional).

Considerou-se igualmente relevante analisar a taxa de retenção e desistência no total do Ensino Secundário, englobando os cursos gerais/científico-humanísticos e os cursos técnicos/tecnológicos e profissionais. Neste sentido, a Figura 31 apresenta a taxa de retenção no Ensino Secundário. Nesta análise considera-se um horizonte temporal que se estende do ano letivo 2006/2007 ao ano letivo 2018/2019. A análise do horizonte temporal definido permite identificar uma tendência de diminuição da desistência e retenção em todas as unidades territoriais apresentadas.

Tendo por base dados da DGEEC, entre 2006/2007 e 2018/2019 houve uma redução da taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, de 34,2% para 9,6%, passando este valor, ao contrário do que sucedia em 2006/2007, a estar abaixo dos registados a nível nacional e na CIM Terras de Trás-os-Montes.

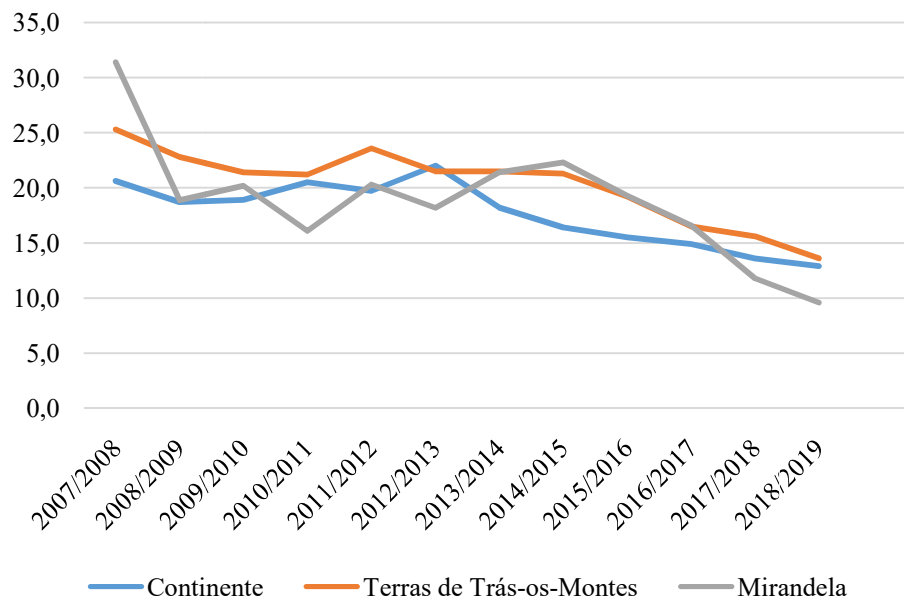


Figura 31. Taxa de retenção e desistência (%), no total do Ensino Secundário(adaptado de DGEEC).

Ainda sobre a taxa de retenção e desistência relativa aos Cursos gerais/científico-humanísticos do Ensino Secundário verifica-se que, no ano letivo 2018/2019, o valor observado para o concelho (15%) é mais baixo do que o referente à Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (16,7%) e já muito próximo do observado em Portugal Continental (14,5%) (Figura 32).

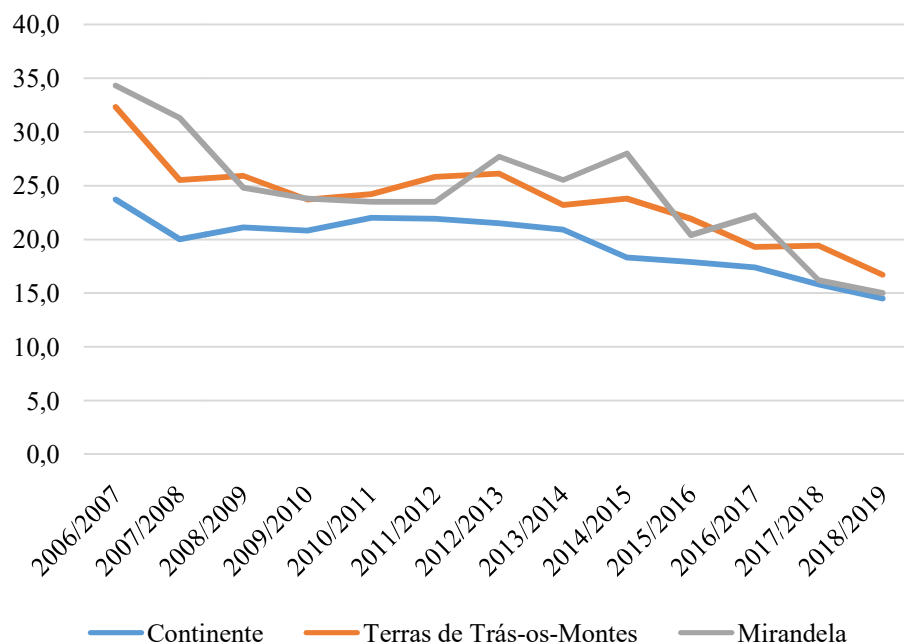


Figura 32. Taxa de retenção e desistência (%), nos cursos gerais/científico-humanísticos do Ensino Secundário (adaptado de DGEEC).

Tendo por base nos dados da DGEEC, entre 2006/2007 e 2018/2019, a taxa de escolarização no Ensino Secundário aumentou 7,4% (passou de 109,0% para 110,0%).

De referir também a redução do número de alunos matriculados no ensino secundário, considerando os dados de forma a integrar os cursos científico-humanísticos, tecnológicos e profissionais. Mais concretamente, entre 2010/2011 e 2018/2019 registou-se um decréscimo do 17,9% do número de alunos inscritos (Figura 33).

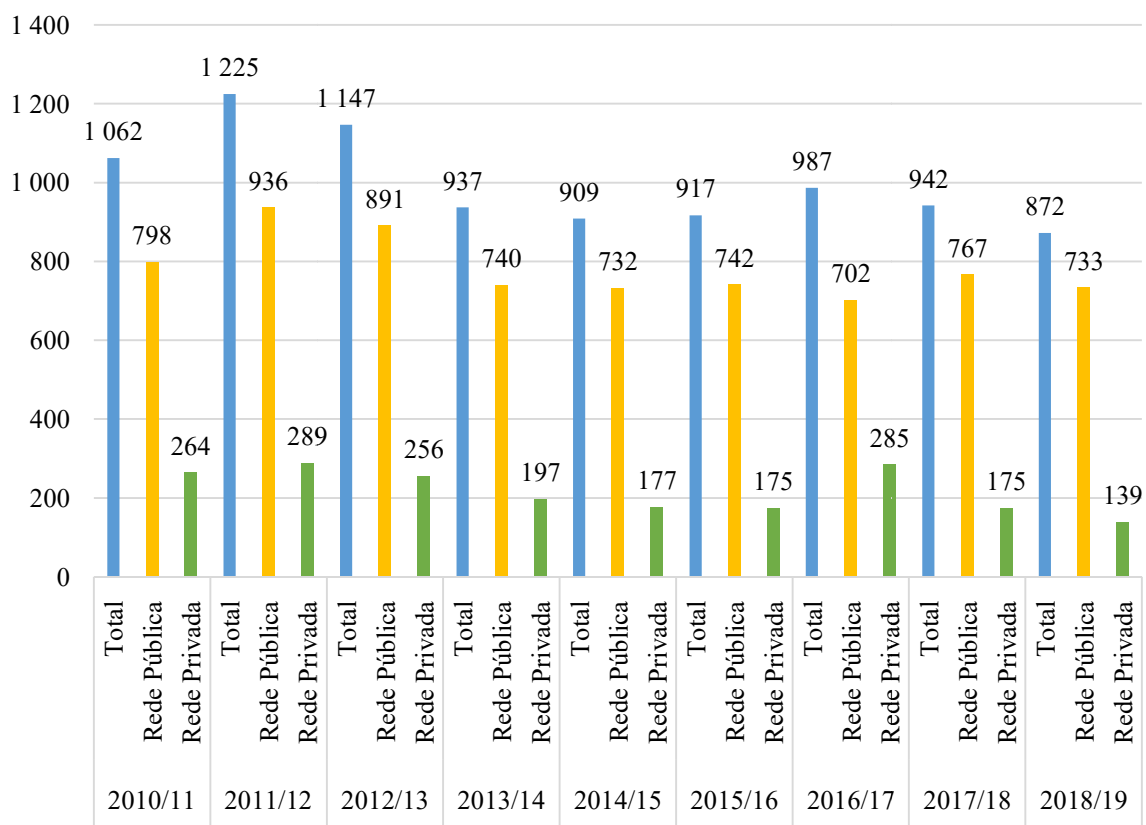


Figura 33. Evolução do número total de alunos matriculados no Ensino Secundário entre 2010/2011 e 2018/2019 (adaptado de DGEEC, 2020).

Quanto à evolução do número de alunos a frequentar o ensino regular e profissional do Ensino Secundário prevê-se uma diminuição mais acentuada em 2020/2021, seguida de uma redução consistente, mas mais ligeira, nos anos letivos seguintes, até 2025 (Tabela 62). Tal como em ciclos anteriores, quando se compara o número real de alunos matriculados no ano letivo 2018/2019, indicado pela DGEEC, com os valores previstos para os anos letivos seguintes, a maior retração do número de alunos surge nos anos letivos mais próximos, para os quais a estimativa foi calculada com base no número de alunos inscritos em anos transatos. Nos anos letivos seguintes, para os quais a estimativa foi calculada com base no número de alunos vivos e sem migrações, a redução do número de alunos prevê-se que seja menos acentuada.

Contudo, apesar da retração poder vir a acontecer a ritmos diferentes, os cálculos indicam uma tendência de redução consistente, se não houver alterações da natalidade ou imigração.

Tabela 62. Previsão da evolução do número de alunos no Ensino Secundário.

Número de jovens em idade escolar	Ano letivo	Ensino Secundário
Dados reais do número de matriculados no ensino regular e profissional (DGEEC, 2019)	2017/2018	716
	2020/2021	589 ³
	2021/2022	562 ³
Dados previstos	2022/2023	548 ³
	2023/2024	528 ³
	2024/2025	507 ¹
	2025/2026	502 ¹

¹Previsão da população em idade escolar, com natalidade real e sem migrações.

³Previsão com base no número de alunos inscritos em anos transatos.

Face ao número de estabelecimentos no Ensino Secundário, na rede pública verificou-se a perda de um estabelecimento entre 2011 e 2019 (Figura 34).

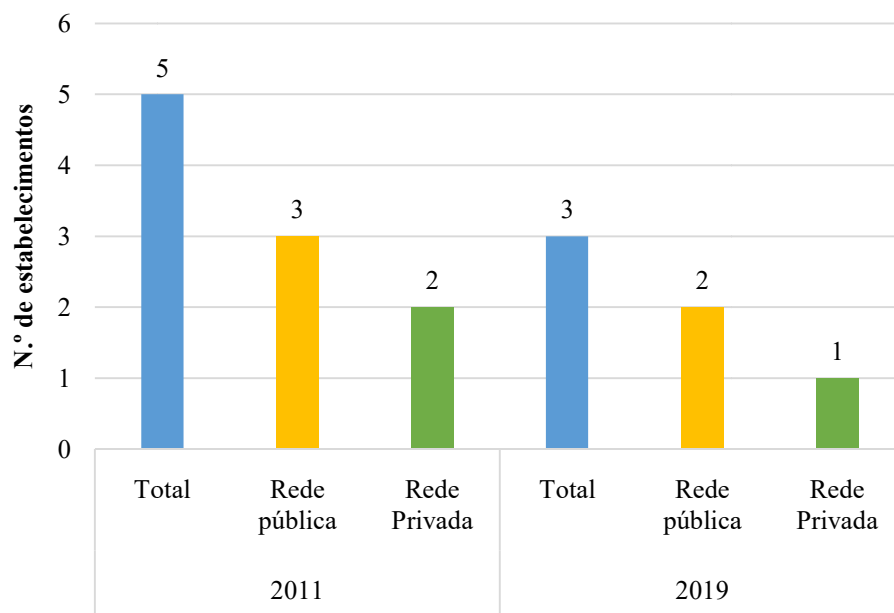


Figura 34. Número de estabelecimentos no Ensino Secundário, nas redes pública e privada, entre 2011 e 2019 (adaptado de PORDATA).

3.5.2 - Ensino Profissional

As ofertas a nível do ensino profissional que se apresentam correspondem ao ensino ministrado em escolas profissionais privadas com homologação do Ministério da Educação e do Instituto de Emprego e Formação Profissional e escolas da rede pública no Concelho de Mirandela.

A tabela seguinte (Tabela 63) descreve a frequência de oferta formativa de cariz profissional e, neste sentido, é pertinente a análise dos dados que se apresentam. Analisando esta tabela, observa-se uma flutuação da frequência, por parte dos jovens, de ofertas formativas relacionadas com a formação profissional.

Tabela 63: Alunos matriculados em cursos Profissionais, por nível de ensino, oferta de educação e ano letivo (público e privado).

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
3.º Ciclo Total	1393	1115	1087	970	871	912	826	850	848	725
Cursos profissionais	61	56	76	83	83	81	-	85	84	81
Cursos vocacionais (duais)	-	-	-	-	19	65	115	30	-	-
Cursos de educação e formação	137	86	105	63	27	19	-	56	63	59
Percurso curriculares alternativos	-	13	12	-	32	26	-	-	-	-
Ensino Secundário Total	1139	1062	1225	1147	937	909	917	987	942	872
Cursos profissionais	378	448	509	474	385	340	228	286	342	329
Cursos de educação e formação	25	20	40	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Adaptado de Regiões em Números 2018/2019 - Educação - Região Norte.

Relativamente à frequência das ofertas formativas do 3.º Ciclo do Ensino Básico, salientam-se os Cursos Profissionais e os Cursos de educação e formação que se apresentam, no horizonte temporal em análise, como as ofertas formativas mais persistentes e também aquelas em que o número de alunos é maior. Pela análise da tabela 63, verifica-se que, para os Cursos profissionais o número de alunos inscritos se encontra na casa das oito dezenas desde o ano letivo 2012/2013. Quanto aos Cursos de educação e formação, apesar da variação dos inscritos ser maior, constata-se uma estabilização nos últimos três anos

letivos, 56, 63 e 59 para 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, respetivamente. Outro aspeto relevante a observar é que os alunos que frequentaram Cursos Profissionais representam 11,1% dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico, assim como, os inscritos em Cursos de educação e formação 8,1% deste total no último ano letivo em análise.

A análise dos dados relativos aos cursos profissionais do Ensino Secundário permite observar que, no ano letivo de 2017/2018, os estudantes a frequentar cursos profissionais no ensino secundário eram 342, o que corresponde a 36,3% de todos os estudantes do ensino secundário e no ano letivo de 2018/2019 este valor é de 329, o que representa 37,7% dos estudantes do Ensino Secundário, o que corresponde a uma evolução positiva, apesar de se ter verificado uma diminuição do número absoluto de alunos matriculados nesta oferta formativa.

No que se refere à taxa de retenção e desistência nos Cursos Tecnológicos e Profissionais (Figura 35), salienta-se que os valores relativos apresentados são mais baixos do que os apresentados em Portugal Continental e na Região das Terras de Trás-os-Montes.

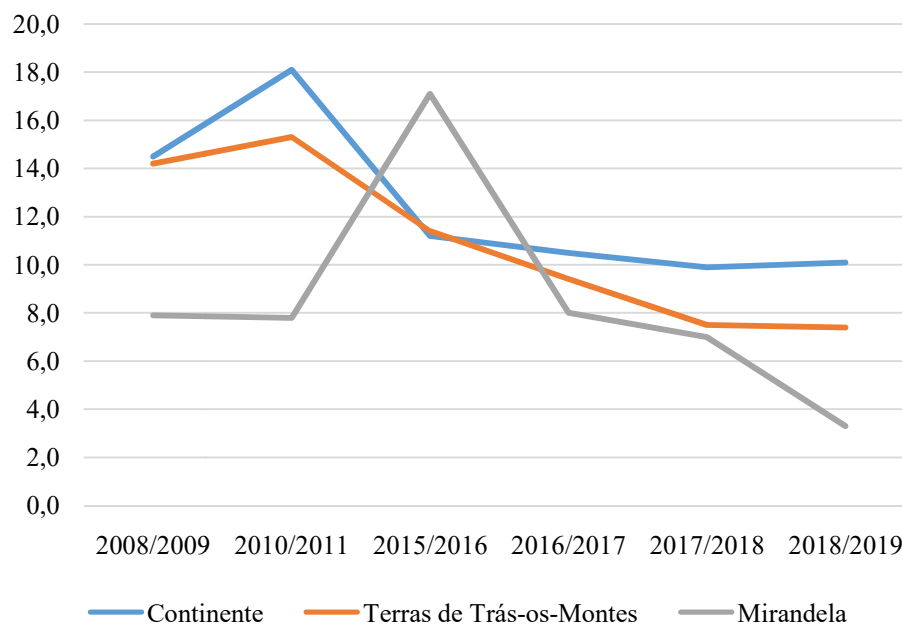


Figura 35. Taxa de retenção e desistência (%), nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do Ensino Secundário (adaptado de DGEEC).

Na oferta educativa referente à formação profissional destacam-se o Agrupamento de Escolas de Mirandela, a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais e a Escola Profissional de Arte de Mirandela.

De acordo com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Mirandela e a com a informação disponível na página do Agrupamento, a oferta formativa no âmbito da Formação Profissional é a que a seguir se apresenta:

- Operador de Informática (CEF - Nível II);
- Técnico de Turismo (Nível IV);
- Técnico de Análise Laboratorial (Nível IV);
- Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade alimentar (Nível IV);
- Técnico de gestão e Programação de Sistemas Informáticos (Nível IV).

De acordo com o Projeto Educativo da EPADRCM 2019/2022, a oferta formativa disponível distribui-se por cursos de nível IV e Cursos de Educação e Formação tipo II, sendo elencados os seguintes:

- Operador de Máquinas Agrícolas (CEF- Nível II);
- Operador de Pecuária (CEF- Nível II);
- Técnico de Produção Agrária e Agropecuária (Nível IV);
- Técnico de Mecatrónica Automóvel (Nível IV);
- Técnico de Cozinha e Pastelaria (Nível IV);
- Técnico de Controlo de Qualidade Alimentar (Nível IV);
- Técnico de Viticultura e Enologia e Vitivinícola (Nível IV).

No ano letivo 2019/2020 frequentavam a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais 160 alunos.

A Escola Profissional de Arte de Mirandela, de acordo com o seu Projeto Educativo 2017/2020, contava com 164 alunos, distribuídos pela seguinte oferta formativa:

- Curso Básico de Instrumento (Nível II);
- Instrumentista de Cordas e Teclas (Nível IV);
- Instrumentista de Sopro e Percussão (Nível IV).

No Diagnóstico Social (CMM, 2019a) é salientada a diversidade da oferta formativa ao nível do ensino profissional, que se concretiza também através do Instituto de Emprego e Formação Profissional e de diversas Entidades Formadoras Certificadas para a Formação Profissional que operam no concelho.

3.6 -Medidas de promoção de equidade

Atendendo à sua pertinência no contexto escolar, educativo e familiar inclui-se neste ponto a referência aos recursos informáticos disponíveis, à escola a tempo inteiro, à ação social e escolar e às medidas para a inclusão.

3.6.1 - Recursos informáticos

O número de computadores por aluno pode servir como indicador infraestrutural, que cria condições para a utilização das tecnologias digitais na educação, embora, dessa informação, não se possa inferir a forma como são explorados. A nível do 1.º Ciclo (Tabela 64) é observável a importância do Plano Tecnológico da Educação, com a iniciativa “Computador Magalhães”. A partir de 2011 existiu uma tendência crescente nas escolas da região para o aumento da relação aluno computador. Mirandela não é exceção, possuindo em 2018 uma relação de 15,3 alunos por computador. Em 2019 a relação diminuiu para 4,5 o que deve ser indicativo de uma maior aposta na infraestrutura tecnológica no 1.º Ciclo.

Tabela 64. Alunos por computador no 1.º Ciclo do Ensino Básico de municípios da região.

	Ensino Básico: 1.º Ciclo										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alfândega da Fé	0,9	0,9	0,8	2,0	3,6	4,0	4,0	4,9	6,9	8,0	9,9
Bragança	1,0	0,9	1,3	2,1	2,4	2,4	2,3	2,5	3,2	3,4	2,9
Macedo de Cavaleiros	1,1	1,3	2,1	2,5	2,7	2,3	2,4	2,4	2,4	4,0	2,7
Miranda do Douro	1,2	1,1	1,1	2,3	3,0	4,5	2,8	2,6	3,5	4,6	2,2
Mirandela	1,1	1,0	1,0	2,6	5,8	5,4	6,3	6,6	9,3	15,3	4,5
Mogadouro	0,9	0,9	0,9	4,4	4,1	3,3	3,1	4,5	4,4	3,5	3,2
Vila Flor	1,0	0,9	0,9	2,5	8,3	9,6	7,9	7,5	8,0	7,4	7,4
Vimioso	1,0	1,0	0,9	2,3	4,6	4,7	4,4	4,2	5,3	5,4	5,1
Vinhais	0,9	0,9	0,9	2,7	4,9	7,1	6,9	9,0	10,5	2,6	4,1

Fonte: PORDATA.

No 2.º Ciclo do Ensino Básico (Tabela 65), verifica-se também uma diminuição da relação de 5,6 de 2018, para uma relação de 3,8, o que deve ser visto como fator positivo. É, no entanto, ainda, a mais elevada dos municípios observados.

No 3.º Ciclo do Ensino Básico (Tabela 66) verificou-se, desde 2009 até 2019, um maior número de alunos por computador, em relação às escolas da região. Um aspeto que deve merecer atenção.

Tabela 65. Alunos por computador no 2.º Ciclo do Ensino Básico de municípios da região.

	Ensino Básico: 2.º Ciclo										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alfândega da Fé	1,7	1,5	1,6	1,5	0,8	0,7	0,7	0,8	1,1	1,8	1,3
Bragança	2,3	2,0	2,2	2,0	1,0	0,9	0,9	1,1	1,5	2,1	2,2
Macedo de Cavaleiros	4,3	2,8	2,1	2,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,1	3,2	3,0
Miranda do Douro	1,7	1,6	1,6	1,6	0,9	0,8	0,7	0,8	1,0	1,2	1,2
Mirandela	3,5	3,3	3,1	2,8	2,2	2,3	2,1	2,6	4,0	5,6	3,8
Mogadouro	2,2	1,9	2,0	1,8	1,2	1,2	1,2	1,4	1,3	2,9	1,3
Vila Flor	3,9	2,0	2,0	1,4	1,0	0,9	0,9	1,1	1,4	1,7	1,5
Vimioso	4,5	4,7	2,6	2,3	1,5	1,5	1,2	1,3	1,5	1,6	1,5
Vinhais	1,6	2,1	2,0	2,0	1,0	0,9	0,9	1,1	1,5	2,2	2,8

Fonte: PORDATA.

Tabela 66. Alunos por computador no 3.º Ciclo do Ensino Básico de municípios da região.

	Ensino Básico / 3.º Ciclo										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alfândega da Fé	1,7	1,4	1,5	1,5	0,8	0,7	0,7	0,8	1,1	1,9	1,3
Bragança	2,7	2,1	2,1	1,8	1,9	2,1	1,9	2,2	2,8	2,7	2,8
Macedo de Cavaleiros	4,2	2,8	2,0	2,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,2	3,3	3,1
Miranda do Douro	1,7	1,6	1,5	1,5	0,8	0,7	0,7	0,8	1,0	1,2	1,1
Mirandela	6,6	4,9	5,3	5,4	6,3	4,9	3,8	4,0	4,6	5,1	5,3
Mogadouro	2,2	1,9	1,9	1,9	1,2	1,1	1,2	1,4	1,3	2,9	1,4
Vila Flor	3,7	2,0	2,0	1,4	1,0	0,9	0,9	1,1	1,4	1,7	1,6
Vimioso	4,2	4,3	2,7	2,4	1,4	1,5	1,2	1,4	1,5	1,6	1,5
Vinhais	1,6	2,2	1,9	1,9	1,0	0,9	0,9	1,1	1,6	2,3	2,8

Fonte: PORDATA

De forma quase similar surgem os dados referentes ao Ensino Secundário (Tabela 67), onde Mirandela, excetuando o ano de 2014, apresenta sempre valores mais elevados do que os outros municípios.

Tabela 67. Alunos por computador no Ensino Secundário de municípios da região.

	Ensino Secundário										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alfândega da Fé	1,7	1,4	1,5	1,5	0,8	0,7	0,7	0,8	1,1	1,8	1,3
Bragança	3,4	3,2	2,4	2,2	2,2	2,4	2,0	2,6	2,8	3,4	3,3
Macedo de Cavaleiros	4,0	2,5	1,8	1,8	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9	2,5	2,6
Miranda do Douro	1,3	1,3	1,3	1,3	0,7	0,6	0,6	0,6	0,8	1,0	1,0
Mirandela	4,8	3,6	3,6	3,6	2,3	2,0	2,1	2,8	3,8	3,4	4,9
Mogadouro	2,2	1,9	1,9	1,9	1,2	1,2	1,2	1,4	1,3	2,9	1,3
Vila Flor	3,8	2,0	2,0	1,4	1,0	0,9	0,9	1,1	1,4	1,7	1,6
Vimioso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinhais	1,6	2,2	1,9	1,9	1,0	0,9	0,9	1,1	1,6	2,2	2,9

Fonte: PORDATA

Estes valores observados devem ser tidos em atenção em relação às infraestruturas digitais, mas não podem ser relacionados com aspetos pedagógicos. Muitos dos equipamentos informáticos, como os computadores, estão obsoletos em grande parte das escolas da região, uma vez que, depois do Plano Tecnológico da Educação, a maior parte dos agrupamentos investiu pouco em equipamentos informáticos.

3.6.2 - A Escola a Tempo Inteiro

Quanto às atividades de enriquecimento curricular do 1.º CEB (AEC), e de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no artigo 39.º (Escola a tempo inteiro) define-se que:

Compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente:

- Atividades de animação e apoio à família, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas;
- Componente de apoio à família, através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva;
- Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios

desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.

Ainda no artigo 40.º do mesmo Decreto-Lei é definida a organização e funcionamento, em particular,

1 - A planificação das atividades de apoio à família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular é desenvolvida conjuntamente pelas câmaras municipais e pelos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, considerando as necessidades dos alunos e das famílias, a formação e o perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território.

2 - A supervisão pedagógica e a avaliação das atividades de apoio à família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular cabe ao conselho pedagógico de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Segundo o artigo 41.º (Regime específico), “As regras a observar na organização e funcionamento das atividades de apoio à família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular são estabelecidas em decreto-lei próprio, que institui o respetivo regime específico.”

No Manual de Acolhimento – Imigrante - Respostas sociais – Mirandela (Câmara Municipal de Mirandela - MA, s/d), acerca do apoio social escolar da autarquia, é reconhecido que “O Município assume a competência de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB, no domínio artístico, científico-tecnológico e ligação com o meio, proporcionando aos alunos novas aprendizagens lúdico-pedagógicas”. Assegura ainda o prolongamento de horário, como “oferta no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família”. Adicionalmente, no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Mirandela – 2019/2022 refere-se que a partir do ano letivo 2014/2015 o Agrupamento passou a ser promotor das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo (AEC) tendo assim 21 técnicos especializados a dinamizar: Atividade Física e Desportiva, Ensino do Inglês e Expressão Musical. Cinco dos professores contratados do grupo de Educação Moral e Religiosa Católica lecionam a disciplina nos diferentes anos e turmas do primeiro ciclo do ensino básico (p. 20).

3.6.3 - Ação Social Escolar

Segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, Capítulo IV – Gestão - Secção I - Apoios e complementos educativos, artigo 33.º (Ação Social Escolar) importa clarificar que:

1 - A ação social escolar, nas suas diferentes modalidades, é desenvolvida pelas câmaras municipais.

2 - A competência referida no número anterior inclui a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados.

3 - Exclui-se do número anterior a organização, desenvolvimento e execução dos programas de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares, cuja competência cabe ao departamento governamental com competência na matéria e dos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Também o artigo 34.º do mesmo Decreto-Lei refere o regime específico, em particular, “O regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo (...)”.

De acordo com o Manual de Acolhimento – Imigrante - Respostas sociais – Mirandela (Câmara Municipal de Mirandela - MA, s/d), o “Município de Mirandela, na prossecução da sua política educativa inclusiva, assegura o acesso à educação a todas as crianças e jovens do concelho, independentemente das condições socioeconómicas das famílias”. Especificamente em relação à ação social escolar “engloba um conjunto diverso de modalidades de apoio que combatem a exclusão social e promovem a igualdade de oportunidades”. Este apoio estende-se aos/as alunos/as detentores/as de Escalão A e B, no que concerne ao material escolar, e ainda 50% de isenção de pagamento de refeições escolares para quem tem escalão B e 100% de isenção para quem tem escalão A.

No que se refere especificamente ao apoio social escolar aos alunos do Agrupamento de Escolas de Mirandela, foi possível clarificar que o mesmo se concretiza através dos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), estendendo-se a diversos âmbitos, tais como: i) bufete; ii) papelaria/reprografia; e iii) bolsa de manuais escolares. É ainda referido que este serviço permite colmatar as necessidades económicas da família do/a aluno/a, pela atribuição de um subsídio, variando consoante o grau de dificuldade económica do agregado familiar e o despacho anual do Ministério da Educação. É no Agrupamento que se realizam as matrículas das crianças e alunos/as. (Câmara Municipal de Mirandela - MA, s/d)

Este apoio é também referido no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Mirandela – 2019/2022, que especifica: “as modalidades de ação escolar prestadas no Agrupamento são: alimentação, auxílio económico, transportes escolares, seguro escolar e alojamento” (p. 18).

De acordo com o Relatório Agrupamento de Escolas de Mirandela (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2020) existiam 499 alunos apoiados pela Ação Social Escolar (Tabela 68).

Tabela 68. Ação Social Escolar.

	Alunos apoiados	Número	%
Ação Social Escolar	Escalão A	356	26,6%
	Escalão B	143	10,7%
	Total	499	37,3%

Fonte: Adaptado de Relatório Agrupamento de Escolas de Mirandela (Inspeção-Geral da Educação e Ciência, 2020).

Pela observação dos dados apresentados constata-se que uma percentagem considerável dos alunos do Agrupamento é abrangida pelo apoio da Ação Social Escolar.

3.6.4 - Medidas para a inclusão

Dos serviços disponíveis na comunidade para o suporte às medidas de inclusão salientam-se os seguintes:

- Centro de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC) e Centro de Apoio à Aprendizagem;
- Intervenção Precoce;
- Rede de Equipamentos Sociais – APPACDM;
- Balcão da Inclusão.

Quanto às respostas existentes no Agrupamento de Escolas de Mirandela destacam-se o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC), já referenciado nesta Carta Educativa, e o Centro de Apoio à Aprendizagem.

O Centro de Apoio à Aprendizagem é definido pelo Ministério da Educação como “uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências dos AE/E. A sua criação insere-se no quadro de autonomia das escolas e, enquanto resposta organizativa de apoio à inclusão, deve estar prevista nos documentos estratégicos que definem a política de escola, bem como os recursos a disponibilizar para a sua consecução” (DGE/MEC, 2020).

Relativamente à Intervenção Precoce na área da Saúde, é de referir que está enquadrada como um dos recursos da Unidade Local de Saúde do Nordeste, mais especificamente no Programa Nacional de Intervenção Precoce. Esta resposta social está sediada na UCC – Mirandela, no Centro de Saúde I de Mirandela.

Ao nível das Respostas Sociais para adultos/as com deficiência, na Rede de Equipamentos Sociais, salienta-se a Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Mirandela (APPACDM) com a valência de Centro de Atividades Ocupacionais e Residência Autónoma.

Numa perspetiva de acompanhamento mais ampla é de referir o Balcão da Inclusão, que tem como missão a informação e mediação especializada e acessível às pessoas com deficiência e ou incapacidade, às suas famílias e às organizações que, direta ou indiretamente, intervêm na área de deficiência, apoiando-as na procura das soluções mais adequadas a cada situação.

3.7 - Rede de transportes e refeições escolares

A gestão dos transportes e o fornecimento das refeições escolares encontram-se na esfera de competências do município, tendo sido alargadas a todos os níveis do Ensino Básico e Secundário, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

3.7.1 - Rede de transportes escolares

No referente aos estudantes, a autarquia dispõe de um Plano de Transportes Escolares para todos os alunos que frequentam o ensino básico e secundário. Este serviço é assegurado pelas carreiras regulares, nos locais onde estas prestam serviço, ou por “circuitos especiais de aluguer”, estabelecidos exclusivamente com este objetivo (Plural, 2015, p. 258), nas zonas não servidas pelo transporte público regular.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Artigo 36.º - Transportes escolares), “a organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares são da competência das câmaras municipais da área de residência dos alunos, nos termos definidos no plano de transportes intermunicipal respetivo”, tendo como principais atribuições:

- a) organizar o processo de acesso ao transporte escolar para cada aluno;
- b) requisitar às entidades concessionárias dos serviços de transporte coletivo os bilhetes de assinatura (passe escolar) para os alunos abrangidos;
- d) contratar, gerir e pagar os circuitos especiais”.

No início do ano letivo 2020/2021, coincidindo com a data em que o município passou a assumir as competências no âmbito da educação para todo o ensino básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o município deliberou ampliar a gratuitidade dos transportes escolares a todos os alunos que frequentem a escolaridade obrigatória e residam a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino.

Em particular, e de acordo com o Manual de Acolhimento – Imigrante - Respostas sociais – Mirandela (Câmara Municipal de Mirandela - MA, s/d), “O Município de Mirandela, no âmbito da

transferência de competências na área da educação, assegurará o transporte de todos os alunos com necessidades educativas especiais para frequência das atividades letivas”, prevendo-se o transporte de 17 alunos(as) (7 do sexo masculino e 10 do sexo feminino) no ano de 2020-2021.

No Relatório de atividades 2019 do Município de Mirandela (CMM, 2020b, pp. 56-57) são apresentados dados quanto à utilização de transportes escolares. Num total de 510 alunos, 424 utilizaram transportes públicos e 86 transportes adjudicados, sendo utilizados circuitos da rede de transportes públicos e minicircuitos do plano de transportes escolares do Concelho de Mirandela. O Relatório indica também que foram contratados vigilantes para as viaturas de transportes públicos, a fim de garantir a segurança dos alunos. Refere-se ainda que foram transportados 60 alunos de outros concelhos para a Escola Básica de Torre Dona Chama, provenientes dos Concelhos de Macedo de Cavaleiros e Vinhais, desde o Pré-Escolar ao 3.º CEB.

3.7.2 - Refeições escolares

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Artigo 35.º - Refeitórios escolares) estabelece que:

- 1 - O fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário é gerido pelas Câmaras Municipais.
- 2 - O fornecimento de refeições pode ser assegurado por outras entidades certificadas para o efeito, mediante a celebração de contratos, acordos ou protocolos.
- 3 - Nos casos em que o número de crianças ou de alunos não justifique a existência de refeitório escolar, é admitida a utilização de refeitórios escolares próximos, ou outras soluções alternativas para a prestação do serviço de refeições, desde que seja salvaguardada a sua segurança.
- 4 - Sem prejuízo das regras legais e regulamentares vigentes em matéria de preparação, confeção e prestação do serviço de refeições ao público em geral, as entidades e serviços da Administração central com competência na matéria definem, através de diploma específico, os princípios dietéticos de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas em refeitórios escolares.
- 5 - O preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares e demais regras sobre o respetivo pagamento são fixados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da educação e das autarquias locais, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Município de Mirandela, no âmbito da transferência de competências para as autarquias em matéria de educação, assegura o fornecimento de refeições a todos os alunos desde a Educação Pré-Escolar até ao 12.º ano. Este serviço é concessionado anualmente, por meio de concurso público. A monitorização das refeições é assegurada pelo município (planeamento; verificação da quantidade, qualidade, higiene e segurança alimentar). O acompanhamento das rotinas diárias das refeições é efetuado por assistentes operacionais, com envolvimento diferenciado de acordo com os níveis de escolaridade. A marcação e pagamento das refeições é efetuada pelos alunos ou pelos encarregados de educação, através de um cartão individual pré-pago.

Os alunos abrangidos pelo escalão A da Ação Social Escolar não pagam as refeições, enquanto os alunos abrangidos pelo escalão B pagam 50% do valor da refeição. É de destacar também a participação do município numa parceria para fornecimento de fruta duas vezes por semana. As crianças e alunos têm a possibilidade de escolha de prato vegetariano e são tidas em consideração as situações de intolerâncias alimentares.

A confeção das refeições escolares é maioritariamente efetuada no local, em cantinas e refeitórios devidamente equipados para o efeito. Nas Escolas Básicas do Convento, do Fomento, de Torre de Dona Chama e Luciano Cordeiro e na Escola Secundária de Mirandela, as refeições são confeccionadas nos respetivos estabelecimentos pelas empresas adjudicadas. Na Escola Básica de Pereira (no pré-escolar e no 1.º ciclo) e nos Jardins de Infância de Frechas, Romeu, Passos e Mirandela, as refeições são transportadas com o acondicionamento desejável a fim de não existir qualquer alteração microbiológica.

No que concerne ao número de refeições, estas têm vindo a aumentar, apesar da redução do número de alunos que frequentam as atividades letivas. Este facto deve-se à alteração do horário das refeições que poderá não ser coincidente com a atividade laboral dos pais e/ou encarregados de educação. De salientar ainda a maior procura desta valência pelos alunos beneficiários do escalão A. Em 2020, em virtude da Pandemia Covid19, houve o encerramento dos estabelecimentos de ensino e, por conseguinte, registou-se um menor número de refeições servidas (Tabela 6g).

Tabela 6g. Refeições servidas nos últimos três anos.

	2018	2019	2020
Número de Refeições servidas	134 223	135 327	70 884

Ainda no que concerne às refeições escolares, é de salientar que o município é gestor da Residência para Estudantes, onde ficam hospedados alunos que frequentam a Escola Profissional de Música de Mirandela, e adjudica anualmente a uma empresa a confeção alimentar nesse equipamento, onde são

servidos, além dos almoços, pequenos-almoços, lanches, jantares e ceias. Nesse local, é de igual forma efetuada a monitorização da qualidade da alimentação fornecida.

3.8 - Educação e Formação de Adultos

De acordo com os dados da DGEEC (2019), disponibilizados na publicação Regiões em números 2018/2019 – Educação, e que se apresentam na Tabela 70, pode analisar-se o número de alunos matriculados nas diversas modalidades de educação e formação de adultos conducentes a certificação escolar e profissional, entre os anos letivos de 2008/2009 e 2018/2019.

Dos dados analisados destacam-se os Cursos de Educação e Formação para Adultos e os Processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos) com maior expressão nos níveis de 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Ainda de destacar que, de acordo com o Diagnóstico Social (CMM, 2019a) a oferta de formação e educação de adultos é assegurada por diversas entidades privadas.

Da análise dos dados referentes à população residente no concelho salientam-se os baixos níveis de escolaridade da população em idade ativa, pelo que se constata a necessidade de intensificar a divulgação das diferentes ofertas formativas orientadas para a idade adulta, no sentido de aumentar a sua qualificação académica e profissional. A este respeito importa sublinhar a importância de sensibilizar a população (trabalhadores e entidades empregadoras) para as vantagens individuais e sociais da educação e formação ao longo da vida.

Tabela 70. Alunos adultos matriculados, por nível de ensino, ciclo de estudos, oferta de educação e formação e ano letivo (público e privado).

	Ano letivo										
	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
1.º Ciclo											
Cursos de educação e formação para adultos	-	-	-	-	-	2	13	-	-	-	-
Ensino recorrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	-	6	1	2	1	-	7	9	3	6	-
Formações modulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.º Ciclo											
Cursos de educação e formação para adultos	-	1	55	-	23	63	47	-	17	17	26
Ensino recorrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	104	66	76	34	8	-	8	17	18	52	11
Formações modulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.º Ciclo											
Cursos de educação e formação para adultos	430	236	49	72	86	71	64	40	26	57	47
Ensino recorrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	276	182	148	112	44	-	32	74	100	98	48
Formações modulares	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino secundário											
Cursos de educação e formação para adultos	174	68	35	116	93	86	101	124	90	119	58
Ensino recorrente	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	417	140	52	67	42	-	7	129	178	110	98
Formações modulares	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Adaptado de Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

3.9 - Síntese do diagnóstico e matriz SWOT

Depois da descrição do Concelho de Mirandela no que diz respeito a variáveis consideradas relevantes para a compreensão holística da sua realidade educativa, considera-se organizador analisar de um modo mais estruturado a situação de forma a sublinhar os aspetos mais relevantes para futuras

propostas no âmbito educativo. Neste sentido, a metodologia adotada para a elaboração da proposta estratégica a apresentar no âmbito desta Carta Educativa mobiliza uma análise *SWOT*³.

Os dados convocados para dar corpo a esta intenção foram os recolhidos e apresentados anteriormente. Contudo, por se considerar necessária uma visão da realidade a partir dos *stakeholders* envolvidos nas questões relativas à educação, foram implementadas ações no sentido de os auscultar neste processo. Neste sentido, foram organizados sete grupos focais com os *stakeholders* do contexto educativo do Concelho de Mirandela (Tabela 71). A intenção subjacente a este procedimento foi promover a reflexão conjunta sobre os desafios atuais (e futuros) no âmbito da educação.

Tabela 71. Grupos focais realizados.

Ofertas educativas no âmbito da Formação Profissional
Setor Social
Ensino Superior
Ofertas educativas no âmbito das atividades de tempos livres
Associações de Pais e de Estudantes
Agrupamento de Escolas
Ofertas educativas no âmbito da Creche e Pré-Escolar

A participação dos intervenientes dos *stakeholders* permitiu identificar especificidades contextuais que permitem uma aproximação à visão dos atores sociais no que se refere à avaliação da situação educativa e, ainda mais importante, à identificação de áreas de melhoria para as quais todos devem concorrer.

A orientação dos referidos grupos focais obedeceu a um guião construído a partir dos seguintes objetivos gerais: (i) Caracterizar a rede educativa do Concelho de Mirandela, (ii) Identificar oportunidades de melhoria e rentabilização dos recursos disponíveis; (iii) Recolher os contributos de diferentes intervenientes. No sentido de recolher informação através do ponto de vista dos intervenientes, foram definidos como objetivos específicos: (i) Identificar os aspetos mais positivos; (ii) Identificar os aspetos menos positivos; (iii) Propor soluções para os problemas identificados na perspetiva dos/as intervenientes. Foram ainda organizados tópicos de discussão específicos para cada um dos grupos focais, para aprofundar questões emergentes da análise dos dados quantitativos recolhidos e das suas interpretações, assim como para tentar identificar especificidades e particularidades que podem não ser visíveis através da análise de dados quantitativos de natureza mais geral.

³Análise *Swot*: técnica de planeamento estratégico que tem como objetivo a identificação das Forças (*Strengths*), Fragilidades (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*), de uma determinada realidade com vista a definir, a partir dela, opções orientadoras para o futuro.

Dos processos anteriormente descritos, foram elaboradas as sínteses que a seguir se apresentam nas tabelas seguintes (Tabelas 72, 73, 74 e 75).

Tabela 72. Análise SWOT: Forças.

- Esforço do município para assegurar uma oferta educativa de proximidade aos alunos da Escola da Torre de Dona Chama;
- A centralidade geográfica da sede de concelho;
- Diversidade de equipamentos culturais, desportivos e de lazer do município;
- Disponibilização dos recursos do município no acesso à cultura;
- Riqueza ambiental da região;
- Disponibilização de alojamento para alunos do ensino profissional;
- Existência de várias ofertas no âmbito da educação e formação profissional;
- Existência de empresas e outras entidades que permitem a fixação de trabalhadores com maiores qualificações e experiência profissional;
- Articulação entre o município, o Agrupamento de Escolas de Mirandela e outras entidades sociais do concelho no apoio em situações de carência ou emergência;
- Articulação e informação relativa à Ação Social Escolar do Pré-Escolar para os anos subsequentes;
- Existência do CRTIC alocado no Agrupamento de Escolas de Mirandela;
- Fornecimento e monitorização de refeições asseguradas pelo município, com consideração de necessidades alimentares específicas;
- Atividades de animação e apoio à família asseguradas pelo município;
- Investimento na melhoria da rede rodoviária;
- Existência de um campus do Instituto Politécnico de Bragança no concelho;
- Existência de empresas e outras entidades que permitem a fixação de recém-licenciados;
- Apoios do município para os estudantes carenciados que frequentam o Ensino Superior.

Tabela 73. Análise SWOT: Fragilidades.

- Falta de resposta universal no âmbito da Creche ou Serviço de Amas;
- Existência, no meio rural, de alguns edifícios antigos e com espaços parcos no âmbito da educação Pré-Escolar;
- Reconhecimento débil da voz das crianças e jovens em contextos educativos;
- Orientação vocacional pouco centrada nos interesses e motivações dos alunos;
- Alguma carência de recursos tecnológicos no Agrupamento de Escolas de Mirandela;
- Insuficiência da cobertura da internet Wireless e por cabo em algumas freguesias;
- Aumento da taxa de desemprego;
- Persistência de uma taxa de desemprego elevada no sexo feminino;
- Predomínio de baixos níveis de escolaridade na população residente;
- Reduzidas oportunidades de formação para o desenvolvimento de competências e literacia digitais para adultos.

Tabela 74. Análise SWOT: Oportunidades.

- Garantia da proximidade geográfica da oferta formativa através de respostas educativas deslocalizadas ao nível da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico;
- Participação de crianças, jovens e seniores em atividades de enriquecimento pessoal através de respostas educativas, culturais, desportivas e de lazer dinâmicas e atrativas;
- Possibilidade de captação dos jovens da região que não pretendem prosseguir estudos superiores decorrente da diversidade de oferta formativa profissional;
- Prestação de apoios ajustados às carências específicas dos municípios devido a respostas sociais coesas de proximidade, que permitem a identificação atempada das necessidades;
- Apoios adequados às necessidades dos alunos, em termos de alimentação resultante da consonância entre o Agrupamento de Escolas e o município;
- Fixação de profissionais qualificados na região, quer ao nível do corpo docente, quer de recém-diplomados, em consequência da oferta formativa superior;
- Estímulo do crescimento socioeconómico resultante da consonância entre as áreas de formação no Ensino Superior e as potencialidades da região.

Tabela 75. Análise SWOT: Ameaças.

- Redução acentuada da população jovem;
- Redução do número de nados vivos no concelho;
- Redução da população residente;
- Manutenção de consideráveis taxas de retenção e desistência, apesar da tendência para a diminuição;
- Falta de tecido empresarial gerador de emprego;
- Persistência de baixos níveis de competências e literacia digitais em adultos com escolaridade inferior ao 12.º ano.

IV – Proposta de intervenção

Este capítulo apresenta a proposta de programação da Carta Educativa do Concelho de Mirandela para 2020-2030, expressa em quatro eixos de intervenção, a saber:

- Eixo 1 - Requalificar os equipamentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário;
- Eixo 2 - Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho;
- Eixo 3 – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho;
- Eixo 4 - Favorecer a coesão territorial, promovendo oportunidades educativas e empregabilidade.

4.1 - Cenário de partida

Neste ponto procede-se a uma descrição sucinta das grandes linhas orientadoras apresentadas na Carta Educativa, atendendo a determinados pontos: abandono e retenção; percursos educativos dos cursos profissionais; flexibilização curricular; transição para o digital; transformação organizacional; descentralização administrativa; requalificação dos edifícios escolares; e rede de transportes escolares.

Quanto ao **abandono e retenção**, da análise dos dados descritos salientamos a taxa bruta de escolarização e as taxas de retenção e desistência.

Destacamos que as taxas brutas de escolarização são muito elevadas, nomeadamente, 127,2% no Ensino Básico e 110,0% no Ensino Secundário, no ano letivo 2018/2019. Este indicador pode traduzir diversas situações como, por exemplo, retenções e desistências, mas também outras situações, como a frequência de oferta formativa no concelho em análise por alunos residentes fora desta área geográfica.

No que diz respeito aos indicadores associados ao (in)sucesso escolar, salienta-se que as taxas de retenção e abandono evidenciam uma descida progressiva que é interrompida no ano letivo 2017/2018, nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, e retomada no ano letivo de 2018/19, em que os valores apresentados no Concelho de Mirandela se situam abaixo dos registados no Continente e na CIM Terras de Trás-os-Montes.

No que concerne aos **percursos educativos dos cursos profissionais** retoma-se a análise dos alunos matriculados em cursos profissionais no Ensino Secundário. Em relação aos Cursos Profissionais e, de acordo com a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP, s.d), "são um percurso de ensino secundário com dupla certificação, ou seja, em que se desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente se

obtem o nível secundário de educação” (ANQEP, 2020), sendo que esta oferta formativa encontra-se regulamentada pela Portaria n.º 235-A/2018 de 23 de agosto.

Na análise dos percursos educativos e formativos destaca-se o peso percentual dos alunos matriculados em cursos profissionais no Ensino Secundário que, de acordo com os dados anteriormente reportados, ainda não atinge 50% (que representa a meta com a qual Portugal se comprometeu, e que consta do Portugal 2020, para os percursos de dupla certificação, escolar e profissional).

Um outro aspeto que se sublinha é a diversidade de ofertas formativas no âmbito da Formação Profissional no concelho, no que se refere à natureza das instituições que a disponibilizam, e das áreas profissionais, ainda que possa haver alguma necessidade de melhorar a articulação entre as instituições formadoras, bem como a variedade daquelas.

Relativamente à **flexibilização curricular**, o reconhecimento de autonomia curricular e gestão flexível das matrizes curriculares-base, conferido pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, estabelece a oportunidade de cada escola aprovar a sua estratégia de educação para a cidadania e, nesse âmbito, estabelecer parcerias com entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização de projetos (Artigo 15.º), bem como a integração das componentes de natureza regional e da comunidade local (Artigo 19.º).

No Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Mirandela – 2019/2022 são referidas as disciplinas de oferta do agrupamento, no sentido de garantir que os alunos desenvolvam os princípios, os valores e as competências previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho).

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, ao concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, respeita o cumprimento da autonomia curricular e pedagógica dos agrupamentos de escolas. Conforme estabelecido no artigo 39.º, compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família e que possam garantir uma escola a tempo inteiro, através de atividades de animação e apoio à família (no âmbito da educação Pré-Escolar), da componente de apoio à família (para os alunos do 1.º CEB), e das atividades de enriquecimento curricular (AEC no 1.º CEB, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural – com destaque nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação).

Na **transição para o digital**, a construção de uma sociedade digital é identificada como uma oportunidade para o cidadão reforçar e desenvolver competências para aprendizagem constante e a

inovação (Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril). Neste âmbito é relevante atender-se aos seguintes pontos:

- *A - Equipamento informático e conectividade para todos os alunos e professores*, reforçando a aposta na conectividade Wireless nos edifícios educativos.
- *B - Aposta na formação de professores em competências digitais*. A educação para a sociedade da informação poderá basear-se em referenciais desenvolvidos pela União Europeia para nortear a educação dos países membros. A fim de alfabetizar os cidadãos para a sociedade do futuro foi desenvolvido o referencial de competência digital para os cidadãos (DigComp) (Lucas & Moreira, 2017). O documento, para além de servir como referencial, também pode servir como diagnóstico para avaliar as competências digitais dos cidadãos, para que possam ser desenhadas ações estratégicas para a sua educação e formação. Paralelamente a este documento também foi desenvolvido o referencial de competências digitais para professores e educadores (DigCompEdu). Este referencial é destinado a docentes, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, Ensino Superior e Educação de Adultos, incluindo formação geral e profissional, educação especial e contextos de aprendizagem não formal. O referencial assenta em seis áreas de competências interdependentes: envolvimento profissional, recursos digitais, avaliação, ensino e aprendizagem, capacitação dos aprendentes e promoção da competência digital dos aprendentes. De salientar, ainda, a abordagem à competência de inclusão, através das tecnologias digitais, garantindo acessibilidade a recursos e atividades de aprendizagem para todos os aprendentes, incluindo os que têm necessidades especiais.
- *C – Recursos educativos digitais*. Educadores e professores deverão ter à sua disposição uma diversidade de recursos digitais, de forma gratuita e abertos, para promoverem a aprendizagem e o desenvolvimento de competências dos seus alunos/formandos.
- *D – Desmaterialização dos manuais escolares e serviços administrativos*. A transformação da informação em papel em informação digital é mais leve, mais fácil de aceder, mais fácil de armazenar, mais fácil de partilhar, mais fácil de personalizar e com características multimédia. Tendo em vista os desafios educativos da sociedade da informação, emergem hoje igualmente movimentos educativos como o pensamento computacional e a inteligência artificial.
- *E- Desmaterialização dos serviços administrativos*. Para este contexto faz sentido que se opte pela gestão, comunicação e interação com a comunidade, acompanhamento dos educandos, a gestão de recursos humanos por plataformas digitais, por exemplo, através da criação de um “Campus Virtual do Agrupamento”.

Já em relação à **transformação organizacional**, acresce referir que, a transição para o digital e a transição para o poder local, devem criar condições de autonomia institucional para uma organização educativa mais dinâmica e evolutiva, capaz de se adaptar às necessidades educativas da comunidade onde se integra. Tendo em consideração os aspetos anteriormente referidos, o Agrupamento poderá desenvolver um Plano de Desenvolvimento Digital (PDD).

No que concerne à **descentralização administrativa** há que referir que a descentralização territorial consiste na transferência de tarefas administrativas para coletividades territoriais autónomas de âmbito local ou regional (municípios, regiões, etc.), para serem exercidas por estas como tarefas próprias, sob responsabilidade própria, por órgãos próprios, com serviços, pessoal, recursos e finanças próprios.

O Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, “concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação”, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Na sequência desse processo passa a ser competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimento, e competências dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal. O Município de Mirandela assumiu a transferência de competências no domínio da educação a partir do ano letivo 2020/2021 continuando, assim, a ter um papel determinante na construção, requalificação, modernização e manutenção de edifícios escolares, no transporte escolar e na gestão do pessoal não docente.

Do ponto de vista da **requalificação dos edifícios escolares**, à data da transferência de competências para a autarquia, a rede de escolas do concelho tinha sido reformulada, na sequência da conclusão da construção dos edifícios da Escola Básica do Convento, Mirandela, da Escola Básica do Fomento Mirandela, e do bloco destinado ao 1.ºCEB na Escola Básica Luciano Cordeiro Mirandela, (AEM, 2019). Também a Escola Secundária de Mirandela (escola sede), em funcionamento desde 1977/78, sofreu recentemente importantes obras de requalificação, que ficaram concluídas durante o ano letivo 2019/2020.

O Agrupamento de Escolas de Mirandela encontra-se, assim, constituído por dez unidades orgânicas, que funcionam em onze edifícios, distribuídos por diversas localidades do concelho. Na cidade de Mirandela situam-se: a Escola Secundária de Mirandela, que leciona o 3.º CEB e o ensino secundário, a Escola Básica Luciano Cordeiro Mirandela, lecionando os 1.º e 2.º CEB, as Escolas Básicas do Convento Mirandela, e Fomento Mirandela,, com o pré-escolar e o 1.º CEB e o Jardim de Infância de Mirandela. Fora da sede de concelho, na vila de Torre de Dona Chama (23km), existe a Escola Básica de Torre de Dona Chama, Mirandela, com jardim de infância e os três ciclos do ensino básico. No espaço rural funcionam a

Escola Básica de Pereira, Mirandela, (19km), que leciona o pré-escolar (no edifício do extinto JI de Avidagos) e o 1.º ciclo, Frechas, Mirandela (10km), Romeu, Mirandela (14km) e Passos, Mirandela (9km).

4.2 - Indicadores de intervenção

A partir de um conjunto de princípios operacionais, enquadrados, por um lado, pelos princípios gerais do sistema educativo português e, por outro, pelos objetivos definidos a nível nacional, a Carta Educativa de segunda geração pretende responder aos desafios e necessidades que se colocam à rede educativa municipal.

A transferência de competências para o poder local pressupõe uma interligação entre a Carta Educativa do Concelho de Mirandela e o Projeto Educativo do Agrupamento. Isto poderá implicar a criação de um novo Projeto Educativo de Agrupamento, assim como outras alterações, após a Carta Educativa ser aprovada, ouvido o Conselho Municipal de Educação.

Com base nos princípios operacionais gerais identificou-se um conjunto de objetivos específicos para os quais serão desenhadas as propostas de desenvolvimento educativo para o concelho, organizado segundo quatro eixos:

- Eixo 1 - Requalificar os equipamentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário
- Otimizar a rede escolar;
- Equipar os espaços educativos com vista à transição digital;
- Eixo 2 - Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho
- Promover o sucesso educativo;
- Incentivar a promoção da inovação pedagógica;
- Fortalecer as parcerias no âmbito da educação;
- Otimizar a gestão municipal dos recursos educativos;
- Eixo 3 – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho
- Valorizar a oferta formativa de ensino profissional;
- Estimular a prossecução para o ensino profissional;
- Dinamizar a articulação entre instituições formadoras e potenciais empregadores da região.
- Eixo 4 - Favorecer a coesão territorial, promovendo oportunidades educativas e empregabilidade

- Intervir no âmbito socioeconómico, de forma a tentar contrariar a tendência de redução da população considerada;
- Incentivar a educação e formação de pessoas adultas, numa lógica de educação ao longo da vida, na sua vertente de formação e atualização profissional e também no âmbito da educação orientada para o desenvolvimento pessoal e comunitário;
- Apoiar o Ensino Superior local, como fator de democratização e pólo dinamizador da transferência de conhecimento e inovação;
- Otimizar a rede educativa, social e económica.

4.3 – Proposta de execução por eixo de intervenção

Com base nos princípios operacionais gerais e dos objetivos específicos definidos, foi desenhado um conjunto de propostas de desenvolvimento educativo para o Concelho de Mirandela, no qual se baseiam as medidas de intervenção educativa a implementar e que visam, sobretudo, combater as fragilidades identificadas em sede de diagnóstico.

4.3.1 - Eixo 1 – Requalificar os equipamentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário

Para a **otimização da rede escolar**, com base no diagnóstico efetuado acerca da população escolar, verifica-se que o Concelho de Mirandela tem vindo progressivamente a reduzir a população em idade escolar, o que, a manter-se, poderá vir a ter impactos no dimensionamento e funcionamento da rede escolar.

O Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, conjugado com o Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho, determinam uma progressiva redução do número de alunos por turma, a qual ficará concluída em todo o Ensino Básico e Secundário no ano letivo 2021/2022. Com base neste quadro legal, na Educação Pré-Escolar, os grupos passam a ser constituídos por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças; as turmas do 1.º CEB serão constituídas por 24 alunos; as turmas dos 2.º e 3.º CEB passam a ser constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos. O Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, salienta ainda que os limites expressos “são os que permitem a organização de grupos e turmas, não constituindo obstáculo a dinâmicas de reconfiguração previstas nos planos de intervenção pedagógica em curso nas escolas, enquanto medidas de promoção do sucesso escolar (Preâmbulo). É também salvaguardado que “aos alunos com necessidades específicas que estejam

em efetiva permanência na turma, em dinâmicas de verdadeira inclusão, continua a ser garantido o acesso a turmas com 20 alunos, permitindo uma mais capaz organização para atender, de forma mais intensa, às suas necessidades” (Preâmbulo). Este regime de constituição de grupos e turmas aplica-se (Artigo 1.º):

- a) Aos agrupamentos de escolas e às escolas não agrupadas da rede pública;
- b) Aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contratos de associação;
- c) A outras instituições de educação e ou formação, reconhecidas pelas entidades competentes, designadamente às escolas profissionais privadas.

Assumindo os referidos pressupostos legais no que respeita ao número de alunos por turma, e admitindo um erro por excesso, considerando todas as turmas com o número máximo legalmente previsto, e tendo em consideração o atual número de salas nos estabelecimentos de ensino existentes, por nível de ensino, é possível estimar a capacidade instalada na rede escolar do Concelho de Mirandela (Tabela 76).

Tendo por base a previsão da evolução do número alunos nos diversos níveis de ensino e as capacidades máximas instaladas na rede escolar do Concelho de Mirandela nos diversos níveis é possível determinar a percentagem de cobertura em 2025 (Tabela 77).

Nas circunstâncias demográficas atuais, a dimensão e distribuição da rede escolar, corresponde e dá resposta às necessidades, uma vez que, em 2020, a cobertura, dada pela razão entre a capacidade máxima instalada, está acima dos 100% em todos os níveis de ensino. A médio prazo (2025), se as medidas para reversão da tendência de redução demográfica não forem eficazes, a percentagem de cobertura aumenta. Nesse caso, os equipamentos escolares que se encontram fora da sede de concelho irão ter um número ainda mais reduzido de crianças e jovens a frequentá-los. Contudo, estes equipamentos, pela sua localização, cumprem uma função muito relevante, evitando que as crianças e jovens sejam obrigadas a percorrer diariamente grandes distâncias para acederem à Educação Pré-Escolar e ao Ensino Básico.

Apesar da previsão de redução da população em idade escolar, sugere-se:

- a manutenção, tanto quanto possível, dos equipamentos escolares descentralizados em funcionamento, com base em apoios excecionais, que permitam às crianças e jovens das localidades abrangidas por essas escolas não terem de efetuar grandes deslocações.

No diagnóstico foi identificada como fragilidade a carência de respostas educativas para crianças do zero aos três anos, apesar do aumento verificado nos últimos anos. Assim, considera-se necessário que, a curto prazo, o município promova:

- o aumento do número de salas de Creche ou a criação de Serviço de Amas.

Tabela 76. Capacidade máxima instalada na rede escolar do Concelho de Mirandela.

Estabelecimento	Capacidade máxima instalada ⁴									
	Creche		Pré-Escolar		1.º CEB		2.º CEB		3.º CEB e ES	
	N.º Salas	N.º Alunos	N.º Salas	N.º Alunos	N.º Salas	N.º Alunos	N.º Salas	N.º Alunos	N.º Salas	N.º Alunos
Jl Mirandela			3	75						
Jl Frechas, Mirandela			1	25						
Jl Passos, Mirandela (inativa)			1	20						
Jl Romeu, Mirandela			1	25						
EB Convento, Mirandela			1	25	9	216				
EB Fomento, Mirandela			1	25	9	216				
EB Torre Dona Chama, Mirandela			2	50	4	96	5	140	6	112
EB Pereira, Mirandela			1	25	2	48				
EB Luciano Cordeiro, Mirandela					8	208	22	728		
ES Mirandela									59	1624
EP Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais									18	504
Centro Infância Arco-Íris	4	56	3	75						
Centro Infância O Miminho	1	88	4	125						
Nuclisol Jean Piaget	1	40	2	50						
Colégio N. S.ª do Amparo	4	50	3	75	3	48				
Escola Profissional de Arte de Mirandela									54	1036
TOTAL	10	234	24	575	35	832	27	868	137	3276

⁴ Calculada através da multiplicação do número de salas pelo número de alunos por turma.

Tabela 77. Percentagem de cobertura da rede escolar do Concelho de Mirandela.

Nível de Ensino	Capacidade máxima instalada	População residente em idade escolar		Cobertura ⁵ %	
		2020	2025	2020	2025
Creche	234	546 ¹	360 ²	43	65
Pré-Escolar	575	429 ¹	392 ²	134	147
1.º CEB	832	627 ¹	556 ¹	133	150
2.º CEB	868	333 ¹	314 ¹	261	276
3.º CEB	1638	548 ¹	462 ¹	299	355
Ensino Secundário	1638	589 ¹	502 ¹	278	173

¹ Previsão da população em idade escolar, com natalidade real e sem migrações.

² Previsão da população em idade escolar, com base na tendência evolutiva do número de nascimentos, e sem migrações.

Do ponto de vista da construção do edificado não se registam carências acentuadas, nomeadamente, nas escolas localizadas na cidade de Mirandela. A atenção e o investimento deverão, por isso, ser dirigidos para os processos de modernização, além da necessária manutenção. Nesse sentido, sugere-se que o município, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, promova processos participativos que envolvam cada comunidade escolar na identificação de propostas para a realização de intervenções de qualificação.

Ainda no que diz respeito a aspetos infraestruturais assinala-se a necessidade de melhorar as condições de acesso à internet em toda a rede escolar e de fomentar o acesso a equipamentos **digitais**. Neste enquadramento, recomenda-se:

- incrementar a qualidade e quantidade da rede *Wireless* e de equipamentos digitais nas escolas do agrupamento, melhorando a possibilidade de utilizar recursos digitais em contexto de aprendizagem;

No âmbito deste eixo de intervenção, para cada uma das medidas de ação identificadas foram definidos diferentes níveis de prioridade, consoante a sua pertinência face aos objetivos traçados (Tabela 78).

As medidas propostas no âmbito deste eixo respeitam predominantemente a intervenções físicas nos edifícios escolares do concelho, contemplando intervenções de ampliação da rede no âmbito da Creche e requalificação dos equipamentos escolares nos restantes níveis de ensino.

⁵ Calculada através da razão entre a capacidade máxima instalada por nível de ensino e a população residente em idade escolar para esse nível de ensino.

Tabela 78. Priorização das medidas de requalificação dos estabelecimentos escolares.

Objetivo	Ação	Tipologia de intervenção	Execução
Otimizar a rede escolar.	Aumento do número de salas de Creche ou criação de Serviço de Amas.	Ações de apoio às famílias.	Prioridade 1
	Manutenção dos equipamentos escolares descentralizados, evitando o aumento do tempo de deslocação dos alunos.	Ações de apoio aos alunos.	Em permanência
	Dinamização de processos participativos para identificação de propostas de melhoria dos espaços interiores e exteriores.	Ações de envolvimento da comunidade escolar na tomada de decisão.	Prioridade 1
	Qualificação dos espaços interiores.	Ações que promovam o bem-estar dos alunos e o sucesso educativo.	Prioridade 2
	Qualificação dos espaços exteriores.	Ações que promovam o bem-estar dos alunos e o sucesso educativo.	Prioridade 2
Equipar os espaços educativos com vista à transição digital.	Aumento da qualidade e quantidade da rede <i>Wireless</i> e de equipamentos digitais.	Ações de melhoria dos recursos tecnológicos.	Prioridade 1
	Substituição progressiva dos videoprojectores por televisores led com ligação HDMI.	Ações de melhoria dos recursos tecnológicos.	Prioridade 2

4.3.2 - Eixo 2 – Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho

Para a **promoção do sucesso educativo**, do processo de análise dos dados recolhidos foram identificadas como principais fragilidades: a diminuta exploração de atividades extracurriculares de índole recreativa, ambiental e sociocultural para crianças e jovens; e sem consideração dos interesses e opiniões das crianças e jovens. Considera-se que essas atividades devem gerar oportunidades de aprendizagem que possam desenvolver habilidades e competências nem sempre contempladas nas atividades curriculares, como por exemplo o contacto com a natureza, o desenvolvimento da sensibilidade estética, a aproximação às manifestações culturais da região, entre outros. Nesse sentido, recomenda-se:

- manifestar uma sensibilidade proativa face ao “demasiado tempo escolar da criança”. Consequentemente a oferta deverá, por um lado, apostar em atividades extracurriculares nas quais as vozes das crianças e dos jovens sejam escutadas e, por outro lado, consagrar atividades de índole recreativa, ambiental e sociocultural.

Relativamente à promoção do sucesso escolar e educativo, considera-se igualmente importante:

- continuar as medidas em curso no sentido de diminuir o abandono e o insucesso escolar, através de uma análise reflexiva da avaliação interna do Agrupamento e dos projetos implementados, de forma regular.

Para **dinamizar a articulação entre projetos supra e intermunicipais** recomenda-se:

- analisar de forma regular e contínua o impacto dos projetos supra e intramunicipais no sentido de diminuir o abandono e o insucesso escolar;
- promover a territorialização de medidas que se operacionalizem na política educativa do município e que viabilizem iniciativas concertadas de desenvolvimento intra e intermunicipal, em articulação com desafios nacionais e internacionais;
- dinamizar uma rede de parceiros na área educativa, que permita o intercâmbio de experiências e o envolvimento parental.

A **promoção da inovação pedagógica** está relacionada com o contexto organizacional e de liderança da instituição, bem como da capacitação docente e das infraestruturas disponíveis. Na transição para o digital parece-nos conveniente:

- dinamizar processos participativos tendo em vista a partilha de experiências entre as diversas entidades formadoras e outros parceiros, no sentido da melhoria da qualidade educativa;
- incentivar a formação de professores na área da inovação pedagógica e das competências para a transição digital, de acordo com os referenciais de competências digitais. Esta formação poderá basear-se na realização da formação contínua pelos centros de formação de associações de escolas ou pelo Ensino Superior, mas também pela realização de pós-graduações, mestrados e doutoramentos na área;
- incentivar a formação de todos os professores para o desenvolvimento de competências para a inclusão, nomeadamente a inclusão através das tecnologias digitais;

- criar e manter atualizado um plano de desenvolvimento digital (de acordo com as indicações da DGE) do Agrupamento, integrado num novo Projeto Educativo de Agrupamento em consonância com a Carta Educativa do concelho;
- expandir e divulgar para concelhos da região, o centro de recursos existente no agrupamento (CRTIC), com aposta em recursos educativos online para crianças com necessidades de inclusão;
- ter em atenção as condições de conectividade para crianças de zonas rurais e também de crianças de zonas urbanas de famílias mais carenciadas. Neste sentido sugere-se o acompanhamento, sobre este aspeto, dessas crianças após a entrega dos equipamentos informáticos, de acordo com o Plano de Transição Digital para a Educação e cujo processo de entrega às crianças mais carenciadas já se iniciou.

Tendo em vista o **fortalecimento de parcerias**, a articulação de orientações estratégicas e práticas colaborativas entre entidades parceiras da comunidade asseguram respostas adequadas e especializadas perante necessidades de natureza educativa, formativa, social e solidária. Com base nos dados recolhidos e valorizando o trabalho já desenvolvido, recomenda-se o fortalecimento de parcerias entre o município, o Agrupamento de Escolas de Mirandela e as diversas entidades sociais do concelho para:

- integrar princípios, valores e conhecimentos promotores do desenvolvimento pessoal e social das crianças/jovens, das famílias e da comunidade educativa;
- estimular a integração curricular e valorização das componentes locais, regionais e nacionais na promoção do sucesso educativo;
- reforçar a participação ativa em dinâmicas de trabalho em rede dos parceiros na área educativa;
- reforçar e agilizar apoios sociais escolares em diferentes níveis de ensino, para combater desigualdades e numa lógica emancipatória;
- coordenar ações, programas e projetos, que otimize as capacidades de diagnóstico, de gestão de sistemas de informação e de recursos (humanos, materiais e financeiros), numa intervenção flexível de proximidade, ajustada às reais necessidades e à melhoria da qualidade de vida no município.

Quanto à **otimização da gestão municipal dos recursos educativos** e na sequência da transferência de competências na área da educação, concretizada a partir do setembro de 2020, com base na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro de 2019, o Município de Mirandela assume a responsabilidade pelo transporte escolar. Assim, para uma maior otimização da gestão municipal dos recursos educativos considera-se necessário:

- melhorar a articulação entre os horários das atividades educativas e dos transportes escolares já que alguns alunos, oriundos de zonas rurais, percorrem distâncias consideráveis para acederem às atividades curriculares e extracurriculares desenvolvidas no Agrupamento. É, por isso, importante que o município reforce os meios de transporte, para poder flexibilizar e diversificar os horários de transporte, tendo em vista o assegurar da equidade de oportunidades das crianças e jovens.

Reforçamos ainda a necessidade de equipar os espaços educativos com infraestruturas que permitam a melhoria do acesso à internet, recomendando-se:

- incrementar a qualidade e quantidade da rede *Wireless* e de equipamentos digitais nas escolas do Agrupamento, melhorando a possibilidade de interação e colaboração em contextos de aprendizagem presencial e a distância;
- melhorar serviços de acesso à internet nas freguesias, com vista à minimização dos efeitos da infoexclusão, e apoiar, em caso de necessidade, as crianças e jovens com dificuldades de acesso às redes de comunicação.

Considerando o presente eixo de intervenção, para cada uma das medidas de ação identificadas foram definidos diferentes níveis de prioridade, consoante a sua pertinência face aos objetivos traçados (Tabela 79).

4.3.3 - Eixo 3 – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho

Registada a relevância do **Ensino Profissional** e o crescente reconhecimento político da valorização dos percursos formativos de carácter profissional, importa salientar a necessidade de consolidar as conquistas e avanços feitos neste domínio no Concelho de Mirandela. Face à análise dos dados recolhidos, recomenda-se:

- o reconhecimento público de percursos formativos pela via do ensino profissional na região e o estímulo para valorizar desempenhos bem-sucedidos;
- a persistência de medidas públicas locais de valorização da oferta formativa desta natureza, nomeadamente através da participação na sua divulgação no município e na região;
- a manutenção do apoio ao alojamento dos jovens estudantes deslocados;
- a promoção de serviços de orientação vocacional que se centrem nos interesses e motivações dos estudantes e não só na oferta pré-definida;

- a garantia da **articulação e planeamento entre as entidades formadoras**, de modo a evitar duplicação de ofertas formativas;
- a promoção da análise regular das necessidades formativas para o **tecido empresarial**, de modo a que se possam organizar ofertas formativas que lhes dêem resposta;
- o incentivo à realização de estágios e ao emprego.

Tabela 79. Priorização das medidas para a promoção da qualidade e do sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho.

Objetivo	Ação	Tipologia de intervenção	Execução
Promover o sucesso educativo.	Dinamização de estratégias prossequindo com o processo de auscultação das crianças face às atividades extracurriculares.	Ações que promovam o bem-estar do aluno e sucesso educativo	Prioridade 1
	Planeamento articulado das atividades extracurriculares de índole recreativa, ambiental e sociocultural.	Ações de apoio aos alunos Ações de apoio às famílias	Prioridade 1
	Análise reflexiva da avaliação interna do Agrupamento e dos projetos desenvolvidos.	Ações de promoção da qualidade	Em permanência
Dinamizar a articulação entre projetos supra e intramunicipais.	Manutenção da análise regular e contínua do impacto dos projetos supra e intramunicipais no sentido de diminuir o abandono e o insucesso escolar.	Ações de concertação entre parceiros educativos	Em permanência
	Incremento da dinamização do trabalho em rede dos parceiros na área educativa, intercâmbio de experiências e envolvimento parental.	Ações de concertação entre parceiros educativos	Em permanência
Incentivar a promoção da inovação pedagógica.	Dinamização de processos participativos tendo em vista a partilha de experiências.	Ações de concertação entre as entidades formadoras e outros parceiros	Em permanência
	Desenvolvimento de competências para a transição digital.	Ações de formação	Prioridade 1
	Incentivo à formação pós-graduada dos professores.	Ações de formação	Prioridade 2
	Expansão do CRTIC para concelhos da região.	Ações de divulgação Ações de melhoria dos recursos tecnológicos	Prioridade 2
	Desenvolvimento de competências para a inclusão através das tecnologias digitais.	Ações de formação	Prioridade 1
	Garantia de conectividade no ambiente familiar das crianças e jovens.	Ações de apoio aos alunos. Ações de apoio às famílias.	Prioridade 1
	Prosseguimento do processo de melhoria da qualidade/ quantidade da rede Wireless e de equipamentos digitais nas escolas do agrupamento.	Ações de apoio aos alunos e professores.	Prioridade 1
Fortalecer as parcerias no âmbito da educação.	Reforço do envolvimento de parceiros locais para a coordenação de ações e projetos, com vista à otimização de diagnósticos e gestão de recursos.	Ações de promoção da qualidade.	Prioridade 1
	Reforço e agilização de apoios sociais escolares em diferentes níveis de ensino, no sentido de colmatar as desigualdades.	Ações de apoio à comunidade educativa.	Em permanência
	Integração curricular dos diversos recursos locais.	Ações de promoção da qualidade.	Prioridade 2
	Reforço das parcerias para o bem comum.	Ações de concertação.	Prioridade 1
Otimizar a gestão municipal dos recursos educativos.	Melhoria da articulação entre os horários das atividades educativas e dos transportes escolares.	Ações de apoio aos alunos.	Em permanência
	Generalização da conectividade e serviços de apoio em espaços públicos nas freguesias do concelho.	Ações de apoio à comunidade	Prioridade 1

No âmbito deste eixo de intervenção, para cada uma das medidas de ação identificadas foram definidos diferentes níveis de prioridade, consoante a sua pertinência face aos objetivos traçados (Tabela 8o).

A priorização das intenções apresentadas respeita as propostas de desenvolvimento educativo referidas na Carta Educativa e os respetivos objetivos enunciados.

Tabela 8o. Priorização das intenções de desenvolvimento educativo do concelho, ao nível da oferta de ensino profissionalizante.

Objetivo	Ação	Tipologia de intervenção	Execução
Valorizar a oferta formativa de ensino profissional.	Criação de prémios e cerimónias públicas.	Ações de divulgação.	Prioridade 2
	Realização de palestras sobre o exercício profissional.	Ações de divulgação.	Prioridade 2
	Testemunhos públicos de diplomados.	Ações de divulgação.	Prioridade 2
Estimular a prossecução para o ensino profissional.	Manutenção do apoio ao alojamento de jovens estudantes deslocados.	Ações de apoio aos alunos.	Prioridade 1
	Promoção de serviços de orientação vocacional (diagnóstico de interesses e motivações dos estudantes).	Ações de apoio aos alunos.	Prioridade 1
Dinamizar a articulação entre instituições formadoras e potenciais empregadores da região.	Planeamento articulado das ofertas formativas.	Ações de concertação entre as entidades formadoras e outros parceiros.	Prioridade 2
	Análise regular das necessidades formativas do tecido empresarial.	Ações de concertação entre as entidades formadoras e outros parceiros.	Em permanência
	Organização de uma rede de entidades para a realização de estágios.	Ações de concertação entre as entidades formadoras e outros parceiros.	Prioridade 1
	Incentivo ao emprego.	Ações de apoio aos alunos.	Prioridade 1
		Ações de apoio à inovação.	Prioridade 1

4.3.4 - Eixo 4 – Favorecer a coesão territorial, promovendo oportunidades educativas e empregabilidade

No Concelho de Mirandela tem-se constatado uma progressiva **redução da população** em geral e, em particular, aquela em idade escolar. Tendo por base o número de nascimentos atual e previsto para os próximos anos, sugere-se:

- o reforço de políticas de incentivo à natalidade no concelho, enquanto complemento às políticas de apoio às famílias, num território com tendência para o despovoamento;
- o reforço de incentivos à atração e fixação de população no concelho, nomeadamente de jovens e da população imigrante.

Quanto à **educação e formação de pessoas adultas**, ao longo deste documento são apresentados e analisados indicadores referentes às características da população do concelho, que nos alertam para um acentuado envelhecimento populacional, uma diminuição progressiva da população residente e um número bastante reduzido de nascimentos. Ainda no que diz respeito a questões demográficas percebe-se que, num território de baixa densidade, é relevante a fixação da população. Em relação a este indicador é pertinente considerar o impacto dos fluxos migratórios que fazem chegar à região cidadãos de variadas proveniências, com especial destaque para o Brasil e outros países de língua oficial portuguesa, mas também cidadãos de origem asiática.

Um outro dado relevante na caracterização sociodemográfica do município são os baixos níveis de escolaridade da população em idade ativa, assim como a baixa literacia digital. Esse aspeto tem repercussões a nível da empregabilidade, dos salários baixos e da precariedade laboral. Na reflexão sobre a vitalidade e competitividade do tecido empresarial importa salientar a relevância da qualificação dos trabalhadores e das suas competências, ou daquelas que necessitam desenvolver, para que possam participar no desenvolvimento económico e social da região e, simultaneamente, dele puderem beneficiar.

Neste enquadramento parece ser relevante um olhar na direção da Educação e Formação de Pessoas Adultas, numa lógica de educação ao longo da vida, na sua vertente de formação e atualização profissional e também no âmbito da educação orientada para o desenvolvimento pessoal e comunitário. Nesse sentido importa traçar um plano municipal, de forma articulada para:

- divulgar as ofertas formativas, nomeadamente os Centros Qualifica existentes no concelho e outras destinadas a adultos, com vista a aumentar os níveis de escolaridade da população ativa;
- incentivar e melhorar a frequência do Ensino Superior por parte da população adulta e em particular de trabalhadores-estudantes;
- organizar a oferta formativa não-formal, de forma a que esta promova o desenvolvimento pessoal, a participação social e cívica, a promoção de estilos de vida saudáveis, o conhecimento das potencialidades culturais e ambientais da região, entre outros aspetos;
- dinamizar oportunidades para desenvolver as competências de cidadania digital dos adultos de todas as idades;

- analisar a necessidade de formação no âmbito de Português para Falantes de Outras Línguas;
- avaliar a disponibilidade e articulação do planeamento de atividades promotoras de envelhecimento ativo, indo ao encontro dos interesses e necessidades da população mais velha.

As condições de acesso e os desafios atuais do Ensino Superior favorecem a articulação entre as necessidades do tecido empresarial, das entidades empregadoras e o investimento na criação de estágios e na empregabilidade qualificada. O **apoio ao Ensino Superior local** assume um particular destaque neste contexto. A oferta adequada, perante as necessidades específicas e o incentivo ao reconhecimento da resolução de problemas emergentes da região, deve garantir o aumento da investigação, do conhecimento, da inovação, da competitividade, da qualidade e da dinamização do desenvolvimento empresarial, regional e nacional.

Para otimizar a rede educativa, social e económica há que valorizar a capacidade de reconhecer, e eventualmente antecipar, as necessidades dos **agentes económicos e sociais da região**, o que implica a mobilização e articulação de respostas formativas e profissionais das **estruturas de educação e formação** adequadas, dirigidas a adultos, para a promoção do seu desenvolvimento individual e social.

Para cada uma das medidas de ação indicadas relativas ao eixo 4 referem-se diferentes níveis de prioridade (Tabela 81).

A priorização de intenções procura estimular e criar condições para a implementação das propostas de desenvolvimento educativo referidas na Carta Educativa, de modo a alcançar os objetivos formulados.

4.4 - Enquadramento na política urbana municipal

À data da sua elaboração, a Carta Educativa de Mirandela tem subjacente o quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação para 2020, que “permite desenvolver boas práticas no domínio da educação, recolher e divulgar conhecimentos e fazer avançar reformas das políticas de educação a nível nacional e regional” (Comissão Europeia, 2020, s/p). Especificamente em matéria de educação respeita os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], que constituem a Agenda 2030, “uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes” (ONU, 2016, s/p). Trata-se de um compromisso societal a alcançar até 2030 e cujos objetivos “colocam o enfoque nas pessoas, nos direitos humanos e na resposta às crescentes desigualdades sociais, bem como englobam questões centrais como a paz, a segurança e as alterações climáticas” (DGE, 2016, s/p).

Tabela 81. Priorização das intenções de desenvolvimento educativo do concelho, ao nível da coesão territorial e na promoção de oportunidades educativas e empregabilidade.

Objetivo	Ação	Tipologia de intervenção	Execução
Intervir no âmbito socioeconómico, de forma a tentar contrariar a tendência de redução da população.	Incentivos à natalidade.	Ações de apoio às famílias.	Prioridade 1
	Atração e fixação de jovens, de imigrantes e da população em geral.	Ações de apoio às famílias.	Prioridade 1
		Ações de apoio às entidades empregadoras.	Prioridade 1
		Ações de apoio à inovação.	Prioridade 1
Incentivar a educação e formação de pessoas adultas.	Diversificação de ofertas formativas dos Centros Qualifica e outras.	Ações de divulgação.	Prioridade 1
		Ações de divulgação.	Prioridade 1
	Melhoria de condições para a frequência do Ensino Superior pela população adulta.	Ações de apoio às entidades empregadoras.	Prioridade 1
		Ações de apoio aos alunos.	Prioridade 2
		Ações de divulgação.	Prioridade 1
	Melhoria de condições para a frequência do Ensino Superior por trabalhadores-estudantes.	Ações de apoio às entidades empregadoras.	Prioridade 1
		Ações de apoio aos alunos.	Prioridade 1
	Organização articulada da oferta formativa não-formal.	Ações de divulgação.	Prioridade 2
		Ações de apoio às associações.	Prioridade 2
	Desenvolvimento de competências de cidadania digital.	Ações de formação.	Prioridade 1
Formação no âmbito do Português para Falantes de Outras Línguas.	Ações de formação.	Em permanência	
Planeamento articulado de atividades promotoras de envelhecimento ativo.	Ações de concertação entre parceiros.	Em permanência	
Apoiar o Ensino Superior local, como fator de democratização e polo dinamizador da transferência de conhecimento e inovação.	Articulação entre entidades empregadoras e ensino superior local.	Ações de concertação entre entidades empregadoras e ensino superior local.	Em permanência
	Bolsa de ideias/projetos para resolução de problemas emergentes da região.	Ações de divulgação.	Prioridade 2
	Criação de prémios e cerimónias públicas.	Ações de divulgação.	Prioridade 2
	Organização de uma rede de entidades empregadoras para a realização de estágios.	Ações de concertação entre entidades empregadoras e ensino superior local.	Prioridade 1
	Incentivo à empregabilidade qualificada.	Ações de apoio às entidades empregadoras.	Prioridade 1
	Incentivo à investigação, qualidade e competitividade.	Ações de apoio à inovação.	Prioridade 1
Otimizar a rede educativa, social e económica.	Articulação entre as estruturas de educação e formação e os agentes económicos e sociais da região.	Ações de concertação entre parceiros educativos, sociais e económicos.	Em permanência

A nível nacional procura estar alinhada com a Estratégia Portugal 2030, que está estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030 (XXI Governo de Portugal, 2020, s/p). Procura ainda integrar-se nas prioridades do Portugal 2030, que assentam em 8 eixos: 1. Inovação e conhecimento; 2. Qualificação, Formação e Emprego; 3. Sustentabilidade demográfica; 4. Energia e alterações climáticas; 5. Economia do Mar; 6. Competitividade e coesão dos territórios do litoral; 7. Competitividade e coesão dos territórios do interior; 8. Agricultura e Florestas (Eurocid, 2020, s/p).

A Carta Educativa de Mirandela e posterior revisão, deve garantir a articulação da rede educativa com a política urbana do município (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, Artigo 6.º), tendo em conta a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

O Sistema de Gestão Territorial está organizado num “quadro de interação coordenada, nos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal e que se concretiza através dos instrumentos de gestão territorial correspondentes, salientando a diferenciação entre programas e planos territoriais” (Direção-Geral do Território, 2020, s/p). O Decreto-Lei n.º 80/2015 - Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14, aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

O enquadramento da Carta Educativa na política urbana municipal decorre das exigências do regime jurídico do ordenamento do território, definido a nível nacional. A este propósito é de referir a Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2020, de 24 de junho, que regula o modelo de governação para a execução do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território. A Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro consiste na primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro).

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui -se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial (Anexo da Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, Preâmbulo).

Para melhor situar a Carta Educativa importa destacar o Índice das medidas, relativas ao Domínio Social, constantes da Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro e que passamos a referir: 2.1 Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica; 2.2 Promover uma política de habitação integrada; 2.3 Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso; 2.4 Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas; 2.5 Melhorar a qualidade de vida da população idosa e reforçar as relações intergeracionais; 2.6 Reforçar o acesso à justiça e a

proximidade aos respetivos serviços; 2.7 Promover a inclusão social, estimular a igualdade de oportunidades e reforçar as redes de apoio de proximidade; 2.8 Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas; 2.9 Potenciar a inovação social e fortalecer a coesão sociocultural; 2.10 Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral.

- Os pressupostos subjacentes à elaboração da Carta Educativa de Mirandela estão alinhados com estes objetivos. Para o efeito retomam-se as propostas de execução, organizadas pelos quatro eixos de intervenção (1 - Requalificar os equipamentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário; 2 - Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho; 3 – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho; 4 - Favorecer a coesão territorial, promovendo oportunidades educativas e empregabilidade).

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. A nível intermunicipal, importa referir a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que “tem como uma das suas principais atribuições a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território” (CIM-TTM, 2020a, s/p) e cujas áreas de atuação incidem sobre a área económica e social, educação, mobilidade e transportes e Proteção Civil. Em matéria de educação, a CIM-TTM “alinhada com a estratégia europeia e nacional neste campo, tem vindo a atuar de modo a promover a qualificação da população do território” (CIM-TTM, 2020b, s/p).

A Carta Educativa de Mirandela deve integrar o Plano Diretor Municipal (cf. Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, Artigo 14.º, n.º 7), podendo os municípios articular-se entre si, de modo a desenvolver instrumentos de planeamento e ordenamento da rede educativa de nível supramunicipal (n.º 8).

Segundo o Aviso (extrato) n.º 15931/2019, acerca da revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela — elaboração e participação pública, a Câmara Municipal de Mirandela, na sua sessão ordinária de 1 de agosto de 2019, deu início à revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela. Os documentos anteriores referem-se à Caracterização e diagnóstico, de outubro de 2012 (corrigido em janeiro 2015) e ao Relatório de proposta, de abril de 2015.

O Relatório do Estado de Ordenamento do Território de Mirandela, de março (CMM, 2019b), “tem como objetivo central analisar as dinâmicas territoriais do concelho, avaliar as estratégias de desenvolvimento municipal e o seu grau de ajustamento e adequabilidade ao contexto atual, explorando as transformações ocorridas em múltiplos domínios” (p. 2).

O orçamento previsto que consta do documento Grandes Opções de Plano para 2021, da Câmara Municipal de Mirandela (CMM, 2020a) está organizado segundo cinco eixos: I – crescimento económico, emprego, competitividade e internacionalização; II – comunidade, equilíbrio social e intergeracional; III – coesão territorial, revitalização urbana e rural; IV – valorização e preservação dos recursos naturais e do ambiente; V – desenvolvimento cultural integrado: da herança o contemporâneo. As opções a assumir em matéria de educação inserem-se no eixo II - comunidade, equilíbrio social e intergeracional.

Os dados relativos à rede educativa apresentados ao longo deste documento devem suscitar tomadas de decisão coerentes com a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

4.5 - Comparação dos resultados do município face às metas propostas

No cumprimento do disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, compete aos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos em matéria de educação. No exercício destas competências, salienta-se a necessidade de convergência com os compromissos nacionais e internacionais no âmbito da política educativa, nomeadamente ao nível do Quadro Estratégico para a Europa 2030 e do Projeto Metas Educativas 2021 da Organização dos Estados Ibero-Americanos.

Com base nos pressupostos afirmados, os objetivos a alcançar, definidos como prioritários, são os que a seguir se apresentam: (i) melhorar as competências básicas dos alunos portugueses; e (ii) assegurar a permanência no sistema de todos os jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Para alcançar os objetivos propostos importa caracterizar o município no que se refere aos seguintes indicadores: Indicador 1 – resultados em provas nacionais (exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática); e indicador 2 -taxas de retenção e desistência nos vários anos de escolaridade.

No que diz respeito ao indicador 1 – resultados médios obtidos nas provas de aferição e nos exames nacionais foram considerados os resultados obtidos nas áreas disciplinares de Português e de Matemática (que para o ensino secundário considera as disciplinas de Matemática A e MACS- Matemática Aplicada às Ciências Sociais). Os dados referentes a este indicador são apresentados na Tabela 82.

A observação da tabela permite constatar que os valores médios obtidos em cada um dos exames referidos são mais baixos do que os valores médios nacionais para o respetivo exame. Contudo, as diferenças verificadas são de diferentes magnitudes.

Tabela 82. Resultados em provas nacionais (exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática).

Resultados	Ciclo	Disciplina	Valores nacionais	Valores médios do concelho
Resultados de exames nacionais 2019	3.º Ciclo (9.º ano) (0/100)	Português	59,5	56,9
		Matemática	62,0	49,4
	Ensino Secundário (0/200)	Português	107,6	80,4
		Matemática A	101,0	100,9
		MACS	99,0	89,9

Salienta-se que, no final do 3.º CEB, o resultado médio obtido pelos alunos do concelho no exame de Matemática situa-se nos 49,4 enquanto o valor médio nacional é de 62,0 (numa escala numérica de 0 a 100).

Nos exames do Ensino Secundário, destacam-se os resultados obtidos em Português, com o valor médio nacional de 107,6 e o valor médio do concelho de 80,4, sendo a diferença entre eles de 27,2 pontos (numa escala de 0 a 200). As diferenças entre os valores, nacionais e concelhios, obtidos nos exames de Matemática são mais baixas sendo que, no que se refere a MACS a diferença é de 9,1, e no exame de Matemática A a diferença é residual.

Na análise dos dados pode ainda constatar-se que os resultados médios no Ensino Secundário são muito próximos dos valores de aprovação, o que indica que a nível nacional e municipal ainda há um percurso a trilhar no caminho do desenvolvimento das competências dos alunos e na promoção do sucesso educativo.

A Tabela 83 permite observar a taxa de retenção e abandono, nos diferentes níveis e ciclos, comparando os valores referentes a Portugal Continental e ao Concelho de Mirandela. Para cada Ciclo do Ensino Básico são indicados os valores totais (por ciclo) e por cada ano. No Ensino Secundário consideram-se os valores totais dos Cursos gerais/científico-humanísticos e dos Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais. Em cada uma destas tipologias de formação são indicados os valores totais e os referentes a cada um dos anos que os constituem.

A análise dos dados permite identificar áreas de melhoria no que diz respeito aos resultados nas áreas disciplinares e também na diminuição dos indicadores relativos à retenção e desistência observada ao longo da escolaridade obrigatória. Ainda que os valores verificados no Concelho de Mirandela não se distanciem muito dos registados a nível nacional, indicam a necessidade de uma atenção permanente, com vista a alcançar os objetivos propostos que visam o alargamento do tempo na escola, através da

escolaridade obrigatória de 12 anos ou a permanência no sistema formal de ensino até aos 18 anos de idade e, simultaneamente, a melhoria nos resultados escolares dos alunos ao longo do seu percurso escolar.

Tabela 83. Taxas de retenção e desistência nos diferentes níveis e ciclos de ensino.

Resultados	Ciclo	Total e Ano de escolaridade	Valores nacionais Continente	Valores médios do concelho
Taxas de Retenção e Desistência (2018/19)	1.º CEB	Total	3,7	2,9
		2.º ano	4,7	1,1
		3.º ano	1,4	2,9
		4.º ano	1,6	1,6
	2.º CEB	Total	3,8	2,8
		5.º ano	3,9	4,3
		6.º ano	3,6	1,1
	3.º CEB	Total	5,6	4,7
		7.º ano	6,8	4,7
		8.º ano	4,6	3,4
		9.º ano	5,4	6,4
	Ensino Secundário (C. CH, T e P)	Total.	12,9	9,6
		10.º ano	10,4	9,2
		11.º ano	6,5	2,6
	Cursos gerais/científico-humanísticos	Total	22,6	16,8
		10.º ano	14,5	15,0
		11.º ano	13,1	14,4
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	11.º ano	7,7	3,8
		12.º ano	23,1	23,9
		Total	10,1	3,3
	10.º ano	5,7	1,0	
	11.º ano	4,6	1,6	
	12.º ano	21,6	7,7	

Considerando os dados apresentados e tendo em conta Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, é pertinente dar continuidade aos esforços desenvolvidos com vista à promoção, em conjunto entre as escolas e os municípios, dos Planos de Ação Estratégica e dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) para a promoção do sucesso escolar.

Importa ainda referir que, em associação com o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, devem ser consideradas outras medidas de política educativa pública que visam a promoção do sucesso educativo, como o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho (estabelece o currículo dos Ensinos Básico e Secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens), o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (que estabelece os princípios e a flexibilidade necessários para que a escola inclua todos os alunos, atendendo às necessidades específicas de cada um), a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (DGE, 2017), entre outras.

As medidas públicas de promoção do sucesso escolar são apenas alguns dos exemplos disponíveis para que, a partir da especificidade de cada contexto, possam ser organizados planos de ação que contribuam para alcançar uma “educação de qualidade e para todos” conforme definido na Agenda 2030 (DGE, 2016).

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Carta Educativa consiste num documento estratégico, baseado num diagnóstico detalhado da realidade educativa do Município de Mirandela. Ao partir desse cenário, pretende-se projetar o seu potencial de crescimento, apontando potenciais focos de tensão, identificados na análise *SWOT* como constrangimentos: a redução acentuada da população jovem, do número de nados vivos e da população residente no concelho; embora se verifique uma tendência para a diminuição, mantêm-se consideráveis taxas de retenção e desistência; a falta de tecido empresarial gerador de emprego; a persistência de baixos níveis de competências e literacia digitais em adultos com escolaridade inferior ao 12.º ano. Assim sendo, no ponto relativo ao cenário de partida, quanto ao abandono e retenção destaca-se que as taxas brutas de escolarização são muito elevadas e que as taxas de retenção e abandono evidenciam uma descida progressiva. Quanto aos percursos educativos e formativos, destaca-se o baixo peso percentual dos alunos matriculados em cursos profissionais no Ensino Secundário, que ainda não atinge 50% conforme previsto no Portugal 2020. É de referir a reduzida diversidade de ofertas formativas no âmbito da Formação Profissional, o que exige uma melhor articulação entre as instituições formadoras. No âmbito da flexibilização curricular, há condições para a gestão flexível das matrizes curriculares-base, para a existência de disciplinas de oferta adequadas à realidade dos alunos. Mediante a transferência de competência para os órgãos municipais e entidades intermunicipais há condições para a implementação de medidas de apoio à família e que possam garantir uma escola a tempo inteiro. A transição para o digital constitui uma oportunidade para o desenvolvimento de competências para a aprendizagem e inovação, com a conseqüente transformação organizacional que decorre desta exigência. Perante a descentralização administrativa há que referir a transferência de tarefas administrativas para as coletividades territoriais, autónomas e de carácter local ou regional. No que concerne à requalificação dos edifícios escolares, a rede de escolas do concelho foi reformulada e foram realizadas obras de requalificação na escola sede do Agrupamento de Escolas de Mirandela, concluídas em 2019/2020.

Atendendo ao conjunto de princípios e de objetivos subjacentes aos indicadores de intervenção, à transferência de competências para o poder local e à participação dos parceiros educativos, foi apresentado um conjunto de propostas de desenvolvimento educativo para o concelho. A execução destas medidas de ação foi enquadrada numa proposta organizada por eixos de intervenção. Esta projeção pretende fundamentar o planeamento e o ordenamento eficientes da rede educativa, numa lógica humanista e de desenvolvimento. Visa, ainda, auxiliar as tomadas de decisão da política educativa municipal, partindo da concertação e envolvimento dos diversos intervenientes e encontrando, a cada momento, a resposta que se considere mais adequada face aos desafios atuais.

Os indicadores de intervenção são baseados num conjunto de objetivos específicos, que fundamentam as propostas de desenvolvimento educativo para o concelho, organizados segundo quatro eixos: i) eixo 1 - requalificar os equipamentos de educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário: otimizar a rede escolar; equipar os espaços educativos com vista à transição digital; ii) eixo 2 - promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho: promover o sucesso educativo; incentivar a promoção da inovação pedagógica; fortalecer as parcerias no âmbito da educação; otimizar a gestão municipal dos recursos educativos; iii) eixo 3 – incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho: valorizar a oferta formativa de ensino profissional; estimular a prossecução para o ensino profissional; dinamizar a articulação entre instituições formadoras e potenciais empregadores da região; iv) eixo 4 - favorecer a coesão territorial, promovendo oportunidades educativas e empregabilidade: intervir no âmbito socioeconómico, de forma a tentar contrariar a tendência de redução da população; incentivar a educação e formação de pessoas adultas, numa lógica de educação ao longo da vida, na sua vertente de formação e atualização profissional e também no âmbito da educação orientada para o desenvolvimento pessoal e comunitário; apoiar o ensino superior local, como fator de democratização e polo dinamizador da transferência de conhecimento e inovação; otimizar a rede educativa, social e económica.

A Carta Educativa apresenta a programação por eixo de intervenção, tal como se refere na síntese apresentada a seguir, de acordo com os objetivos inicialmente delineados. Apresenta-se ainda um breve resumo do enquadramento do município perante as diversas metas educativas definidas para o país.

A síntese que a seguir se apresenta está organizada por cada um dos seguintes objetivos: i) determinar e avaliar o grau de execução das propostas da Carta Educativa face ao conjunto de expectativas inicialmente traçadas; ii) avaliar a evolução quantitativa da rede educativa do município e a sua adequabilidade às necessidades presentes; iii) enquadrar os resultados educativos municipais em função dos objetivos definidos nas metas educativas definidas para o país.

Relativamente ao primeiro objetivo (determinar e avaliar o grau de execução das propostas da Carta Educativa face ao conjunto de expectativas inicialmente traçadas) consideram-se determinantes as propostas enunciadas para os eixos 2, 3 e 4, bem como o seu enquadramento na política urbana municipal. Para determinar o grau de execução das propostas deve atender-se aos níveis de prioridade definidos para cada um dos eixos, implementando práticas de avaliação e de monitorização dos processos e consequente reformulação de estratégias de intervenção, sempre que for considerado necessário.

De acordo com o eixo 2, para a promoção do sucesso educativo há que atender, nomeadamente, à necessidade de criar oportunidades de aprendizagem que desenvolvam habilidades e competências com base nas atividades curriculares de carácter recreativo, ambiental e sociocultural. É ainda necessário

incentivar a promoção da inovação pedagógica, o que implica tomar medidas ao nível das infraestruturas, das políticas educativas, do contexto organizacional e das respetivas lideranças, bem como da capacitação e formação docentes, com particular destaque quanto à transição para o digital. Neste contexto, é fundamental o fortalecimento de parcerias, a articulação de estratégias e a concretização de práticas colaborativas entre parceiros da comunidade, de modo a encontrarem respostas adequadas para as necessidades de natureza educativa, formativa, social e solidária. Relativamente à otimização da gestão municipal dos recursos educativos é necessário destacar a responsabilidade do município pelo transporte escolar, bem como outras medidas de apoio social, por exemplo ao nível das refeições e do material escolar. As propostas de intervenção passam por ações que promovam o bem-estar dos alunos e o sucesso educativo, ações de apoio aos alunos, às famílias, aos professores e à comunidade, ações de concertação entre parceiros educativos, de concertação entre as entidades formadoras e outros parceiros, ações de formação, de divulgação, de melhoria dos recursos tecnológicos e de promoção da qualidade.

Atendendo ao eixo 3, reforça-se a pertinência do investimento no Ensino Profissional, assente no reconhecimento da política educativa nacional e local, e na valorização dos percursos formativos desenvolvidos neste âmbito. Para o efeito importa favorecer uma articulação e planeamento entre as entidades formadoras, bem como estabelecer relações articuladas entre o tecido empresarial e as necessidades formativas e sociais dos cidadãos. Para a concretização destas medidas são propostas ações de divulgação, de apoio aos alunos, de concertação entre as entidades formadoras e outros parceiros, e de apoio à inovação.

Quanto ao eixo 4, é de referir a redução progressiva da população em idade escolar e da população em geral, o reduzido número de nascimentos e o acentuado envelhecimento populacional, sendo de salientar o impacto positivo que os fluxos migratórios podem ter neste contexto. Quanto à educação e formação de pessoas adultas é de salientar os baixos níveis de escolaridade da população em idade ativa e a baixa literacia digital, com efeitos nos níveis da empregabilidade, nos salários baixos e na precariedade laboral. O plano municipal a definir deve representar um investimento na educação e formação de pessoas adultas, num sistema de desenvolvimento e de aprendizagem ao longo da vida, para o qual se reconhecem os processos de formação, atualização e certificação profissional, bem como o acesso e prosseguimento de estudos no Ensino Superior. No apoio ao Ensino Superior local é necessário contribuir para uma mais ampla articulação dos planos de formação e as necessidades do tecido empresarial e outras entidades empregadoras, incentivando a realização de estágios e a empregabilidade qualificada. Para concretizar estas medidas são propostas ações de divulgação, de apoio aos alunos, às famílias, às entidades empregadoras e às associações, ações que estimulem a inovação e ações de formação, de concertação

entre parceiros, de concertação entre entidades empregadoras e Ensino Superior local, e de concertação entre parceiros educativos, sociais e económicos.

Esta Carta Educativa, ao articular a rede educativa com a política urbana do município, enquadra-se no Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da educação e da formação para 2020. A nível nacional está alinhada com a Estratégia Portugal 2030 e enquadra-se ainda nos requisitos do regime jurídico do ordenamento do território. Importa referir também o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, bem como o regime jurídico do associativismo autárquico. Neste domínio é de mencionar o Plano Diretor Municipal e o seu papel na articulação do planeamento e ordenamento da rede educativa, o que exige a participação pública num apelo à cidadania ativa.

Relativamente ao segundo objetivo (avaliar a evolução quantitativa da rede educativa do município e a sua adequabilidade às necessidades presentes) há que ter em conta o eixo 1, relativamente à otimização da rede escolar, uma vez que se verifica uma progressiva redução da população em idade escolar no Concelho de Mirandela. Atualmente a dimensão e distribuição da rede escolar pública é adequada para as necessidades a curto prazo. A manter-se a redução, essa situação poderá exigir medidas de redimensionamento e de adaptação do funcionamento da rede escolar, nomeadamente nos estabelecimentos que se encontram fora da sede de concelho. Um aspeto relacionado com as infraestruturas refere-se à necessidade de melhorar as condições de acesso à internet em toda a rede escolar, bem como facilitar o acesso a equipamentos digitais. Para este eixo de intervenção foram indicadas medidas de ação específicas, definidas em diferentes níveis de prioridade, consoante a sua pertinência face aos objetivos traçados. Estas medidas devem ser implementadas de forma assertiva e dinâmica, ajustada à evolução da realidade educativa. As propostas orientadoras passam por ações de apoio aos alunos e às famílias, de envolvimento da comunidade escolar na tomada de decisão, que promovam o bem-estar dos alunos e o sucesso educativo e de melhoria dos recursos tecnológicos.

No que se refere ao terceiro objetivo (enquadrar os resultados educativos municipais em função dos objetivos definidos nas metas educativas definidas para o país) considera-se que os valores analisados permitem concluir que, no que concerne às taxas totais de retenção e desistência nos diferentes níveis e ciclos de ensino, os valores apresentados no concelho estão abaixo dos valores nacionais de referência, sendo a única exceção verificada no indicador relativo aos cursos gerais/científico-humanistas do Ensino Secundário, ainda que o valor encontrado (15%) seja muito próximo do valor de Portugal Continental (14,5%). Quando se analisam os indicadores referentes aos resultados médios obtidos nos exames

nacionais de Português e Matemática, verifica-se que os resultados no concelho são, sistematicamente, mais baixos do que os valores obtidos nacionais.

Atendendo a estes resultados, o município está empenhado no esforço para concretizar as metas constantes nos projetos educativos de cada escola.

Em relação à proposta de intervenção no que concerne à situação do município face às metas impostas pela atual política governamental, recomenda-se a análise conjunta das orientações nacionais e internacionais e, no respeito pela autonomia pedagógica dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas não Agrupadas, delinear uma intervenção contextualizada e consensualizada, no sentido de continuar a construir um percurso de melhoria contínua das aprendizagens e do desenvolvimento dos alunos.

Tal como previsto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e sem prejuízo de possíveis revisões decorrentes de alterações da rede educativa, “a carta educativa é obrigatoriamente revista de 10 em 10 anos” (Artigo 15.º, n.º 3). O seu carácter multidisciplinar e prospetivo exige um esforço continuado de adaptação às dinâmicas sócio demográficas e territoriais presentes no concelho e às políticas de educação.

Ao logo da sua vigência torna-se, no entanto, relevante a implementação de um processo dinâmico de monitorização, que permita avaliar o grau de concretização dos objetivos de ordenamento e planeamento a que a presente revisão da Carta Educativa se propõe.

A Carta Educativa articula as ofertas educativas existentes com as necessidades locais, promovendo a gestão integrada dos recursos. Ao sistematizar o conhecimento sobre a realidade do sistema educativo concelhio, visa-se que a mesma adequa a rede educativa às perspetivas de desenvolvimento do concelho, de acordo com cenários de evolução demográfica e socioeconómica estabelecidos e com as opções políticas da Estratégia Educativa Municipal. Este facto faz com que a Carta Educativa resulte, por um lado, num instrumento de planeamento, que integra e complementa as políticas de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal; e, por outro, numa ferramenta de gestão educativa. Para que essa gestão seja eficaz é necessário proceder a uma avaliação contínua do grau de implementação das propostas de intervenção previstas na Carta Educativa, e da adequação das mesmas à realidade mutável do sistema educativo, o que requer a manutenção e atualização de um conjunto alargado de informações e de indicadores.

As especificidades de um projeto dinâmico de suporte à totalidade do sistema educativo municipal, carece, naturalmente, de uma permanente monitorização. Este processo será coordenado pela Câmara Municipal de Mirandela, contando com a participação ativa de diversos parceiros educativos. Para o efeito, será constituída, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, a **Comissão de Monitorização da Carta Educativa** a quem incumbirá o acompanhamento e avaliação periódica dos princípios e medidas previstas

na Carta Educativa. Esta Comissão deverá produzir relatórios anuais a apresentar ao Conselho Municipal de Educação, com avaliação dos resultados das intervenções, face aos objetivos estabelecidos, revisão ou validação das estratégias educativas definidas, identificação de possíveis desvios e, se necessário, propostas de medidas corretivas.

Para apoiar o processo de monitorização, será criada a **Base de Dados da Educação de Mirandela** para dar respostas às questões relacionadas com o processo educativo. Esta base de dados, articulada com modelos de decisão, contribuirá para a melhoria da gestão do sistema educativo municipal, permitindo, em tempo útil: a) atualizar periodicamente as prioridades de atuação; b) otimizar continuamente a utilização dos recursos afetos à educação. A elaboração da base de dados tem, ainda, como objetivo dotar o município de um instrumento que venha a facilitar os futuros processos de revisão Carta Educativa.

Para o cabal cumprimento dos objetivos traçados, esta base de dados será permanentemente atualizada, integrando informação sobre: o estado de conservação dos edifícios; as taxas de utilização das instalações de cada um dos estabelecimentos; os recursos humanos e físicos afetos aos estabelecimentos; o número de alunos por nível de educação e ensino; a população residente em idade escolar; as taxas de escolarização, abandono e insucesso escolar; entre outros indicadores.

A criação e manutenção da base de dados pressupõe a existência de uma equipa, constituída por técnicos dos serviços de educação e dos serviços de planeamento e ordenamento do município, em estreita cooperação com: a Comissão de Monitorização da Carta Educativa; o Conselho Municipal de Educação; os Agrupamentos escolares e Escolas não agrupadas; o Ministério da Educação, através da Direção Regional da Educação do Norte (DREN); e outras entidades, a definir.

Concluída a fase inicial de recolha de informação, será feita uma interligação entre a base de dados e a base cartográfica do município, para facilitar a atualização e tornar a consulta e visualização mais fácil e rápida. Parte da informação contida na base de dados será disponibilizada para consulta na página da internet do município, ficando disponível a todos os cidadãos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Agrupamento de Escolas de Mirandela (2018). *Projeto educativo 2019/2022*. Disponível em: https://aemirandela.pt/moodle29/pluginfile.php/2446/mod_resource/content/1/Projeto%20Educativo%20AEM-2018%20-%202022.pdf
- Aviso (extrato) n.º 15931/2019, de 8 de outubro de 2019, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 193. Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela — Elaboração e Participação Pública. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/125096685>
- ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (2020). Ensino Profissional. Disponível em: <https://www.anqep.gov.pt/np4/36.html>
- CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. (2018). *Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso escolar PIICIE*. Disponível em: https://www.cim-ttm.pt/cimttm/uploads/writer_file/document/118/piicie_terras_de_tras_os_montes.pdf
- CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. (2020a). *Áreas de atuação*. Disponível em: <https://www.cim-ttm.pt/pages/472>
- CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. (2020b). *Educação*. Disponível em <https://www.cim-ttm.pt/pages/508>
- CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. (2020c). *Projetos Cofinanciados pela UE. Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso escolar PIICIE*. Disponível em: <https://www.cim-ttm.pt/pages/518>
- CMM - Câmara Municipal de Mirandela. (2019a). *Diagnóstico Social 2019*. Disponível em https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/3293/Diagnostico_2019.pdf
- CMM - Câmara Municipal de Mirandela. (2019b). *Relatório do Estado de Ordenamento do Território de Mirandela*. Disponível em: https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/3388/reot_mirandela.pdf
- CMM - Câmara Municipal de Mirandela. (2020a). *Grandes Opções de Plano para 2021*. Disponível em: https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/4483/orcamento_municipal_para_o_ano_economico_2021.pdf
- CMM - Câmara Municipal de Mirandela. (2020b). *Relatório de Atividades 2019. Município de Mirandela*. Disponível em: https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/4201/relatorio_de_atividades.pdf
- CMM - Câmara Municipal de Mirandela. (2020c). *Freguesias*. Disponível em <https://www.cm-mirandela.pt/p/freguesias>

Comissão Europeia (2020). *Cooperação europeia no domínio da educação e da formação (quadro estratégico EF 2020)*.

Disponível em: https://ec.europa.eu/education/policies/european-policy-cooperation/et2020-framework_pt

Comissão Europeia/EACEA/Eurydice (2019). *A Estrutura dos Sistemas Educativos Europeus 2019/20: Diagramas Esquemáticos*. Eurydice Factos e Números. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia. Disponível em:

[https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=ECAL19001PTN.pt_e_strutura_dos_sistemas_e.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=ECAL19001PTN.pt_e_strutura_dos_sistemas_e.pdf)

Diário da República (2015). *Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio*. Disponível em:

<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/80/2015/05/14/p/dre/pt/html>

Diário da República (1986). *Lei n.º 46/86, de 14 de outubro* - Lei de Bases do Sistema Educativo. Disponível em:

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?q=%09Lei+n.%C2%BA%2046%2F86%2C%20de+14+de+Outubro>

Diário da República (2008). *Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril*. Disponível em:

<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/75/2008/04/22/p/dre/pt/html>

Diário da República (2009). *Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto* - Escolaridade obrigatória. Disponível em:

<https://data.dre.pt/eli/lei/85/2009/08/27/p/dre/pt/html>

Diário da República (2015). *Despacho n.º 5291/2015, de 21 de maio*. Disponível em:

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/67271020/details/normal?q=Despacho+n%C2%BA%205291%2F2015%2C%2021+maio>

Diário da República (2015). *Lei n.º 65/2015, de 3 de julho*. Disponível em:

<https://data.dre.pt/eli/lei/65/2015/07/03/p/dre/pt/html>

Diário da República (2017). *Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho* - Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/107752620/details/2/maximized>

Diário da República (2018). *Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho*. Disponível em:

<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/54/2018/07/06/p/dre/pt/html>

Diário da República (2018). *Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho*. Disponível em:

<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/55/2018/07/06/p/dre/pt/html>

Diário da República (2018). *Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho*. Disponível em

<https://dre.pt/application/conteudo/115552668>

Diário da República (2019). *Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro*. Disponível em:

<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/21/2019/01/30/p/dre/pt/html>

Diário da República (2019). *Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho*. Disponível em

<https://dre.pt/application/conteudo/122497599>

- Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2020). Disponível em: <https://dados.edu.gov.pt/>
- Direção-Geral da Educação (DGE/ME). (2020). Centro de Apoio à Aprendizagem. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/centro-de-apoio-aprendizagem>
- Direção-Geral da Educação. (2018). *Para uma Educação Inclusiva - Manual de Apoio à Prática*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Direção-Geral da Educação (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Ministério da Educação. <https://bit.ly/38lJJsT>
- Direção-Geral de Educação (2016). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2019). *Regiões em números 2017/2018 – Educação Volume I – Norte*. Disponível em: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReNE2018_Vol_I_Norte.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReNE2018_Vol_I_Norte.pdf)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2020). *Regiões em números 2018/2019 – Educação Volume I – Norte*. Disponível em: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReNE2019_Vol_I_Norte.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReNE2019_Vol_I_Norte.pdf)
- Direção-Geral do Território (2020). *Sistema de Gestão Territorial*. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/ordenamento/sgt>
- ECO14 – Serviços e Consultoria Ambiental, Lda. (2014). *Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela*. Câmara Municipal de Mirandela. Disponível em: https://siaia.apambiente.pt/AAEstrategica/DA_AAE602.pdf
- Eurocid (2020). *Portugal 2030. Financiamento para Portugal 2021-2027*. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/portugal-2030>
- Fundação Francisco Manuel dos Santos (2019). *Índice de envelhecimento*. Lisboa, Portugal: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/%C3%8Dndice+de+envelhecimento-458>
- Inspeção-Geral da Educação e Ciência (2020). *Relatório Agrupamento de Escolas de Mirandela. Avaliação externa das escolas 2019-2020*. Disponível em: https://aemirandela.pt/moodle29/pluginfile.php/16188/mod_resource/content/1/AEE3_Relat_AE%20Mirandela.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Anuário Estatístico da Região Norte: 2018*. Lisboa: INE. Disponível <https://www.ine.pt/xurl/pub/410498016>>

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/75/2013/09/12/p/dre/pt/html>

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro. Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro). Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/124457083>

Lucas, M., & Moreira, A. (2017). *Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos*. Universidade de Aveiro. Disponível em https://www.erte.dge.mec.pt/sites/default/files/Recursos/Estudos/digcomp2.1_o.pdf

Lucas, M., & Moreira, A. (2018). *Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos*. Universidade de Aveiro. Disponível em https://area.dge.mec.pt/download/DigCompEdu_2018.pdf

Nações Unidas (2016). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Plural – Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Unipessoal, Lda. (2015). *Caracterização e diagnóstico: 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela*. Câmara Municipal de Mirandela. Disponível em: https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/772/Relatorio_de_Ponderacao_da_Discussao_Publica_PDM_Mirandela.pdf

Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2020, de 24 de junho. Regula o modelo de governação para a execução do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/136477281>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril. Cria o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/74094661>

XXI Governo de Portugal (2020). *Estratégia Portugal 2030*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/portugal-2030.aspx>

ⁱ http://visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=211

ⁱⁱ <https://www.cm-mirandela.pt/pages/721>

ⁱⁱⁱ <https://www.cm-mirandela.pt/pages/724>

^{iv} <https://www.cm-mirandela.pt/pages/726>

^v http://visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=201

^{vi} http://www.visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=202

^{vii} http://visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=203

-
- viii http://visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=203
- ix http://visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=204
- x http://visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=207
- xi http://visitmirandela.com/pages/1221?geo_article_id=197
- xii <https://www.cm-mirandela.pt/pages/741>
- xiii <https://www.cm-mirandela.pt/pages/740>
- xiv <https://www.cm-mirandela.pt/pages/743>
- xv <https://www.cm-mirandela.pt/pages/741>
- xvi http://www.visitmirandela.com/frontoffice/pages/1228?geo_article_id=213

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE MIRANDELA

ANEXO

**Fichas de caracterização dos estabelecimentos
escolares do Concelho de Mirandela**

NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Jardim de Infância de Mirandela
MORADA:

 Rua Dr. José Bacelar, Mirandela
 5370-431 Mirandela

TELEFONE: 278 262 359

EMAIL: jimdl2021@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Jardim de Infância	Área coberta: 550,00 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 440,00 m ²
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS: 79573.35, 202348.22
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral: Razoável
N.º de salas: 3	Ano da última intervenção: 2020
Horário de funcionamento: 8 h 00 min – 19 h 00 min	Capacidade máxima de alunos: 75

COMPONENTE DE ENSINO
Pré-escolar

N.º alunos no presente ano letivo:	75
N.º de salas ocupadas:	3
N.º de turmas:	3
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação ⁶ :	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca				
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente		x		
Cozinha		x		
Refeitório		x		
Sala de professores		x		
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
Laboratórios				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada		x		
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil		x		

⁶ O indicador taxa de ocupação refere-se aos espaços físicos e é calculada tendo em consideração as salas disponíveis e as salas ocupadas.

Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)			
Papeleiras			
Ecopontos			
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia		
	Mecânica		
	Outros		
Mobiliário escolar adequado e suficiente		x	
Internet/Equipamentos informáticos			x

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral			x	
Cobertura				x
Revestimentos exteriores			x	
Caixilharias exteriores			x	
Revestimento interior de tetos			x	
Revestimento interior de paredes			x	
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários		x		
Cozinha/refeitório		x		
Vãos interiores			x	
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		x
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio	x	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

Em 2020 foi reabilitado o Parque Infantil exterior, tendo sido substituído o pavimento e reparados os equipamentos existentes.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Básica do Convento
MORADA:

 Praceta Dr. Damasceno Campos
 5370-293 Mirandela

TELEFONE: 278 262 558

EMAIL: aemdirecao@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Escola Básica do Convento	Área coberta: 1255 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 2493 m ²
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS: 79762.35, 202512.11
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral: Bom
N.º de salas: 10	Ano da última intervenção: 2018
Horário de funcionamento: 8 h 00 min – 19 h 00 min	Capacidade máxima de alunos: 241 (25 Pré-escolar e 216 1.º Ciclo EB)

COMPONENTE DE ENSINO
Pré-escolar/1.º Ciclo

N.º alunos no presente ano letivo:	261
N.º de salas ocupadas:	10
N.º de turmas:	9
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca		x		
Mediateca			x	
Espaço multimédia		x		
Pavilhão polivalente		x		
Cozinha		x		
Refeitório		x		
Sala de professores		x		
Sala de reuniões		x		
Sala de atividades alunos				
	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras			
Laboratórios				
	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada		x		
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior			x	
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)			x	
Papeleiras		x		
Ecopontos		x		
Equipamentos cursos profissionais				
	Eletrotecnia			
	Mecânica			
	Outros			

Mobiliário escolar adequado e suficiente	x
Internet/Equipamentos informáticos	x

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		x		
Cobertura		x		
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores		x		
Revestimento interior de tetos		x		
Revestimento interior de paredes		x		
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários		x		
Cozinha/refeitório		x		
Vãos interiores		x		
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás	x	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada	x	
Fibra ótica	x	
Sistema de deteção de intrusão	x	
Sistema solar fotovoltaico	x	
Painéis solares	x	
Elevador	x	
Sistema automático de deteção de incêndio	x	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

Na escola básica do Convento funcionam:

1 sala de aula do pré-escolar

8 salas de aula do 1.º Ciclo.

Existe 1 sala do futuro.

Em 2018 as intervenções foram em todas as salas de aula, com diversas instalações interiores de apoio e arranjo do exterior, incluindo pintura. Houve uma reabilitação integral do corpo central já existente e ampliação considerável de instalações.

Todas as salas foram equipadas com mobiliário novo.

Em junho de 2021 foi colocado um projetor em cada sala.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Básica do Fomento
MORADA:

 Bairro do Fomento de Habitação,
 Travessa Dr. Francisco da Fonseca Henriques, 5370-521 Mirandela

TELEFONE: 278 993 717

EMAIL: aemdirecao@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Escola do 1º Ciclo Fomento	Área coberta: 1400 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 3200 m ²
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS: 79699.05,201505.91
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral: Muito Bom
N.º de salas: 10	Ano da última intervenção: 2018
Horário de funcionamento: 08 h 00 min – 19 h 00 min	Capacidade máxima de alunos: 241 (25 Pré-escolar e 216 1.º Ciclo EB)

COMPONENTE DE ENSINO
Pré-escolar/1.º Ciclo

N.º alunos no presente ano letivo:	187
N.º de salas ocupadas:	10
N.º de turmas:	9
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	90%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca	X			
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha	X			
Refeitório		X		
Sala de professores		X		
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
Associação estudantes				
Desporto escolar				
Atividades recreativas				
Outras				
Laboratórios				
Matemática				
Ciências				
Expressão plástica				
Expressão dramática				
Outros				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada	X			
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras		X		

Ecopontos	X
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia
	Mecânica
	Outros
Mobiliário escolar adequado e suficiente	X
Internet/Equipamentos informáticos	X

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral	X			
Cobertura		X		
Revestimentos exteriores	X			
Caixilharias exteriores	X			
Revestimento interior de tetos	X			
Revestimento interior de paredes	X			
Revestimento interior de pavimentos	X			
Instalações e equipamentos sanitários	X			
Cozinha/refeitório	X			
Vãos interiores	X			
Redes/Infraestruturas prediais	X			

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	X	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	X	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	X	
Rede de abastecimento predial de gás	X	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	X	
Rede de infraestruturas elétricas	X	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	X	
Rede estruturada	X	
Fibra ótica	X	
Sistema de deteção de intrusão	X	
Sistema solar fotovoltaico		X
Painéis solares		X
Elevador	X	
Sistema automático de deteção de incêndio	X	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	X	
Iluminação de emergência	X	
Sinalização de segurança	X	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	X	

OBSERVAÇÕES

Na escola básica do Fomento funcionam, a partir de setembro de 2021:

2 salas de aula do pré-escolar (só existia uma).

7 salas de aula do 1.º Ciclo.

Existe 1 sala do futuro.

Em 2018 as intervenções foram em todas as salas de aula, com diversas instalações interiores de apoio e execução de arranjos exteriores. Reabilitação integral do corpo central existente e ampliação considerável de instalações.

Todas as salas foram equipadas com mobiliário novo.

Em junho de 2021 foi colocado um projetor em cada sala.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Básica de Torre de Dona Chama
MORADA:

 Rua da Escola Básica
 5385-080 Torre Dona Chama

TELEFONE: 278 312 231

EMAIL: saeagtorre@sapo.pt
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Escola Básica	Área coberta: 3260 m ²
Tipologia: EB _{1,2,3/JI}	Área de logradouro: 23740 m ²
N.º de blocos: 4	Coordenadas GPS: 83378.11,221343.09
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral: Bom
N.º de salas: 17	Ano da última intervenção: 2018/19
Horário de funcionamento: 8 h 30 min – 17 h 30 min	Capacidade máxima de alunos: 298 (50 Pré-escolar, 96 1.º Ciclo EB, 140 2.º Ciclo EB e 112 e 3.º Ciclo EB)

COMPONENTE DE ENSINO
Pré-escolar/1.º Ciclo/2.º Ciclo/3.º Ciclo

N.º alunos no presente ano letivo:	150
N.º de salas ocupadas:	15
N.º de turmas:	10
N.º de salas inativas:	2
Taxa de ocupação:	86,6%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca		x		
Mediateca				
Espaço multimédia			x	
Pavilhão polivalente			x	
Cozinha		x		
Refeitório		x		
Sala de professores			x	
Sala de reuniões			x	
Sala de atividades alunos				
Associação estudantes				
Desporto escolar			x	
Atividades recreativas			x	
Outras			x	
Laboratórios				
Matemática			x	
Ciências			x	
Expressão plástica				
Expressão dramática				
Outros				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada			x	
Polidesportivo			x	
Polidesportivo exterior			x	
Espaço exteriores abrigados com bancos			x	
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)			x	
Papeleiras				

Ecopontos	
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia
	Mecânica
	Outros
Mobiliário escolar adequado e suficiente	x
Internet/Equipamentos informáticos	x

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		x		
Cobertura		x		
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores		x		
Revestimento interior de tetos			x	
Revestimento interior de paredes			x	
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários			x	
Cozinha/refeitório		x		
Vãos interiores			x	
Redes/Infraestruturas prediais			x	

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás	x	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		x
Fibra ótica	x	
Sistema de deteção de intrusão	x	
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência		x
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

2016 - Intervenção no Pavilhão Gimnodesportivo, incluindo nomeadamente substituição do revestimento da cobertura em painel sandwich e reabilitação do revestimento do pavimento em material composto.

Em 2020 foi feita intervenção na cantina/refeitório, incluindo a reabilitação de elementos de revestimento interiores.

Em junho de 2021 foi colocado um projetor em cada sala.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Básica de Pereira
(Valência de ensino pré-escolar no edifício extinto do JI de Avidagos)
MORADA:

Rua Dr. Joaquim Trigo de Negreiros

TELEFONE: 278 969 241

EMAIL: aemdirecao@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Escola Básica	Área coberta: 220,00 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 1580,00 m ²
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS: 69052.97,192466.68
N.º de pisos: 1	Estado de conservação geral: Razoável
N.º de salas: 2	Ano da última intervenção: 2020 pinturas
Horário de funcionamento: 8 h 30 min – 17 h 30 min	Capacidade máxima de alunos: 25

COMPONENTE DE ENSINO
Pré-escolar

N.º alunos no presente ano letivo:	7
N.º de salas ocupadas:	1
N.º de turmas:	1
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca				
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha			x	
Refeitório			x	
Sala de professores				
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras			
Laboratórios				
	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada				
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos				

Parque infantil	
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)	
Papeleiras	
Ecopontos	
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia
	Mecânica
	Outros
Mobiliário escolar adequado e suficiente	x
Internet/Equipamentos informáticos	x

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral			x	
Cobertura			x	
Revestimentos exteriores			x	
Caixilharias exteriores			x	
Revestimento interior de tetos			x	
Revestimento interior de paredes			x	
Revestimento interior de pavimentos			x	
Instalações e equipamentos sanitários			x	
Cozinha/refeitório			x	
Vãos interiores				
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado		x
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		x
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência		x
Sinalização de segurança		x
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada		x

OBSERVAÇÕES

Em 2020 foi reabilitado o Parque Infantil, nomeadamente ao nível do revestimento do pavimento e equipamentos de diversão.

A sala "inativa" serve de refeitório.

Em junho de 2021 foi colocado um projetor na sala.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Jardim de Infância de Frechas
MORADA:

Rua Manuel I 5370-135 Frechas

TELEFONE: 278 945 437

EMAIL: jidefrechas@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Jardim de Infância	Área coberta: 320,00 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 1172,00 m ²
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS: 81185.07,194288.10
N.º de pisos: 1	Estado de conservação geral: Bom
N.º de salas: 1	Ano da última intervenção: 2020
Horário de funcionamento: 8 h 30 min – 18 h 00 min	Capacidade máxima de alunos: 25

COMPONENTE DE ENSINO

Pré-escolar	
N.º alunos no presente ano letivo:	5
N.º de salas ocupadas:	1
N.º de turmas:	1
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca				
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha		x		
Refeitório		x		
Sala de professores				
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras			
Laboratórios				
	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada				
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos		x		
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras				
Ecopontos				
Equipamentos cursos profissionais				
	Eletrotecnia			
	Mecânica			
	Outros			
Mobiliário escolar adequado e suficiente		x		
Internet/Equipamentos informáticos		x		

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		x		
Cobertura		x		
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores			x	
Revestimento interior de tetos		x		
Revestimento interior de paredes		x		
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários			x	
Cozinha/refeitório		x		
Vãos interiores				
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado		x
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção		x
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança		
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada		x

OBSERVAÇÕES

Em 2020 foi feita a reabilitação interior das salas de aula, incluindo revestimento de paredes, pintura de caixilharias de madeira e substituição de luminárias por sistema LED.

Fornecimento e aplicação de azulejo nas paredes da zona de refeitório, substituição de banca e reabilitação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas. No exterior, pintura da vedação perimetral.

Em junho de 2021 foi colocado um projetor na sala.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Jardim de Infância de Passos
MORADA:

Passos

TELEFONE: 278 979 575

EMAIL: aemdirecao@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Jardim de Infância	Área coberta: 126 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 1015 m ²
N.º de blocos:	Coordenadas GPS: 72398.45, 199954.34
N.º de pisos:	Estado de conservação geral: Mau
N.º de salas: 1	Ano da última intervenção: 2019
Horário de funcionamento:	Capacidade máxima de alunos: 20

COMPONENTE DE ENSINO

Pré-escolar	
N.º alunos no presente ano letivo:	0
N.º de salas ocupadas:	0
N.º de turmas:	0
N.º de salas inativas:	1
Taxa de ocupação:	0

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca				
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha				
Refeitório			x	
Sala de professores				
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras			
Laboratórios				
	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada				
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras				
Ecopontos				

Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia	
	Mecânica	
	Outros	
Mobiliário escolar adequado e suficiente		x
Internet/Equipamentos informáticos		

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral			x	
Cobertura			x	
Revestimentos exteriores			x	
Caixilharias exteriores			x	
Revestimento interior de tetos			x	
Revestimento interior de paredes			x	
Revestimento interior de pavimentos			x	
Instalações e equipamentos sanitários			x	
Cozinha/refeitório			x	
Vãos interiores				
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado		x
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		x
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção		
Iluminação de emergência		x
Sinalização de segurança		x
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada		x

OBSERVAÇÕES

Este equipamento está inativo desde setembro de 2020, por falta de alunos, contudo ainda faz parte da Rede Escolar.

A última intervenção neste espaço foi em 2019, tendo sido substituídos integralmente todos os estores e removidos e substituídos todos os vidros que se encontravam partidos.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Jardim de Infância do Romeu
MORADA:

Beco Beatriz dos Anjos Nº 13

TELEFONE: 278939279

EMAIL: aemdirecao@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Jardim de Infância	Área coberta: 86,00 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 75,00 m ²
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS: 87968.71, 207017.27
N.º de pisos:	Estado de conservação geral: Razoável
N.º de salas: 1	Ano da última intervenção: 2018
Horário de funcionamento: 08 h 30 min – 19 h 30 min	Capacidade máxima de alunos: 25

COMPONENTE DE ENSINO
Jardim de Infância

N.º alunos no presente ano letivo:	5
N.º de salas ocupadas:	1
N.º de turmas:	1
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca				
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha			x	
Refeitório				
Sala de professores				
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras			
Laboratórios				
	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada				
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras				
Ecopontos				
Equipamentos cursos profissionais				
	Eletrotecnia			
	Mecânica			
	Outros			
Mobiliário escolar adequado e suficiente			x	
Internet/Equipamentos informáticos		x		

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral			x	
Cobertura			x	
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores			x	
Revestimento interior de tetos		x		
Revestimento interior de paredes			x	
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários			x	
Cozinha/refeitório			x	
Vãos interiores				
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais		x
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado		x
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência		x
Sinalização de segurança		x
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada		x

OBSERVAÇÕES

Em 2018 foram feitas pinturas exteriores, nomeadamente dos parâmetros do edifício e vedação perimetral do recreio escolar.

Em junho de 2021 foi colocado um projetor na sala.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Básica Luciano Cordeiro (1.º Ciclo)
MORADA:

Rua do Índia 5370-341 Mirandela

TELEFONE: 278 201 350

EMAIL: ebclucianoc@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Ensino Básico	Área coberta: 510 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 13652,00 m ²
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS: 79363.65, 201387.97
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral: Muito Bom
N.º de salas: 10	Ano da última intervenção: 2018
Horário de funcionamento: 8 h 00 min – 19 h 30 min	Capacidade máxima de alunos: 208

COMPONENTE DE ENSINO
1.º Ciclo

N.º alunos no presente ano letivo:	165
N.º de salas ocupadas:	8
N.º de turmas:	8
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca		x		
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha		x		
Refeitório		x		
Sala de professores				
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras		x	
Laboratórios				
	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica	x		
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada		x		
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos				x
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras			x	
Ecopontos			x	
Equipamentos cursos profissionais				
	Eletrotecnia			
	Mecânica			
	Outros			
Mobiliário escolar adequado e suficiente		x		
Internet/Equipamentos informáticos			x	

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		x		
Cobertura		x		
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores		x		
Revestimento interior de tetos		x		
Revestimento interior de paredes		x		
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários		x		
Cozinha/refeitório		x		
Vãos interiores		x		
Redes/Infraestruturas prediais		x		

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás	x	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada	x	
Fibra ótica	x	
Sistema de deteção de intrusão	x	
Sistema solar fotovoltaico	x	
Painéis solares	x	
Elevador	x	
Sistema automático de deteção de incêndio	x	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

Existem duas salas para atividades diversas.

Em 2019 houve a execução de um novo Bloco de salas de aula e demais compartimentos e equipamentos de apoio inerentes, incluindo mobiliário novo para todos os espaços.

Em junho de 2021 foram colocados projetores em todas as salas de 1.º Ciclo.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Básica Luciano Cordeiro (2.º Ciclo)
MORADA:

Rua da Índia 5370-341 Mirandela

TELEFONE: 278 201 350

EMAIL: ebclucianoc@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Ensino Básico	Área coberta 2ºCiclo: 3232 m ² (Área total da EB LC 3742,00 m ²)
Tipologia:	Área de logradouro: 13652,00 m ²
N.º de blocos: 5	Coordenadas GPS: 79363.65, 201387.97
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral: Mau
N.º de salas: 24	Ano da última intervenção: 2021 - Em processo de remodelação
Horário de funcionamento: 8 h 00 min – 19 h 30 min	Capacidade máxima de alunos: 728

COMPONENTE DE ENSINO
2.º Ciclo

N.º alunos no presente ano letivo:	332
N.º de salas ocupadas:	22
N.º de turmas:	15
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca		x		
Mediateca			x	
Espaço multimédia			x	
Pavilhão polivalente			x	
Cozinha		x		
Refeitório		x		
Sala de professores			x	
Sala de reuniões			x	
Sala de atividades alunos				
Associação estudantes				
Desporto escolar				
Atividades recreativas				
Outras				
Laboratórios				
Matemática				
Ciências			x	
Expressão plástica			x	
Expressão dramática				
Outros				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada			x	
Polidesportivo			x	
Polidesportivo exterior			x	
Espaço exteriores abrigados com bancos			x	
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras			x	
Ecopontos				
Equipamentos cursos profissionais				
Eletrotecnia				
Mecânica				
Outros				
Mobiliário escolar adequado e suficiente				

Internet/Equipamentos informáticos x

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral				x
Cobertura				x
Revestimentos exteriores				x
Caixilharias exteriores				x
Revestimento interior de tetos				x
Revestimento interior de paredes				x
Revestimento interior de pavimentos				x
Instalações e equipamentos sanitários				x
Cozinha/refeitório				x
Vãos interiores				x
Redes/Infraestruturas prediais				x

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás	x	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado		x
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada	x	
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão	x	
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada		x

OBSERVAÇÕES

Existe 1 sala do futuro, 1 sala de laboratório.

Existem 2 salas de educação especial entre outras de desenho/artes, informática e salas para pequenos grupos.
2021- Reabilitação integral da envolvente exterior do refeitório/cantina (com exceção da cobertura), incluindo substituição de caixilharias e aplicação de sistema de isolamento térmico pelo exterior, bem como revestimentos interiores e fornecimento e montagem de equipamento de cozinha novo.

2021 - Adjudicado em julho, através de concurso público, o serviço de substituição integral do revestimento das coberturas de todos os blocos em fibrocimento, com aplicação de painel tipo sandwich.

Em junho de 2021 foram colocados projetores em todas as salas.

2021 - Concluído projeto para requalificação da Escola Luciano Cordeiro. Em fase de submissão de candidatura ao Norte 2020.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Básica de Pereira
MORADA:

Rua da Escola 5370-610 Pereira

TELEFONE: 278 969 148

EMAIL: aemdirecao@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Escola Básica	Área coberta: 191,00 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 908,00 m ²
N.º de blocos:	Coordenadas GPS: 68395.26,193706.94
N.º de pisos:	Estado de conservação geral: Razoável
N.º de salas: 2	Ano da última intervenção: 2021
Horário de funcionamento: 8 h 45 min – 12 h 15 min 14 h 00 min – 17 h 30 min	Capacidade máxima de alunos: 48

COMPONENTE DE ENSINO
1.º Ciclo

N.º alunos no presente ano letivo:	21
N.º de salas ocupadas:	2
N.º de turmas:	2
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca		x		
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha				
Refeitório	x			
Sala de professores				
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras			
Laboratórios	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada				
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior			x	
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras				

Ecopontos	x
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia Mecânica Outros
Mobiliário escolar adequado e suficiente	x
Internet/Equipamentos informáticos	x

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		x		
Cobertura		x		
Revestimentos exteriores			x	
Caixilharias exteriores			x	
Revestimento interior de tetos		x		
Revestimento interior de paredes			x	
Revestimento interior de pavimentos			x	
Instalações e equipamentos sanitários		x		
Cozinha/refeitório	x			
Vãos interiores			x	
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas		
Rede de drenagem de águas residuais pluviais		
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado		x
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência		x
Sinalização de segurança		x
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada		x

OBSERVAÇÕES

2018 - Beneficiações no espaço de refeitório, incluindo fornecimento e montagem de banca de cozinha, termoacumulador elétrico e mobiliário.

2021 - Beneficiação da cobertura (telhado), reabilitação de paramentos exteriores e substituição das caixilharias exteriores. Substituição de todo o mobiliário, por equipamento novo.

Em junho de 2021 foram colocados projetores nas salas.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais/Mirandela
MORADA:

Carvalhais

TELEFONE: 278201010

EMAIL: geral@epacarvalhais.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: EPA Carvalhais/Mirandela	Área coberta: 0,8 ha
Tipologia: Escola (Profissional) Pública	Área de logradouro: 57 ha
N.º de blocos: 6	Coordenadas GPS: 41º 30' 47, 88"N
N.º de pisos: 1	Estado de conservação geral: Médio
N.º de salas: 18	Ano da última intervenção: 2020 (área reduzida)
Horário de funcionamento: 8 h 20 min -17 h 20 min	Capacidade máxima de alunos: 504

COMPONENTE DE ENSINO
3.º Ciclo/Secundário

N.º alunos no presente ano letivo:	215
N.º de salas ocupadas:	11
N.º de turmas:	11
N.º de salas inativas:	7
Taxa de ocupação:	61,1%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca	X			
Mediateca		X		
Espaço multimédia			X	
Pavilhão polivalente			X	
Cozinha		X		
Refeitório			X	
Sala de professores			X	
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos	Associação estudantes		X	
	Desporto escolar		X	
	Atividades recreativas		X	
	Outras			
Laboratórios	Matemática		X	
	Ciências		X	
	Expressão plástica		X	
	Expressão dramática		X	
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada			X	
Polidesportivo			X	
Polidesportivo exterior			X	
Espaço exteriores abrigados com bancos			X	
Parque infantil			X	
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)			X	
Papeleiras			X	
Ecopontos			X	
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia		X	
	Mecânica		X	
	Outros	X		
Mobiliário escolar adequado e suficiente				
Internet/Equipamentos informáticos				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral			X	
Cobertura			X	
Revestimentos exteriores			X	
Caixilharias exteriores			X	
Revestimento interior de tetos			X	
Revestimento interior de paredes			X	
Revestimento interior de pavimentos			X	
Instalações e equipamentos sanitários			X	
Cozinha/refeitório			X	
Vãos interiores			X	
Redes/Infraestruturas prediais			X	

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	X	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	X	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	X	
Rede de abastecimento predial de gás	X	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	X	
Rede de infraestruturas elétricas	X	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	X	
Rede estruturada	X	
Fibra ótica	X	
Sistema de deteção de intrusão	X	
Sistema solar fotovoltaico		X
Painéis solares		X
Elevador		X
Sistema automático de deteção de incêndio		X
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção		X
Iluminação de emergência	X	
Sinalização de segurança	X	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	X	

OBSERVAÇÕES

www.epacarvalhais.com

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Secundária de Mirandela
MORADA:

Rua D. Afonso III

TELEFONE:
EMAIL: aemdirecao@gmail.com
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Escola Secundária	Área coberta: 7667 m ²
Tipologia:	Área de logradouro: 27231,00 m ²
N.º de blocos: 8	Coordenadas GPS: 79504.87,201403.19
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral: Muito Bom
N.º de salas: 59	Ano da última intervenção: 2019
Horário de funcionamento:	Capacidade máxima de alunos: 1624

COMPONENTE DE ENSINO
3.º Ciclo/Ensino Secundário

N.º alunos no presente ano letivo:	980
N.º de salas ocupadas:	59
N.º de turmas:	43
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca		X		
Mediateca				
Espaço multimédia		X		
Pavilhão polivalente		X		
Cozinha		X		
Refeitório		X		
Sala de professores		X		
Sala de reuniões		X		
Sala de atividades alunos				
	Associação estudantes			
	Desporto escolar			
	Atividades recreativas			
	Outras			
Laboratórios				
	Matemática			
	Ciências		X	
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada		X		
Polidesportivo		X		
Polidesportivo exterior		X		
Espaço exteriores abrigados com bancos		X		
Parque infantil				
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras				

Ecopontos		X
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia	
	Mecânica	
	Outros	
Mobiliário escolar adequado e suficiente		X
Internet/Equipamentos informáticos		X

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		X		
Cobertura		X		
Revestimentos exteriores		X		
Caixilharias exteriores		X		
Revestimento interior de tetos		X		
Revestimento interior de paredes		X		
Revestimento interior de pavimentos		X		
Instalações e equipamentos sanitários		X		
Cozinha/refeitório		X		
Vãos interiores		X		
Redes/Infraestruturas prediais		X		

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	X	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	X	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	X	
Rede de abastecimento predial de gás	X	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	X	
Rede de infraestruturas elétricas	X	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	X	
Rede estruturada	X	
Fibra ótica	X	
Sistema de deteção de intrusão	X	
Sistema solar fotovoltaico	X	
Painéis solares		X
Elevador		X
Sistema automático de deteção de incêndio	X	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	X	
Iluminação de emergência	X	
Sinalização de segurança	X	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	X	

OBSERVAÇÕES

2019 - Reabilitação integral de todos os Blocos de salas de aula, polivalente e gimnadesportivo, com exclusão da cobertura deste, incluindo revestimentos de pisos, paredes e tetos, bem como remodelação das redes de abastecimento de água, de drenagem de esgotos e de águas pluviais, da rede de alimentação elétrica e de telecomunicações, da rede de incêndios e instalação de sistema de avac. Beneficiações no espaço de recreio exterior, nomeadamente no pavimento e equipamentos do campo de jogos.

Mobiliário novo em todas as salas, inclusive 2 salas equipadas com estiradores.

2020 – Celebração de Protocolo para entrega de 100 computadores e respetivos routers.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:

Centro de Infância Arco-Íris

MORADA:

Bairro de São Sebastião, Rua de São Sebastião, S/N

TELEFONE: 962134008

EMAIL: joana@scmm.pt

DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação:	Área coberta: 710,33
Tipologia:	Área de logradouro:
N.º de blocos:	Coordenadas GPS: 41.490225º, 7.175312º
N.º de pisos: 1	Estado de conservação geral:
N.º de salas: 7	Ano da última intervenção:
Horário de funcionamento: 7 h 45 min – 19 h 15 min	Capacidade máxima de alunos: 131 (56 Creche e 75 Pré-escolar)

COMPONENTE DE ENSINO
Creche/Pré-escolar

N.º alunos no presente ano letivo:	119
N.º de salas ocupadas:	7
N.º de turmas:	7
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca				
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha		X		
Refeitório		X		
Sala de professores				
Sala de reuniões				
Sala de atividades alunos				
Associação estudantes				
Desporto escolar		X		
Atividades recreativas		X		
Outras		X		
Laboratórios				
Matemática				
Ciências				
Expressão plástica				
Expressão dramática				
Outros				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada				
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				X
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil				

Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)	X
Papeleiras	
Ecopontos	
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia
	Mecânica
	Outros
Mobiliário escolar adequado e suficiente	X
Internet/Equipamentos informáticos	X

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral			X	
Cobertura			X	
Revestimentos exteriores			X	
Caixilharias exteriores			X	
Revestimento interior de tetos			X	
Revestimento interior de paredes			X	
Revestimento interior de pavimentos			X	
Instalações e equipamentos sanitários			X	
Cozinha/refeitório			X	
Vãos interiores				
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	X	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	X	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	X	
Rede de abastecimento predial de gás	X	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	X	
Rede de infraestruturas elétricas	X	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	X	
Rede estruturada	X	
Fibra ótica	X	
Sistema de deteção de intrusão	X	
Sistema solar fotovoltaico		X
Painéis solares		X
Elevador		X
Sistema automático de deteção de incêndio	X	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	X	
Iluminação de emergência	X	
Sinalização de segurança	X	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	X	

OBSERVAÇÕES

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:

Centro de Infância O Miminho

MORADA:

Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 5370 - 209 Mirandela

TELEFONE: 278201250/962133966

EMAIL: lurdes@scmm.pt

DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação:	Área coberta: 1192
Tipologia:	Área de logradouro:
N.º de blocos:	Coordenadas GPS: 41.483602°; -7.191635°
N.º de pisos: 2	Estado de conservação geral:
N.º de salas: 15	Ano da última intervenção:
Horário de funcionamento:	Capacidade máxima de alunos: 213 (88 Creche e 125 Pré-escolar)

COMPONENTE DE ENSINO
Creche/ Pré-escolar

N.º alunos no presente ano letivo:	119
N.º de salas ocupadas:	5
N.º de turmas:	5
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca		x		
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha		x		
Refeitório		x		
Sala de professores		x		
Sala de reuniões		x		
Sala de atividades alunos	Associação estudantes			
	Desporto escolar		x	
	Atividades recreativas		x	
	Outras		x	
Laboratórios	Matemática			
	Ciências			
	Expressão plástica			
	Expressão dramática			
	Outros			
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada			x	
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior			x	
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil		x		
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)		x		
Papeleiras				
Ecopontos				
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia			
	Mecânica			
	Outros			
Mobiliário escolar adequado e suficiente		x		
Internet/Equipamentos informáticos		x		

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		x		
Cobertura		x		
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores		x		
Revestimento interior de tetos		x		
Revestimento interior de paredes		x		
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários		x		
Cozinha/refeitório		x		
Vãos interiores		x		
Redes/Infraestruturas prediais		x		

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás	x	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada	x	
Fibra ótica	x	
Sistema de deteção de intrusão	x	
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio	x	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Colégio Nossa Senhora do Amparo
MORADA:

 Av. Eng.º Camilo Mendonça, 158
 5370 - 208 Mirandela

TELEFONE: 278265357 / 939463949

EMAIL: geral@colegioamparo.org
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Colégio Nossa Senhora do Amparo	Área coberta: 1363 m ²
Tipologia: Ensino	Área de logradouro: 3500 m ²
N.º de blocos: 2	Coordenadas GPS: 41°28'34"N 7°10'53"W
N.º de pisos: 4	Estado de conservação geral: Bom
N.º de salas: 10	Ano da última intervenção: 2017
Horário de funcionamento: 7h 45 min – 19 h 00 min	Capacidade máxima de alunos: 173 (50 Creche, 75 Pré-escolar e 48 1.º Ciclo EB)

COMPONENTE DE ENSINO
Creche/ Pré-escolar/1.º Ciclo

N.º alunos no presente ano letivo:	180
N.º de salas ocupadas:	10
N.º de turmas:	11
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca	x			
Mediateca				
Espaço multimédia		x		
Pavilhão polivalente	x			
Cozinha	x			
Refeitório	x			
Sala de professores	x			
Sala de reuniões	x			
Sala de atividades alunos				
Associação estudantes				
Desporto escolar				
Atividades recreativas		x		
Outras				
Laboratórios				
Matemática				
Ciências				
Expressão plástica				
Expressão dramática				
Outros				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada	x			
Polidesportivo		x		
Polidesportivo exterior		x		
Espaço exteriores abrigados com bancos	x			
Parque infantil		x		
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras				
Ecopontos		x		
Equipamentos cursos profissionais				
Eletrotecnia				
Mecânica				
Outros				
Mobiliário escolar adequado e suficiente	x			
Internet/Equipamentos informáticos	x			

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral	x			
Cobertura	x			
Revestimentos exteriores	x			
Caixilharias exteriores	x			
Revestimento interior de tetos	x			
Revestimento interior de paredes	x			
Revestimento interior de pavimentos	x			
Instalações e equipamentos sanitários	x			
Cozinha/refeitório	x			
Vãos interiores	x			
Redes/Infraestruturas prediais	x			

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás	x	
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada	x	
Fibra ótica	x	
Sistema de deteção de intrusão	x	
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares	x	
Elevador	x	
Sistema automático de deteção de incêndio	x	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Nuclisol Jean Piaget
MORADA:

 Rua 25 de Maio,
5370-535 Mirandela

TELEFONE: 967819182

EMAIL: beatriz.silva@nuclisol.org
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: IPSS	Área coberta:
Tipologia: Creche	Área de logradouro:
N.º de blocos: 1	Coordenadas GPS:
N.º de pisos: 1	Estado de conservação geral:
N.º de salas: 3	Ano da última intervenção:
Horário de funcionamento: 7 h 45min – 19 h 30 min	Capacidade máxima de alunos: 90 (40 Creche e 50 Pré-escolar)

COMPONENTE DE ENSINO
Creche/ Pré-escolar

N.º alunos no presente ano letivo:	12
N.º de salas ocupadas:	3
N.º de turmas:	2
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca				
Mediateca				
Espaço multimédia				
Pavilhão polivalente				
Cozinha				
Refeitório		x		
Sala de professores				
Sala de reuniões		x		
Sala de atividades alunos				
Associação estudantes				
Desporto escolar				
Atividades recreativas				
Outras				
Laboratórios				
Matemática				
Ciências				
Expressão plástica				
Expressão dramática				
Outros				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada	x			
Polidesportivo				
Polidesportivo exterior				
Espaço exteriores abrigados com bancos				
Parque infantil			x	
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				
Papeleiras				
Ecopontos		x		
Equipamentos cursos profissionais				
Eletrotecnia				
Mecânica				
Outros				
Mobiliário escolar adequado e suficiente		x		
Internet/Equipamentos informáticos	x			

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral		x		
Cobertura		x		
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores		x		
Revestimento interior de tetos		x		
Revestimento interior de paredes		x		
Revestimento interior de pavimentos		x		
Instalações e equipamentos sanitários		x		
Cozinha/refeitório		x		
Vãos interiores				
Redes/Infraestruturas prediais		x		

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		
Fibra ótica		x
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador		x
Sistema automático de deteção de incêndio		x
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

A Nuclisol Jean Piaget de Mirandela apenas dispõe da valência creche e estando a funcionar em instalações provisórias.

FOTOGRAFIAS



NOME DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR:
Escola Profissional de Arte de Mirandela
MORADA:

 Av. 25 de abril - Edifício Jean Piaget
 5370-202 Mirandela

TELEFONE: 278 262 172

EMAIL: secretaria@esproarte.net
DADOS/ELEMENTOS GERAIS

Denominação: Ensino Profissional	Área coberta: 4000 m ²
Tipologia:	Área de logradouro:
N.º de blocos: 2	Coordenadas GPS: 41º 28' 53" N 7º 10' 43" W
N.º de pisos: 4	Estado de conservação geral: Razoável
N.º de salas: 16 + 38	Ano da última intervenção: Desconhecido
Horário de funcionamento: 8 h 00 min – 20 h 00 min	Capacidade máxima de alunos: 1036

COMPONENTE DE ENSINO
3.º Ciclo/Secundário

N.º alunos no presente ano letivo:	155
N.º de salas ocupadas:	54
N.º de turmas:	12
N.º de salas inativas:	0
Taxa de ocupação:	100%

EQUIPAMENTOS DE APOIO AO ENSINO

		Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Biblioteca					
Mediateca					
Espaço multimédia				X	
Pavilhão polivalente					
Cozinha					
Refeitório					
Sala de professores				X	
Sala de reuniões				X	
Sala de atividades alunos	Associação estudantes			X	
	Desporto escolar				
	Atividades recreativas				
	Outras				
Laboratórios	Matemática			x	
	Ciências			x	
	Expressão plástica			x	
	Expressão dramática			x	
	Outros				
Instalações sanitárias para mobilidade condicionada			x		
Polidesportivo					
Polidesportivo exterior					
Espaço exteriores abrigados com bancos				x	
Parque infantil					
Espaço para atividades de outdoor (não desportivos)				x	
Papeleiras				x	
Ecopontos				x	
Equipamentos cursos profissionais	Eletrotecnia				
	Mecânica				
	Outros				
Mobiliário escolar adequado e suficiente				x	
Internet/Equipamentos informáticos				x	

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

	Muito bom	Bom	Razoável	Mau
Estado de conservação geral			x	
Cobertura			x	
Revestimentos exteriores		x		
Caixilharias exteriores			x	
Revestimento interior de tetos			x	
Revestimento interior de paredes			x	
Revestimento interior de pavimentos			x	
Instalações e equipamentos sanitários		x		
Cozinha/refeitório				
Vãos interiores				
Redes/Infraestruturas prediais				

EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAIS

	Sim	Não
Rede de abastecimento predial de água	x	
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	x	
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	x	
Rede de abastecimento predial de gás		x
Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado	x	
Rede de infraestruturas elétricas	x	
Rede de infraestruturas de telecomunicações	x	
Rede estruturada		
Fibra ótica	x	
Sistema de deteção de intrusão		x
Sistema solar fotovoltaico		x
Painéis solares		x
Elevador	x	
Sistema automático de deteção de incêndio	x	
Meios de combate a incêndios - Equipamentos de 1.ª intervenção	x	
Iluminação de emergência	x	
Sinalização de segurança	x	
Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida/condicionada	x	

OBSERVAÇÕES

FOTOGRAFIAS

